
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - Medicamentos		
EVENTO : Audiência Pública	Nº: 0089/00	DATA: 16/02/00
DURAÇÃO: 4h13min	PÁGINAS : 122	QUARTOS: 52
REVISORES: CONCEIÇÃO, DÉBORA, LIA, PAULO S., ROSA ARAGÃO		
SUPERVISORES: AMANDA, NEUSINHA		
CONCATENAÇÃO: LÍVIA		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
APARECIDO BUENO CARMAGO - Presidente da Associação Brasileira de Redes de Farmácias - ABRAFARMA		
SUMÁRIO: Tomada de depoimento.		
OBSERVAÇÕES		
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . Há oradores não identificados. Há termos ininteligíveis. Há intervenção inaudível. Há intervenções simultâneas ininteligíveis.		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos da 25ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 24ª, consulto os Srs. Deputados sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Solicito dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Solicitada a dispensa e não havendo quem queira discutir a ata, eu a coloco imediatamente em votação. Os Deputados que estão de acordo queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada a ata.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Tão logo V.Exa. termine a abertura da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bem. Vou dar primeiro conhecimento então a V.Exas. que, na semana que passou, eu estive prestando um relatório ao Conselho Nacional de Saúde, sobre as atividades desta CPI. E o Conselho pediu para vir, em conjunto, trazer sua opinião oportunamente a esta Comissão, coisa que eu aceitei. Então, dentro de quinze ou vinte dias, marcaremos uma reunião para o Conselho Nacional de Saúde trazer a esta Comissão a sua contribuição a respeito dos propósitos desta CPI. Segundo, eu quero registrar também a visita que fizemos, na última segunda-feira, presentes onze Srs. Deputados, ao Far-Manguinhos.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Conselho Nacional de Saúde? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Conselho Nacional de Saúde. Bom, e, na última segunda-feira, cumprindo deliberação desta Comissão, nós estivemos visitando o Far-Manguinhos, do Rio de Janeiro, e também, que é um instituto de fármacos, uma indústria de pesquisa e produção de medicamentos da Fundação FIOCRUZ. E também visitamos o INPI — Instituto Nacional de Propriedade Industrial, para avaliar como anda a aplicação do decreto, da Medida Provisória 2.004, e o registro..., 2.014, e o registro das patentes. Quero registrar que, para todos os Deputados que estiveram lá, essa visita foi extremamente proveitosa, sobretudo e de modo especial, com o Far-Manguinhos, onde nós completamos o círculo, completamos a cobertura desta CPI. Ou seja, nós já havíamos tido um entendimento prévio com a FURP e com o Hospital das Clínicas de São Paulo, para que nos fornecessem subsídios a respeito do custo de medicamentos. Completamos com Far-Manguinhos, que também vai nos oferecer as planilhas de custos. Então, dentro de dez ou quinze dias, esta Comissão terá, além dos dados que já tem, seguramente a planilha de custo de, no mínimo, cinquenta produtos, com o que poderemos cotejar a produção, a comercialização, o preço dos produtos de todos os laboratórios do País. Eu considero isso uma coisa da mais alta importância para que possamos atingir os objetivos desta CPI: termos uma base de referência concreta, real, digna, respeitável, honesta, de como nós podemos avaliar os outros laboratórios. Comunico também que a Comissão recebeu carta da Federação Nacional dos Propagandistas, Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, onde está registrado o protesto em relação ao depoimento do Dr. Edson de Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Nacional de Medicina, depoimento esse feito nesta Comissão; ofício do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco, dirigido ao Ministro da Saúde, José Serra, com cópia para o Presidente desta Comissão, onde consta uma análise da lucratividade da indústria farmacêutica e registra indignação em relação a essa situação; manifesto de algumas lideranças comunitárias do Rio Grande do Sul repudiando abusos dos preços praticados pelos laboratórios nacionais e, sobretudo, hipotecando apoio aos trabalhos desta CPI — não é nada disso; carta do Sindicato Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Sergipe, encaminhando cópia de ofício endereçado ao Sr. Aparecido Bueno Camargo, Presidente da ABRAFARMA, repudiando os termos injuriosos das afirmações que teria feito a respeito do senhor..., do referido senhor, quando se

referiu ao desempenho e ao comportamento dos funcionários balconistas de farmácias; carta da Rede Farma & Cia., com manifestações de protesto às declarações do Sr. Aparecido Bueno Camargo, Presidente da ABRAFARMA; carta do Laboratório Bristol Squibb do Brasil, explicando denúncia vinculada nos telejornais do dia 10 de 2, que citava o referido laboratório como inscrito na dívida ativa da União; carta da Rodhia Farma Ltda., onde esclarece que transações do laboratório através da conta C-5 referem-se a financiamentos de importações; carta do Fórum Nacional de Entidades de Defesa de Portadores de Patologias e Deficiências, solicitando participação de representante seu em depoimento público para esclarecer sobre desigualdades de acesso e dificuldades de aquisição de medicamentos e a realidade vivida por milhares de portadores de patologias e deficiências no País — essa carta eu mesmo recebi no Conselho Nacional de Saúde, eu trouxe pessoalmente, e seguramente se inscreverá entre o depoimento de toda aquela entidade; ofício do INPI encaminhando processos de marcas na classe 05, contendo 1.068 páginas, bem como levantamentos estatísticos dos pedidos de patentes enquadráveis, total ou parcialmente, na MP 2.014, de 99. Estamos distribuindo cópia da correspondência, com inteiro teor do documento, bem como disponibilizando ao Sr., evidentemente, Relator e os Srs. Deputados para consulta esses documentos que se encontram aqui na mesa. Os documentos anteriormente lidos, estou distribuindo cópia a todos os Srs. Parlamentares membros da CPI. Esta reunião destina-se a... Perdão, V.Exa. havia pedido uma questão de ordem. Tem V.Exa. uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, na seqüência, uma questão de ordem, Deputado Iris Simões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Duas questões de ordem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Presidente, na verdade, eu tenho duas questões de ordem, mas serei rápido nas minhas colocações. Em primeiro lugar, Presidente, eu me reporto a uma matéria paga, publicada na primeira página do **Correio Braziliense** de ontem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - ...aonde a ALANAC, Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, estampa duas manchetes, uma delas, que foi publicada em 1995, no **The Wall Street Journal**, em abril de 1995, cujo

título diz mais ou menos o seguinte: Deveria os Estados Unidos abrir a sua carteira de patentes para um país pirata como o Brasil? E a bandeira brasileira aqui em baixo. Essa matéria foi publicada pela ABIFARMA dos Estados Unidos, não é, tem aqui a... E, ao lado, uma matéria, a resposta da ALANAC, que faz referência, Sr. Presidente, à vinda ao Brasil do Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Sr. William Baley, que teria — dizeres da própria ALANAC —, que teria uma, como uma de suas funções forçar mudanças a seu favor na nossa Lei de Patentes, de resto concebida de acordo com as normas e diretrizes recomendadas e aceitas pela OMC, da qual o Brasil é membro e sócio fundador. Então, tendo em vista... E a ALANAC aqui, prestando sua solidariedade ao Governo brasileiro, já prevendo uma pressão do Secretário de Comércio dos Estados Unidos. Então, eu acho, Sr. Presidente, que nós temos aí um requerimento convocando, ou convidando o Presidente da ALANAC pra depor. À época não veio ele, veio uma outra, uma diretora da Associação. Mas o Deputado Arnaldo Faria de Sá tem repetidamente, fazendo, tentado apressar a vinda desse Presidente da ALANAC. Então, eu acredito que seja a hora de nós convidarmos esse senhor pra que venha aqui nos falar sobre como ele ficou sabendo dessas pressões, o que que está acontecendo realmente, e nós possamos ser esclarecidos dessa situação. Essa é a primeira questão de ordem, Sr. Presidente, que eu gostaria de colocar a sua apreciação. E a segunda questão de ordem, Sr. Presidente, é a seguinte: eu sou autor de um requerimento a esta Comissão que sugere seja colocada em votação a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de 21 laboratórios. Àquela ocasião, na mesma sessão, anteriormente ao meu, foi votado um requerimento de autoria do nobre Relator, Deputado Ney Lopes, que solicitava a quebra do sigilo fiscal tão-somente dos mesmos 21 laboratórios. E, naquela sessão, depois de exaustivamente discutido, não é, nós acabamos chegando à conclusão, muitos inclusive preservando a..., uma norma consensual, mas preservando a unidade da Comissão, não é, pra que a Comissão não se dividisse em grupos, ou Situação, Oposição, que eu acredito que não seja o intuito de nenhum de nós, não é? Nós, atendendo inclusive uma solicitação de V.Exa., nós acordamos que aquele requerimento seria votado na primeira sessão deliberativa que nós tivéssemos na Comissão. Então, a segunda questão de ordem, eu gostaria saber de V.Exa. se isso tá de pé, não é? Nós não gostaríamos que esse assunto caísse aí no esquecimento. É um assunto importante. Embora nós tenhamos divergências, mas

tenho sentido aí a sua vontade em chegar à apuração real da finalidade dessa Comissão. Então, eu coloco essas duas questões de ordem à apreciação de V.Exa. e gostaria de saber o que a Presidência e a Relatoria pensam sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou decidir sobre a primeira questão de ordem. A primeira questão de ordem, como o requerimento de convocação do Presidente da ALANAC foi aprovado e como se optou por ouvir, na oportunidade, a Diretora substituta enquanto ele resolvesse seus problemas, sem dispensar o Presidente, eu me considero em condições de, aprovado já, o requerimento já está aprovado, de, havendo concordância do Relator, oportunidade, eu convocá-lo. E vou fazê-lo, porque já há uma deliberação. Agora, quanto ao segundo... Bom, essa era a primeira questão, o requerimento está decidido. Então, nós vamos marcar uma data para a ALANAC vir a isso aqui. O requerimento, se não me falha a memória, é do autor, do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, a esse respeito, inclusive, gostaria de aduzir uma observação. Esse mesmo jornal do dia de ontem fala de uma provável reunião dos laboratórios nacionais com o Presidente do CRF-DF, para tratar da redução de preços. Como é um assunto que interessa a esta Comissão, eu gostaria de propor que, antes de ocorrer essa definição, que uma comissão, pelo menos, se dirigisse ao CRF-DF, pra saber o que é essa reunião ou então entender, efetivamente, o que tá acontecendo. Essa é a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu creio que tudo isso fique esclarecido com a vinda do Presidente da ALANAC. Não, não cabe a esta Comissão procurar saber o que houve em determinada reunião. Cabe é cobrar a presença do Presidente da ALANAC, e, naquela oportunidade, ele poderá prestar esclarecimentos sobre essa notícia de que os laboratórios nacionais estariam, segundo a imprensa, reduzindo de 10 a 40% os preços, que seria uma boa notícia, sem dúvida nenhuma. Então, esse assunto tá resolvido. Quando ao segundo, eu gostaria de prestar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, o requerimento não é de minha autoria. Não há requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, bom!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu apenas reclamei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu não sei de quem foi. Eu pensava que fosse V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu apenas reclamei, na oportunidade, que estava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah é. V.Exa. foi reclamante.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...que estava depondo uma outra pessoa que não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas está decidida a questão de ordem e eu agradeço a contribuição de V.Exa. Quanto à segunda, no que cabe a esta Presidência, eu achei a decisão, tá... Acho não, tá mantida de que nós faremos uma reunião deliberativa para discutir essa matéria, que não é hoje, entendeu? Que não é hoje, que temos dois depoimentos. Não sei se o Relator deseja se pronunciar.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sobre o assunto, Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão. Nós acertamos, na semana passada, que votaríamos os relatórios com os requerimentos consensuais. Assim o fizemos. Acho que foi um grande avanço pra CPI. Mas restam ainda diversos requerimentos não consensuais naquele momento. Tem esse da quebra de sigilo, mas existem outros. Eu gostaria de sugerir a V.Exa. que nós fizéssemos essa reunião amanhã, na primeira hora, pra fazer as deliberações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Relator me informa que não pode amanhã, por ter compromisso. Nós não tínhamos marcado nada. E eu acho que esses requerimentos todos precisam, carecem da presença do Relator, porque é sempre um depoimento valioso no encaminhamento das decisões desta Comissão. Então, acho que temos que deixar pra outro dia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, V.Exa. tem a palavra. Eu... Sim, o Deputado Mosconi havia pedido antes, e eu... Mas... V.Exa. espera. Então, tem o Iris, depois V.Exa. V.Exa. e o Deputado Iris. Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu gostaria, Sr. Presidente, porque acho que o objetivo de todos nós é acelerar os trabalhos desta CPI. De vez que não há possibilidade de alguns Parlamentares, inclusive o Relator, cuja

presença é fundamental, de uma reunião marcada para o dia de amanhã, poderíamos ver a possibilidade de marcarmos pra hoje ainda, para o dia de hoje, porque temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Hoje não há a menor condição, nobre Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, Sr. Presidente, temos audiência pública agora; teríamos audiência à tarde, a partir das 14h; marcaríamos um teto, até 17h. Eu acho que todos estaríamos dispostos a, determinando um teto, terminar a audiência pública com a agência e, a partir daí, das 17h, iniciarmos a reunião de trabalho pra a votação dos requerimentos e apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Creio que não há a menor condição. Nós tamos tendo... Os Srs. Deputados têm-se queixado que nós temos tido... Nós vamos ter aqui, hoje, no mínimo umas seis horas de trabalho. Depois desse horário, a maioria dos Deputados sai a cumprir ...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Seria importante a consulta do coletivo, Sr. Presidente, desta Comissão. Acho que seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Consultarei oportunamente, Deputada Vanessa. Com a palavra o Deputado Iris Resende.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Iris Simões, Sr. Presidente, do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Iris Simões, perdão. Desculpe. V.Exa. entendeu, não é?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, a minha questão de ordem, Sr. Presidente, respeitando a Mesa e os nobres pares e o Sr. Relator, mas, numa reunião anterior a esta, inclusive na presença do Sr. Bandeira de Mello e o Sr. Aparecido Bueno Camargo, houve esse precedente de os autores do requerimento, depois do Sr. Relator, serem os primeiros a questionar os depoentes. Eu gostaria de consultar, Sr. Presidente, abrindo mão de qualquer..., mas alegando esse precedente de que seria importante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós fizemos esse... A pedido, nós fizemos. Não há nenhum amparo regimental pra isso.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não, é só um apelo que eu faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não sei. Se os Srs. Deputados concordarem, eu não tenho por que me opor, não é? Os autores...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Deputado Iris Simões e Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se os Srs. Deputados concordarem, darei a palavra nessa ordem, depois do Sr. Relator. Deputado Mosconi, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, eu queria encaminhar a V.Exa. um ofício que eu recebi, e creio que todos da Comissão recebemos, não sei se foi anunciado, divulgado por V.Exa., um ofício de Estância Velha, cidade do Rio Grande do Sul, uma moção de apoio à CPI dos Medicamentos, votado na Câmara, moção essa que foi apresentada pela Vereadora Lúcia Trein, foi aprovada por unanimidade e foi enviada pra nós aqui pelo Sr. Cláudio Hansen, que é o Presidente da Câmara da cidade de Estância Velha, no Rio Grande do Sul. Então, vou passar às mãos de V.Exa. Sr. Presidente, queria também só, rapidamente, dizer da importância que nós vimos na visita, na segunda-feira, ao Far-Manguinhos. E, de tudo aquilo que nós vimos ali, um detalhe me parece que nós precisamos ressaltar aqui na Comissão. Nós vimos ali a planilha de custos do insumo do medicamento Captopril, que é o que tá sendo colocado aí. E aquele laboratório estatal mostrou para nós todos, com toda a clareza, com toda a transparência, a diferença gritante entre a planilha de custos daquele laboratório e a planilha de custos do laboratório outro, cujo nome eu não me lembro, um laboratório privado que produz esse medicamento no Brasil, diferença de mais de 1.000%, mais de 1.000% na fabricação desse medicamento. Então, só pra ressaltar aqui, na presença de todos os membros da Comissão, a importância dessa visita lá, porque nós dá ensejo de verificar **in loco** essas diferenças criminosas que existem na produção de medicamentos no País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Eu desejo dizer a V.Exa. que, efetivamente, se encontra à mesa, e eu ia dar conhecimento à tarde, essa correspondência do Presidente da Câmara de Vereadores de Estância Velha, no Rio Grande do Sul, em que comunica a aprovação de uma moção de aplausos à CPI e de apoio, aliás moção de apoio à CPI. Foi proposta pela Vereadora Lúcia Trein. Evidentemente, vou dar cópia a todos os Srs. Deputados e publicamente agradeço essa manifestação da Câmara de Vereadores de Estância Velha, no Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, primeiro eu queria fazer uma ponderação. Eu sou o primeiro inscrito da lista. Saímos do café da manhã, vim aqui, o Deputado Arnaldo Faria de Sá... Inclusive com a preocupação que eu tenho um problema e talvez eu tenha que me ausentar algum tempo, porque eu vou ter uma reunião aqui nas salas das CPIs. Então, eu pediria a gentileza de eu, como sou o primeiro inscrito, poder fazer as perguntas, e depois V.Exa. passaria a palavra pros Deputados que fizeram requerimento. A segunda coisa que eu gostaria, Sr. Presidente, é fazer uma questão de ordem a V. Exa, porque o art. 255 do Regimento Interno diz que, em audiência pública, será dado ao convidado vinte minutos para que ele possa fazer as suas exposições...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Perdão, perdão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ...para que ele faça as suas exposições. O Presidente da ABRAFARMA, ele voltará à Comissão neste momento, para dar algumas explicações sobre o seu primeiro depoimento. Neste caso, ele vem na condição de testemunha prestar os esclarecimentos. Então, a pergunta, a questão de ordem que eu faço ao senhor é a seguinte: se V.Exa. não entende que a ele não deverá ser dado mais os vinte minutos iniciais, por estar ele sendo reconvocato pela Comissão, e não mais convidado como no primeiro momento. Porque, neste momento, a sua reconvocação não é mais para que ele faça exposições, mas que esclareça as dúvidas que ficaram para os Parlamentares a respeito do seu primeiro depoimento. Então, não justificaria dar a ele os vinte minutos iniciais, mesmo não havendo regimentalmente uma proibição para isso, mas como nós o reconvocamos para que ele nos esclareça aquilo que nós não entendemos... Então, fica a questão de ordem à decisão de V.Exa. no sentido de, então, passarmos imediatamente às perguntas, para que ele nos esclareça aquilo que ele já teve oportunidade de falar em outro momento. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bem, quanto à primeira questão levantada por V.Exa., eu consultei a Comissão sobre se devíamos dar preferência aos autores do requerimento, e a Comissão concordou. De forma que eu só poderei abrir exceção a V.Exa., dentro da ponderação, se os Deputados

houvessem..., concordassem, o Deputado Iris Simões e o Deputado Arlindo concordassem, porque foi...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não, eu faço...

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) - A Comissão decidiu, por isso...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu faço um apelo da possibilidade do Deputado Arlindo e do Deputado Iris fazerem uma mudança de inscrição no sentido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não havendo...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Vou propor aqui um meio-de-campo. Fala o Deputado Iris em primeiro, se a Comissão e a Presidência concordar, fala em segundo o Deputado Tuma, e eu fico em terceiro, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O espírito conciliador de V.Exa...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - *(Inaudível.)* eu quero falar em quarto e vou lhe dar os argumentos na reunião que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bem. Tá certo. Eu esperarei os seus argumentos. Então, tá aprovado, se não houver oposição ao que foi proposto ao Deputado Arlindo Chinaglia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, eu gostaria, se V.Exa. me permite, pela ordem, de fazer somente um registro, de fazer um registro, Presidente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria que V.Exa. esclarecesse quem são os autores do requerimento, porque há Deputados que têm dúvida quanto aos autores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. e o Deputado Iris e esse Presidente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como eu abro mão da inscrição, V.Exa. e o Deputado Iris Simões, entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Muito bem. *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, V.Exa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É um registro, rapidamente, Sr. Presidente, que eu considero importante pra o conhecimento dos colegas Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Eu não decidi ainda — eu vou dar a palavra —, eu não decidi a segunda parte da questão de ordem do Deputado, do Deputado, perdão, Robson Tuma. Deputado Robson, o problema é o seguinte: não há, regimentalmente, nada que assegure esses vinte minutos. Também não há nada que impede. Como o Dr. Aparecido ficou de complementar as suas informações e ele está sendo convocado porque se demorou a mandá-las, eu vou abrir um prazo de dez minutos pra ele prestar os esclarecimentos e logo entraremos no debate. Eu acho que nós queremos é informações. Tudo que leva a um debate mais amplo não impede. São dez minutos, entendeu? Tá? Obrigado. Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É um breve registro, Sr. Presidente, que, durante a semana passada, nós aprovamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Eu só queria que V.Exa...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Muito breve. Nós aprovamos aqui um requerimento, encaminhado, que foi encaminhado ao Ministério da Justiça, à Secretária de Direito Econômico, pra que aquela Secretaria abrisse os processos contra 47, aproximadamente, laboratórios farmacêuticos que praticaram "abusividade" no aumento dos seus produtos, dos medicamentos. Solicitamos que fossem aberto processos junto ao Departamento de Defesa do Consumidor, uma vez que, inicialmente, haviam sido abertos somente no Direito Econômico. Então, para comunicar que todos os jornais do dia de ontem, Sr. Presidente, já publicaram que a Secretaria abriu esses processos no Departamento do Consumidor, o que eu acho de fundamental importância pra que a gente possa ter mais subsídios e avançar na investigação. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Esta reunião destina-se a tomar o depoimento, na qualidade de testemunha, do Sr. Aparecido Bueno Camargo, Presidente da ABRAFARMA, Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias. Convoco, convido o senhor depoente a tomar assento à mesa. (*Pausa.*) Presente à mesa o Dr. Aparecido, acompanhado de seu advogado, vou ler o termo de qualificação. "Nome: Aparecido Bueno Camargo.

Filiação. Pai: João Bueno Camargo. Mãe: Isabel Garcia Bueno. Data de nascimento: 4 de setembro de 48. CPF 142.141.999-87. RG: 90068 (*ininteligível*). Órgão Expedidor: Secretária de Segurança Pública do Paraná. Profissão: empresário. Qualidade do depoente: testemunha. Nacionalidade: brasileira. Naturalidade: Brasil. Estado Civil: divorciado. Endereço: Rua Dr. Pedrosa, 025, cidade de Curitiba, Paraná. Compromisso: Faço, sob a honra, a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado." Assina: Aparecido Bueno Camargo. Nós acabamos de deliberar, Dr. Aparecido, de conceder a V.Exa. dez minutos iniciais para o depoimento e após o que será inquirido pelo Sr. Relator e os senhores membros desta Comissão, pela ordem de inscrição. Tem V.Exa. a palavra, se desejar ocupar esse tempo inicial para prestar os esclarecimentos que havia ficado de nos remeter.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, o Dr. Aparecido Camargo não está na condição de testemunha/depoente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Testemunha.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tem que prestar o juramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Prestar o juramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Já foi prestado. Tá assinado o documento, já li o compromisso. Hein? V.Exa. presta, confirma esse compromisso de dizer a verdade, né? Compromisso.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Compromisso prestado, tem V.Exa. a palavra.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Exmo. Deputado Nelson Marchezan, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito; Exmo. Deputado Ney Lopes, Relator desta CPI; Exmos. Srs. Deputados, agradeço a oportunidade de retornar a esta Casa a fim de esclarecer, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, algumas das colocações que fiz anteriormente, quando da minha última participação. Para que a argumentação fique completa e para que a lógica da exposição não seja prejudicada pela falta de experiência em situações como esta, pois a minha formação teve como base apenas a vivência do dia-a-dia no comércio

farmacêutico. E tomo a liberdade de ler, nesta oportunidade, as considerações que julgo importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pode falar um pouquinho mais próximo do microfone?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O.k. A expressão BO, por mim empregada na exposição do dia 3 de fevereiro passado, consiste na venda de determinado medicamento adquirido da indústria em condições comerciais mais favoráveis. Melhor explicando: quando um laboratório negocia com uma farmácia o desconto de uma determinada linha de produtos, o proprietário da farmácia passa a ter um maior interesse na venda desse medicamento que possui uma margem de comercialização maior do que as demais. Esses medicamentos são costumeiramente chamado de bonificado, BO. A expressão "Bom para Otário", que faz parte do jargão farmacêutico, não é minha e nem nova. Tanto é conhecida que consta inclusive num livro denominado "Farmácia, Falcatura dos Balcões de Farmácia", escrito por Sílvio Luiz, publicado na Imed Editora. Esse livro está à venda em outras livrarias, como também na Livraria Cultura, de São Paulo. O autor descreve os bastidores da farmácia, mas..., nas quais trabalhou. A expressão "Bom para Otário" é o título do capítulo referido livro constante na pág. 97, cuja cópia providenciamos e entregamos aos senhor membro desta Comissão. Além disso, eu não disse qualquer novidade. Através do boletim do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo, em 95; pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, através do **Jornal do Farmacêutico**, em novembro de 99; pela Rede Globo, no **Fantástico** do **Jornal Nacional**, em 10/2/2000, no jornal **Globo**, cópia dos artigos do vídeo citado nessa... também estão sendo entregue nessa Comissão. No que se refere aos produtos de baixa qualidade, continuamente somos informado, através de **Diário Oficial**, os lotes sob suspeição até interdição de laboratórios farmacêutico, isso porque a Agência Nacional da Vigilância Sanitária e as Vigilâncias Estaduais têm sido incansáveis, procurando identificar e retirar do mercado medicamentos impróprio do consumo. Finalmente, Srs. Deputados, gostaria de fazer um último comentário. Quando me referi ao BO, "Bom para Otário", não quis ofender os dignos Deputados e nem o povo brasileiro. Lamento o transtorno. Fui infeliz no esclarecimento, e me interpretaram mal. A minha intenção era e continua sendo alertar o consumidor para que reclame os seus direito, e isso já vem acontecendo. Vi pela TV a reação das pessoas frente à situação em que o

cidadão, no seu dia-a-dia, tem colocada a posição de vítima. Com certeza, a população já está mais atenta aos seus direitos, mais consciente dos riscos que corre e agora, ao entrar numa farmácia, estará mais preocupada em proteger sua saúde. Muito obrigado. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Concluídas as explicações iniciais do Dr. Aparecido, tem a palavra o Sr. Relator, Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a primeira indagação que faço à testemunha é a seguinte: a testemunha poderia detalhar quais os medicamentos que normalmente, a natureza dos medicamentos, que normalmente se incluem na relação chamada de "Bom para Otário" no Brasil?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu vou tra... Eu trouxe pro senhor uma relação, que foi me, foi me pedida na vez passada, essa foi publicada no **Diário Oficial** e vou deixar aqui à disposição. Está junto com o ofício. Deputado, o senhor pode ver junto com o ofício. Está junto com o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cadê o ofício? Cadê o ofício que eu mandei tirar cópia?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O ofício tá sendo tirado cópia para distribuir aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou devolver, vou devolver a V.Exa. o original neste instante.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, se V.Exa. permitisse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Relator.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito, mas ele falou que foi publicado no **Diário Oficial**. Poderia explicar melhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Relator está de posse dos documentos agora sobre isso. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Sa. diz que esses medicamentos, tidos como BO, estariam incluídos aqui nessa resolução da Vigilância Sanitária? É isso? *(Inaudível.) (Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Aparecido.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É... Deputado Ney Lopes, é... Realmente, foi uma confusão. Aqui está os remédio que eram, que eram chamado de "porcarias", né, que está, realmente, já, no **Diário Oficial** da Vigilância Sanitária, retirado do mercado. E o remédio "Bom pra Otário", eu acho que... O senhor tá perguntando a relação do remédio "Bom para Otário"?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não. A natureza. V.Exa. dá alguns exemplos, laboratórios, o medicamento tal era tido como BO, tal.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O.K. Esse linguajar que se diz na farmácia, que não é de agora, é de anos isso, é... Tudo aquilo que — e os senhores vão ver no livro isso —, todo aquele remédio que as pessoas chegam na farmácia e quer um produto e, de repente, o atendente procura trocar esse produto, então isso é que é chamado, e o cliente aceita, isso que é chamado de BO.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Sa. teria algum exemplo, assim, na sua vivência no setor, assim, um, ou dois ou três exemplos? Medicamento tal, por exemplo, era muito comum ser trocado, a farmácia tinha uma vantagem ou não tinha, uma coisa concreta. Seria possível V.Exa. detalhar?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Existe uma diferença do BO com o bonificado, né? O senhor tá falando, tá falando a respeito do BO (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O que V.Sa.... Eu quero que V.Sa. fique absolutamente calmo. Aqui não é um tribunal fascista. Aqui é um Parlamento democrático. Nós estamos apenas querendo identificar situações. Eu noto que V.Sa. tá um pouco nervoso, o que é natural. Mas, de minha parte, pelo menos, fique absolutamente... Nós queremos esclarecer. Consulte seu advogado, porque, afinal de contas, isso é da lei. Agora, V.Sa. falou que tem BO. Confirmou. Eu tô pedindo exemplos. Sou leigo, não conheço... O que é, por exemplo, um, ou dois ou três medicamentos que normalmente um vendedor passava dentro dessa chacota, digamos, jargão de farmácia?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É... Veja, Deputado, é difícil você falar assim: não, dá um, dois nomes, tal. É que são, realmente, vários, vários produtos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Está certo. Bem, e V.Sa. poderia dizer, então, pode mencionar ou não quais laboratórios que fabricam e distribuem com mais frequência esse tipo de medicamento assim denominado no jargão farmacêutico, digamos?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É... Olha, Deputado, realmente, eu cheguei até a pesquisar. É difícil comprovar isso. E, de uma vez que eu não posso comprovar, realmente, eu não queria cometer aqui um pecado e dizer um nome e não comprovar.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, eu indagarei a V.Sa. uma coisa que eu acho que tá até respondida aqui. De que maneira V.Sa. tomou conhecimento desses fatos? Foi pela sua vivência em farmácia?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja, eu tenho 51 anos de idade. Desde os 16 anos eu trabalho no setor e quando eu comecei trabalhar no setor já tinha colegas meus já trabalhando há quinze, há vinte anos, no setor. Então, isso sempre, isso sempre existiu no mercado. Não é, não é uma coisa nova, não é de agora. Isso é cinquenta anos que é assim e foi assim até, até hoje, né? Esse... Tanto é que esse livro, realmente, traz muito bem essa história toda.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Sa. afirmou, se não me engano, que esse tipo de medicamento seria vendido pelas pequenas farmácias, né? Ou não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Eu acho que isso também tem pequenas farmácia, tem em grandes farmácia...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Todas, né?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Todas. Eu acho que é uma prática.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É, justamente eu ia fazer uma pergunta, porque nós recebemos aqui uma informação, por **e-mail**, da Sra. Ana Maria Luíza, que contestava esse ponto, mas se V.Sa. já diz que é uma prática usual em outro, em outras, em grandes redes...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É uma prática, é uma prática da indústria, da indústria.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - A propósito de indústria, V.Sa. tem ciência de outras irregularidades que pudesse dar conhecimento à Comissão envolvendo fabricação, distribuição e venda de medicamento no Brasil?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Olha, Deputado, eu acho que existe muito meio, realmente, de venda de remédio no Brasil. Acho que, eu acho que esta CPI pode até direcionar isso. Existe escritórios de venda, venda por telefone 0800, existe, é, é, associações e outras vendendo remédio. Então, realmente existe, sim, vários, até pela Internet, né, vendendo até psicotrópico pela

Internet. Então, existe vários meios, sim, e eu acho que isso teria que ser dominado. A indústria vendendo direto ao consumidor também existe. Então existe...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - (*Ininteligível.*) em práticas irregulares.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho que essa prática é irregular, né?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - No que V.Sa. confirma.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Como é feita a campanha publicitária desses chamados BO? Tem alguma vantagem? Venda um e ganhe dois? Tem algum desconto?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É, esses laboratórios normalmente eles não fazem propaganda médica, é, e o que que é feito então? A verba de propaganda é passado vantagem pra farmácia, né?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Que vantagem?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Essa vantagem de, de desconto, da onde, é, os balconista é remunerado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Somente desconto ou, na verdade, bonificações como "venda um e ganhe mais três". O dono da farmácia dá uma comissão maior a quem conseguir vender... Essas práticas são usuais? Existe ou não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É... Isso é uma coisa que antigamente era. Ultimamente, não tá mais acontecendo, pelo que eu saiba. Agora, é difícil, Deputado. Realmente, são 50 mil farmácias, é difícil de ver cada um, sabe, da maneira de cada um negociar isso, né?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Sa. falou há pouco, respondeu há pouco dizendo "esses laboratórios". Que laboratório? Que "esses laboratórios" a que V.Sa. se refere que fazem essas, essas bonificações?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Esses laboratório que trabalham dessa maneira.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sim, pelo menos identifique aí alguns, ou por categoria, porque V.Sa. dizer "esses laboratórios" deve...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu desconheço, eu, eu não gostaria de firmar isso porque, realmente, eu não tenho prova. Então, fica difícil de eu confirmar isso pro senhor.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Por falta de prova.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Por falta de prova.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Prefere silenciar.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Justamente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O laboratórios que fazem esse tipo de medicamento que V.Sa. se referiu, eles têm amostra grátis também? Eles, distribuindo em consultório, em hospitais, ou eles só trabalham com esse tipo de bonificação?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não posso confirmar isso pro senhor porque realmente eu não, eu não lembro de amostra grátis desse laboratório.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não lembra?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - E que razões levam as farmácias a venderem esses tipo de medicamento? É porque a vantagem é maior?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Mais vantagem.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Do ponto de vista comercial.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Do ponto de vista comercial.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Há uma atração comercial.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Justamente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Como é feito o cálculo final, aí não digo mais dos BO, mas o cálculo final do preço dos remédios no Brasil? Tem uma portaria do Ministério da Fazenda que diz até 30% no varejo. V.Sa., representando as farmácias, eu pergunto: esses 30% é o máximo? As farmácias praticam os trinta? Como é feito esse cálculo final?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria pedir ao Dr. Aparecido, atendendo pleito da Taquigrafia, que falasse próximo ao microfone, para que fosse audível a sua resposta tanto aos que estão presentes à sala, quanto para as notas taquigráficas. Eu pediria essa gentileza de se aproximar do microfone.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O.K., obrigado, Deputado. Deputado Ney Lopes, é, a margem, é, de lucro, a margem, a margem bruta da farmácia é 30%. A margem bruta, né? Então existe uma, uma, um equívoco nesse raciocínio, já que a margem estabelecida na Portaria 337/82, né, na verdade é a margem bruta, ou seja, desse percentual deverão ser retirado todos os custo tributários e administrativo e salário, folha de pagamento, é, imposto municipais, estaduais, federais e... Então, na verdade, são 30%, né, tira 12% de imposto, sobra 18% para que realmente faça pagamento de, da administração, salário e, e o investimento. Na verdade, só pros senhores terem uma noção, a margem, a margem líquida de uma farmácia hoje é em torno de 2%, 2,5%, precisa realmente ter muito (*ininteligível*) pra realmente sobrar isso.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - São normais vendas sem nota?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É, eu desconheço. Não posso comprovar isso pro senhor.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - E vendas com bonificações dada pelos laboratórios, descontos, elasticidade maior de prazo de pagamento, são normais essas flutuações ou há uma regra só, na média?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, isso é, é, acontece quando existe uma promoção, né, de algum, algum produto, mas não remédio de receituário. Isso acontece muito na linha de OTC, né, como isso acontece em todo o mercado, não só em farmácia como, é, no mercado normal. Mas em remédio de receituário isso não acontece.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - A rede de farmácia de V.Sa., particularmente, tem alguma vinculação com empresas atacadistas, com distribuidoras? Vinculação direta?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. É, a empresa... Deputado, eu só queria esclarecer que eu estou aqui pela ABRAFARMA, né, mas eu vou responder pela, pela minha empresa sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem. É bom esclarecê-lo que ele está aqui é depondo como cidadão, sócio de uma drogaria e presidente. Ele tá em todas as condições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É claro. Isso é evidente que, que...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Pessoa física e jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor, o senhor depoente é testemunha, poderá responder sobre tudo o que for perguntado, não há nenhuma restrição, pode se reservar o direito. Se não quiser falar da sua empresa, é um direito que tem de sonegar informação, mas pode ser questionado sobre a ABRAFARMA, sobre sua empresa, como cidadão, o que conhece fora da condição de Presidente da ABRAFARMA e de Presidente da sua empresa. Como testemunha, cidadão brasileiro.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O.K. Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Continua com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu fiz a indagação, então, se a testemunha pode esclarecer se há algum vínculo do grupo, da empresa dele, grupo de farmácia, com alguma distribuidora diretamente ou se, ao contrário, compra de várias distribuidoras.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. A Drogamed não tem relação nenhuma com nenhuma distribuidora, Deputado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Só varejo?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É, nós só temos varejo. A Drogamed é só varejista.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O senhor, a sua, a Drogamed, Paraná, já fez transações comerciais com laboratórios de Uberlândia, Minas Gerais, e, nesse caso, quais os nomes ou o nome desse laboratório?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - De Uberlândia? Não, de laboratório, não. Nós temos, eu posso comprovar pro senhor, uma nota fiscal de uma distribuidora de Uberlândia, de...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Como é o nome?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É, Costa Brava. Costa Parque. Costa Parque. E não é remédio, é cosmético, é um creme pra celulite.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Sa. sabe que houve uma diligência, inclusive, desta Comissão, identificando fabricação clandestina de medicamentos lá em Uberlândia. V.Sa., o seu grupo comercial chegou a adquirir algum, algum medicamento ou algum cosmético ou o que seja a esse núcleo de falsificação lá de Uberlândia, diretamente ao laboratório?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Diretamente ao laboratório, não. Da distribuidora Costa Brava.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Comprou à distribuidora Costa Brava, cuja sede é em Uberlândia?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - A sede é em Uberlândia.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sim. Bem. É, e V.Sa. teve, durante...

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Relator, é bom que ele dê o nome desse medicamento. Esse medicamento pode tá naquela relação que nós trouxemos aqui. É bom que ele dê o nome do medicamento, do cosmético.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, é, é um creme, é um cosmético...

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Como é o nome?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - ...creme pra celulite, Derm'Active 10.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Me parece que, se não me falha a memória, estava na relação que nós trouxemos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, com a palavra o Sr. Relator.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Agora, eu, eu só gostaria também de confirmar, Deputado Ney Lopes, é, não só a Drogamed, mas, se não as 50 mil farmácias, acho que umas 40 mil farmácias, todas que tinham condições de comprar trabalhava com esse creme. Ainda, nós compramos ainda, sabíamos que isso ia ser perguntado, compramos ainda, é, esse final de semana, em várias farmácias, em vários lugares do Brasil, Recife, Maranhão, Curitiba, e também foi encontrada em rede de supermercado em São Paulo também vendendo o produto. Então, não é só a Drogamed.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Relator...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Pelo menos acho que as 30 mil farmácia e supermercado encontraram o produto.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - É preciso que ele informe também quem é que produz o medicamento. Quem é que produz esse medicamento?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Faço minha a indagação do Deputado Mosconi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado deseja saber, Deputado Mosconi deseja saber quem produz esse medicamento. É só ler aí no invólucro, que deve tá.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O que me parece, Deputado Mosconi, esse produto ele é importado, é importado da Itália e é distribuído pelo laboratório... Tá tão pequeno aqui. *(Risos.)* Como que é o nome dele?

(Não identificado) - Sidone.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Sidone, Sidone, em Uberlândia. Mas o produto é...

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Relator, esse, só para sua informação, é um daqueles laboratórios...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É um daqueles. Eu sei.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - ...envolvidos na..., envolvidos... Possivelmente...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - A testemunha esclarece que comprou um produto do laboratório Sidone, através de uma distribuidora.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Costa Brava.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Sa. confirma, sob as penas da lei, que nunca comprou diretamente, só através da distribuidora.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Só através da distribuidora.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, eu indago ainda a V.Sa. se, na sua experiência no varejo farmacêutico, já em outras situações foi, voluntariamente ou involuntariamente, envolvido em compras de laboratórios semelhantes, laboratórios clandestinos semelhantes. Já houve algum precedente pessoal na sua atividade comercial ou não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, poderia repetir, por favor?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Antes, no passado, a Drogamed comprou, mesmo involuntariamente, sem saber, medicamentos fabricados clandestinamente ou pelo menos acusados disso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não lembro, Deputado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não lembra. Bem, por último, Sr. Presidente, eu indago ao depoente, como representante da ABRAFARMA, o seguinte: houve, ultimamente, no último ano ou nos últimos dois anos, alguma ação

concreta, uma indicação, um conselho, uma recomendação de laboratórios para sabotar o programa de genérico no varejo no Brasil? V.Sa. sabe, como líder da classe? Houve isso? Algum laboratório tentou sabotar genérico?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, Deputado, não é do meu conhecimento. Até pensei que isso os senhores iam perguntar na outra vez que eu tive aqui. Os repórteres já me perguntaram. Não houve nunca, nenhuma indústria chegou até a algumas redes pertencentes à ABRAFARMA e disse "olha, se vocês trabalharem com genérico vamos cortar algumas condições". Nada disso.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - E, por fim, eu lembro-me que V.Sa. falou aí que havia uma atração das farmácias pela, atração comercial obviamente, pela venda de medicamentos, dadas as vantagens oferecidas, bonificações e mais. Isso é uma prática comum de todos os laboratórios ou é uma prática dos laboratórios pequenos, médio e grandes?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, são daqueles laboratório que não investe em propaganda médica.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Os que não têm propaganda médica investem na bonificação.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Na bonificação.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - E os da propaganda médica investiriam em quê? Em amostras grátis?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É, a propa..., o que fazem propaganda médica investem em propaganda médica, né, visitação médica e amostra grátis também.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Amostra grátis, divulgações. Bem, Sr. Presidente, eu estou satisfeito e agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Sr. Relator. Tem a palavra o nobre Deputado Iris Simões.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou direto às perguntas ao Sr. Aparecido. Sr. Aparecido, o senhor disse, no seu depoimento como convidado na CPI no dia 3/2/2000... Eu vou ler aqui seu depoimento: "Nós tava tão preocupado. Nós, da ABRAFARMA, tava tão preocupado com a qualidade do remédio que se vendia nesse País. Eu acho que essa CPI deu um grande, uma grande oportunidade de se discutir, realmente, não são a questão de preço, mas a questão da qualidade do remédio vendido nesse

País. Nós tava tão preocupado que até nós, da ABRAFARMA, estávamos pensando de criar um departamento técnico para analisar os produtos que tava sendo vendido no mercado e criar um selo de qualidade". Essas, Sr. Presidente, senhor depoente, são as palavras suas na taquigrafia do seu depoimento como convidado, esse seu cuidado em pensar em criar um selo de qualidade. Alguém chegou a oferecer pro senhor, pra sua rede algum medicamento de procedência duvidosa, para que o senhor pensasse nisso? O que levou o senhor a pensar, a fazer esta, esse comentário e em tentar criar um selo de qualidade para analisar os medicamentos?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja, Deputado, realmente, eu confirmo isso, eu disse mesmo, justamente preocupado na qualidade do produto, *(ininteligível)* na qualidade. Agora, tem que ver o seguinte...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas alguém, alguém lhe ofereceu alguma coisa?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, eu não lembro não.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor soube notícia que tinha no mercado...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não lembro. É que tem... Como eu disse, que tem, tinha produtos, né... Uma coisa é verdade: até 98, o Ministério da Saúde... A saúde do brasileiro era diferente do que tem agora, dessa coisa pra melhorar. Já melhorou bastante. Após a instalação da Agência Nacional de Saúde, já sumiu muito produto que realmente eu queria dizer aqui...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor sabe que o senhor está falando sob juramento. Seu Camargo, como é que o senhor explica para todos nós, da CPI, pro Brasil, o fato da sua empresa aparecer no cadastro de um laboratório e de uma distribuidora clandestina que, provavelmente, além de falsificar, fabricava medicamento sem qualquer controle de qualidade? Está aqui, na diligência feita pela CPI no Município de Uberlândia, Minas Gerais. E eu vi a sua entrevista na televisão. O senhor falou que era a lápis anotação. Eu tenho aqui o cadastro e posso-lhe mostrar. Tá aqui, ó: Drogamed, Drogamed Comércio de Medicamentos Perfumaria Ltda. Rua Anne Frank, 1.919, Vila Alvre, Curitiba, Paraná. CEP 81.610-020. CGC 7867046/0001-97, Inscrição 10100775-80. E, dos endereços que eu, em Curitiba, fui atrás, alguns são endereços falsos, mas o seu é o endereço certinho, correto.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Da administração. Corretíssimo.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Como o senhor explica à CPI o seu cadastro ser encontrado num laboratório clandestino, o senhor, dono de uma grande rede de farmácia?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, não acontece só comigo, acontece com várias empresas grande neste País. Volta e meia, nós recebemos duplicatas pelo banco ou nem pelo banco, recebemos pelo cartório de notas e duplicatas emitidas contra nós, e nós nem compramos nada.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor não comprou desse laboratório?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, eu tô dizendo pro senhor que isso acontece sempre. Agora, o senhor tá dizendo de Uberlândia. Do laboratório eu confirmo pro senhor que nós não compramos nada. Da Distribuidora Costa Brava (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor disse agora, o senhor disse agora, no começo, com o Sr. Relator, que a sua rede só compra de laboratório. Mas, agora há pouco, o senhor se contradisse e disse que comprou esse medicamento de uma distribuidora. Agora. Então, o senhor tá se contradizendo. Tá faltando com a verdade. Como o senhor explica?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O senhor pode, o senhor pode, o senhor pode-me responder a pergunta?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Se nós formos apanhar as notas taquigráficas, no começo da intervenção do Sr. Relator o senhor disse que a sua rede só compra de laboratório, que não sabe nem dizer a questão dos BOs. Mas agora, quando o senhor mostrou esse creme — eu não sei pra que que serve —, o senhor disse que comprou de uma distribuidora de Uberlândia. Então, o senhor compra...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Acho que tem, acho que tem uma confusão, Deputado. Acho que não foi isso não. Eu disse o seguinte...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Eu solicito as notas taquigráficas, Sr. Presidente.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho o seguinte...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O Sr. Relator, por gentileza, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ele está com a palavra pra esclarecer. Deixe ele responder, e logo o Relator me pediu pra falar.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu disse na outra vez que nós comprávamos direto da indústria nem tudo, distribuidoras confiáveis. Eu disse isso na outra vez. Eu disse isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Sr. Relator pode esclarecer. Já que V.Exa. usa uma resposta dada ao Relator, o Relator deseja prestar esclarecimento. Com a palavra o Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Na minha pergunta, a única vez que eu me reportei à distribuição foi indagando o depoente se o grupo, a Drogamed era vinculada a alguma distribuidora específica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sócia?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sócia ou vinculada, e o depoente, então, respondeu. A colocação que eu fiz foi se era vinculado, se participava, se tinha... Foi a indagação que eu fiz hoje aqui, com a testemunha do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra... Tem a palavra o nobre ...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Uma questão de ordem. Não tem a ver sobre as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas deixe o Deputado concluir. V.Exa. logo fará a sua questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Pois não. Eu gostaria que fosse descontado do meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Descontado o quê, Deputado?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Dessas intervenções, Sr. Presidente. Gostaria.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, questão de ordem pra interromper os trabalhos. Eu quero apresentar, e aí com todo o direito do desconto do tempo, eu quero apresentar a questão de ordem sobre o trabalho do advogado. É preciso ficar claro qual a função do advogado na CPI. O advogado agora impediu que o depoente desse uma resposta à pergunta, uma resposta objetiva à pergunta do Deputado Iris Simões. Tirou do depoente o microfone, para orientá-lo a responder. O entendimento é que o advogado deve permanecer pra dizer, até pra orientar o depoente se ele responde ou não, mas não pra elaborar a resposta do depoente, porque isso pode viciar o depoimento. Isso não pode continuar. E eu gostaria de requerer a V.Exa., para a boa continuidade dos trabalhos, que orientasse o senhor advogado pra que apenas oriente se responde ou não. A resposta é do depoente e não do advogado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A questão de ordem que tinha a formular é a mesma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu respondo às duas questão de ordem. O senhor advogado tem todo o direito... Aliás, o depoente tem todo o direito de se assessorar. A resposta é dele, e eu vou assegurar isso. Agora, evidentemente que eu peço ao senhor advogado, se fez o gesto que acabou de fazer, que ele não seja tão hostil no seu assessoramento, né? Mas fica... Não, V.Exa. não tem direito de usar a palavra. Eu não vou assegurar o direito da palavra a V.Exa. Quem fala é o depoente. V.Exa. recolha ou não as observações que, em questão de ordem, acabam de ser levantadas pelos Srs. Deputados. Com a palavra o senhor depoente.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, posso continuar o meu, as minhas perguntas? Sr. Aparecido, o senhor sabe que nós quebramos o sigilo de todos os envolvidos em Uberlândia, telefone, bancário e fiscal. Se o senhor omitiu alguma coisa, lá vai constar. O senhor não era cliente desse laboratório, do quimioterápico, enfim, de laboratórios ligados a este laboratório clandestino lá da cidade de Uberlândia? O senhor não era cliente? A sua farmácia, a Rede de Farmácias Drogamed não era cliente?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu tenho 1.600 funcionários. Eu não... Não sou eu que faço compra, né? Quando apareceu o nome dessa empresa no jornal, eu pedi pra verificar e acompanhei nos arquivos, no nosso

registro no computador, não constava. Essa é a informação que eu tenho. De Uberlândia consta, sim, Costa Brava, né, essa distribuidora.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Muito bem. Eu deixo essa questão até para que... Têm outros Deputados que têm mais dados preparados para a questão. O senhor trouxe uma relação, aquela relação das chamadas "porcaria"? O senhor trouxe essa aqui.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Trouxe.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Trouxe a relação, não é? Os BOs, as farmácia. O senhor disse aqui em seu depoimento, no dia 3/2/2000, o senhor disse exatamente assim, das notas taquigráficas: "Por que é, por que é que se tem por aí tem muita porcaria no mercado. Então, nós somos a favor do genérico, desde que ele tenha todos os testes. A hora que isso tiver, as redes, as redes tão abertas para realmente trabalhar com genérico, né? Os similares também, as redes já trabalham, e o bonificado não". O senhor tá dizendo que a sua rede não trabalha com o bonificado. Tá aqui nas notas taquigráficas. "O famoso BO, 'Bom para Otário', isso realmente as redes não trabalham". Eu tenho aqui, Sr. Presidente.. Eu tenho aqui esse laboratório aqui, o Neo Química, o *(ininteligível)*, o Luper, eles fabricam bonificados, BO. Fabricam?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eles fabricam produtos bonificados.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O BO. O senhor compra deles?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Nós compramos deles porque...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Então como que o senhor diz que não vende BO, não vende bonificado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Espera aí, Deputado. É diferente a maneira da comercialização. Quando surgiu os tanto falados genérico, na época, que não tinha genérico ainda, os clientes correram pra farmácia comprar produtos similares. Nós fomos obrigado a colocar. De princípio, nós tentamos a não comprar, mas os cliente começaram a procurar. Então, nós fomos obrigado a ter o produto *(ininteligível)* buscar.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Se for olhar o procedimento fiscal seu, o senhor começou a comprar, então, nesses tempos só? É possível?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor acabou de dizer.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, não tô dizendo isso. Tô dizendo pro senhor que isso aumentou, mas eu disse pro senhor, logo no começo, disse pro Deputado Ney Lopes que é uma prática de todas farmácia há cinquenta anos.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas o senhor diz muito claro que não trabalha com BO. Inclusive, numa resposta ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, diz assim. O Deputado pergunta: "Aonde se vende o BO que o senhor falou? Nas pequenas farmácias". Mas eu, como consumidor e otário também, eu fui na sua farmácia nesse fim de semana, numa conversa que tive com o Deputado Arlindo Chinaglia, pra comprar o tal BO. Como o Deputado não estava no Paraná, ele falou: "Iris, você é o otário nº 1". Então, fui lá comprar e comprei. Comprei dois medicamentos, o Doricin, que está aqui, 5,80, 5 reais e 80. Este é o medicamento que eu comprei lá na sua farmácia. Ele é vendido, o Doricin 200, envelope com duas cápsulas. A farmácia compra por 1,10, preço que vem do laboratório. Para o consumidor 1,70. Esse não é o Doricin, esse é um outro medicamento, que é falado Albendazol, que é esse que mais interessa, o outro medicamento que eu comprei na sua farmácia no fim de semana. Albendazol 200 mg, envelope com duas cápsulas. Custo para a farmácia: 1,10. Preço ao consumidor: 1,57. Eu paguei na sua farmácia 1,70. Esta é aquela lista, Sr. Relator, que o senhor pediu do teto máximo, que é **sui generis**. Porque existe um teto máximo, eles vendem pelo teto máximo, o senhor ultrapassou. É 1,57, o senhor vendeu por 1,70. Ganhou bonificado. Segundo os cálculos, o senhor ganhou cento..., a sua farmácia tá ganhando 186% em cima do medicamento chamado Albendazol, um BO. Eu comprei dois BO na sua farmácia, dois remédios bonificados. O senhor vem na CPI, diz que não vende bonificado "Bom para Otário". É bonificado ou não é?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, esse... Ele é a prática de trabalhar. Esse laboratório...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas é bonificado? Eu queria uma resposta simples. É ou não é?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Ele não é. Ele dá uma... Ele dá pra farmácia... No nosso caso, por exemplo, é dado uma contribuição, uma remuneração para o balconista. É dado uma remuneração pro balconista.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Que remuneração é essa, Sr. Aparecido?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Varia. Varia. Existe cota de venda. Existe *(ininteligível)* de venda.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Esse é o BO ou não é, Sr. Aparecido? Eu gostaria de saber. É ou não é?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não posso considerar o *(ininteligível)* como um laboratório BO. O que lançou o genérico...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O Neo Química, o Neo Química é fabricante de bonificado ou não é?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Também não considero...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O Luper, que o senhor faria agora, agora, a partir da sua vinda na CPI como convidado, uma promoção na praia e que ficou entristecido pelas suas declarações que colocou os BOs como porcarias e que deixou de fazer com o senhor. As notícias que eu tenho.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, essas duas são diferentes, Deputado.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - São as denúncias que eu tenho.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - São duas coisas diferentes, Deputado. Uma era BO, e outras era "porcaria". Uma coisa era diferente da outra.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O Albendazol, o Doricin são bonificados? São BOs? Eu gostaria da sua... Sim ou não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Talvez, talvez em alguma farmácia sim. Na Drogamed, na minha empresa é pago, é dada uma remuneração.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Então, pras pequenas isso aqui, de má qualidade, é porcaria, pra sua farmácia...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - *(Ininteligível.)* Eu não considero má qualidade.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Bom, o senhor falou que são porcarias, que só as pequenas farmácias vendem.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, senhor. Eu disse: porcaria é diferente de BO.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor, no pronunciamento com o Deputado Ney Lopes, o senhor também falou. O Deputado Arnaldo Faria de Sá falou: "Quem vende, aonde vende?" O senhor falou: "Nas pequenas farmácias". Tá aqui nas notas taquigráficas. Isto no seu depoimento passado. Tá aí, Sr.

Presidente. O Sr. Aparecido já tem várias contradições nesta CPI, várias contradições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu lamento advertir que o seu tempo tá esgotado. Para concluir.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, mas o meu tempo o senhor tem que voltar atrás e colher aquilo que foi-me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu já descontei, nobre Deputado. V.Exa. ocupa a tribuna por quinze minutos. Portanto, três a mais. V.Exa. tem dois minutinhos para concluir. Eu lamento profundamente, mas como têm outros Deputados...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Aparecido, o senhor é contra a venda de medicamentos nos mercados, nos supermercados.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não? O senhor é favorável no supermercado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu sou favorável... Olha, veja bem, eu tô, eu tô trabalhando isso desde o começo, quando aconteceu isso. O que nós tamos dizendo é o seguinte. Nós não somos contra. Nós somos contra o que vai pro supermercado. Nós somos contra aqueles remédios que devem ser vendido com a orientação do farmacêutico. Nós somos contra, porque o supermercado não vai ter o farmacêutico. Agora, de ir os demais produtos pra supermercado nós não somos contra. Nós já dissemos isso até pro próprio Ministro.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Eu tenho pouco tempo. Gostaria de interromper. O senhor é contra, por exemplo, a mídia, a propaganda de medicamentos? O senhor é contra ou a favor?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Medicamentos de receituário?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor é contra ou a favor?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Propaganda onde, Deputado?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Propaganda. Onde faz propaganda? No rádio, no jornal, na televisão, panfleto. O senhor é contra ou a favor?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Contra a propaganda de remédios na televisão?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - De remédios.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu sou contra.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Pois é, mas a sua farmácia, tá aqui, a sua farmácia, a Drogamed, tem uma promoção maravilhosa. "Ganhe ou ganhe. Promoção Drogamed". Tá aqui. Incrível, Sr. Presidente. Jogo de painéis Day by Day Panex, 5 peças, 2.500 pontos pra quem compra na Drogamed. Tem mais: jogo de talheres Disolle, panela de pressão Panex. Tem mais. Tem muito mais aqui lá na Drogamed. Olha só. E ele é contra, e tem propaganda de medicamentos aqui. Natus Gerin, revigorante físico e mental um BO; Gastrol, muito mais antiácido, um BO. Mais aqui, Sr. Presidente, se ganha de tudo lá, ventilador Ventus Britânia, também, garrafa térmica Aladim, 600 pontos, relógio de parede, 300 pontos, jogo de talheres, ferro de passar, bola de futebol, banco imobiliário, boneca Nenenzinho, da Estrela. Tá aqui. É uma promoção, "Ganhe ou ganhe na Drogamed", com cerca de oitenta farmácias no Paraná. O que o senhor tem a dizer disso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, é diferente isso, eu não tô... Aí... Veja só... Eu tô... É diferente. Eu tô dizendo pro senhor que sou contra a indústria fazer propaganda de remédio em rádio, televisão, o que for. Isso que eu tô dizendo pro senhor.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Essa promoção o senhor acha justa?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Essa é uma promoção comercial. Eu não tô dizendo

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Remédio é, remédio é um...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não vendo só remédio.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Eu vi que a sua farmácia é um supermercado.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, senhor, é um **drugstore**, que, aliás, eu acho que ...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Tem que copiar tudo que vem dos Estados Unidos, mas as coisas boas nós não estamos preparados ainda para farmácia virar quitanda. Sr. Presidente, passo a palavra aos outros companheiros, não me dou como satisfeito, e as contradições são graves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É um direito seu. Obrigado, nobre Deputado. Com a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Obrigado, Sr. Presidente. Eu pediria para que o Dr. Aparecido respondesse bem rápido, para que eu pudesse fazer

todas as perguntas que tenho a fazer. Primeiro, eu devo esclarecer que o senhor não trouxe, não, nenhuma lista de BOs. O que o senhor trouxe foi uma lista de medicamentos publicados, que a Vigilância Sanitária retirou do mercado, e o senhor respondeu para o Deputado Iris que o senhor trouxe uma lista aqui de BOs, não é verdadeira essa afirmação. *(Pausa.)*

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não disse isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Disse sim. Só que eu não vou voltar a fita porque eu não posso perder tempo. O senhor disse no seu depoimento, na pág. 32, no seu primeiro depoimento, o seguinte: "Eu acho que o farmacêutico... É importante a presença do farmacêutico pelo menos 42 horas por semana, na farmácia, né? É muito que não tem. Hoje muitas farmácias, 40% ou mais das farmácias não têm farmacêutico. Eu acho que é importante". Como é que o senhor pode deixar que, na sua farmácia, permaneçam farmacêuticos por 42 horas, quando a lei determina que ele deve permanecer na farmácia? Eu queria que o senhor respondesse, e não o seu advogado, quando a lei diz que na farmácia deve permanecer o farmacêutico durante todo o tempo que ela estiver aberta.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O.k., Deputado, eu só queria responder para o senhor o seguinte: a Drogamed é a única rede de farmácia no Brasil que tem farmacêutico 24 horas. E, quando eu tô dizendo que eu tô defendendo pelo menos, pelo menos 42 horas semanais, que todas farmácia, ou então que tivesse uma lei que, de repente, surgisse daqui da CPI uma lei que todas as farmácias cumpram, não sei se quatro horas por dia ou seis horas por dia, mas que tenha uma lei que seja cumprida. Então não adianta... A lei diz hoje o seguinte: "O farmacêutico deverá permanecer na farmácia enquanto a farmácia estiver aberta". Mas o senhor sabe que, na prática, não é isso. Então, na minha, na minha rede de farmácia tem farmacêutico, sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor, em dois momentos do seu depoimento, que eu vou ler na pág. 33, na pág. 34, o senhor diz o seguinte: "Ainda as distribuidoras não colocam o número do lote na nota fiscal". Na pág. 75, o senhor, respondendo a uma pergunta feita por mim, o senhor pôs assim: "Veja, Deputado, a rede compra muito pouco de distribuidora". Aí é quando vem a questão que o Deputado Iris levantou inclusive da resposta de distribuidoras, e eu digo o senhor falou, sim, que comprava pouco de distribuidoras e não que não comprava. "Veja, Deputado, a rede compra muito pouco de distribuidora, a rede é abastecida

direto pela indústria, pela qual tem um controle. Agora, de distribuidoras, a rede compra muito pouco, então o que nós estamos fazendo é permitindo que realmente passem a fazer, agora as demais farmácias compram 100% das distribuidoras". Por que, então, o senhor aceita na sua farmácia entregas que não contenham nas suas notas fiscais o número dos lotes?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu queria esclarecer, a Portaria nº 802, é de outubro de 98...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor me desculpe, eu não preciso que o senhor me esclareça sobre portarias, eu quero só que o senhor me responda se o senhor disse...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Mas a portaria é a mesma portaria que foi republicada em abril de 99, foi mudada, Deputado, pela qual eu trouxe até para esclarecer ao senhor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não obriga mais...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não obriga mais, ela pode colocar etiqueta ou um jato de tinta, essa nova lei de abril de 99.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Etiqueta ou um jato de tinta, como assim?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Ou jato de tinta. As distribuidoras deverá colocar na sua embalagem uma etiqueta que identifica o nome da distribuidora ou um jato de tinta que identifica o nome da distribuidora. Está aqui...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Na nota fiscal.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, na embalagem do produto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor disse aqui que na nota fiscal tinha que vim o número do lote.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, realmente o senhor diz isso, que a lei trazia isso, a Lei 802, eu confirmei para o senhor. Até foi uma confirmação errônea...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Isso eu tô dizendo no rótulo. Tudo bem, tem que vim ali, mas, na nota fiscal, tem que vim o número do lote daquele medicamento, daquele produto que tá sendo entregue.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não nessa portaria nova não é necessário mais colocar na nota fiscal.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ou seja, fizeram uma portaria no sentido de segurar a distribuição de remédios falsos e roubados e depois não se sabe por que motivo fizeram uma nova portaria ajudando os ladrões e falsificadores de remédio. É isso? Então a informação que o senhor deu no seu primeiro depoimento o senhor estava mal informado. É isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu estava..., eu tinha a portaria, a primeira portaria a segunda ainda não tinha.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Depois, Sr. Presidente, pediria que a assessoria levantasse essa portaria e nós fizéssemos um apelo à autoridade, para que revisse novamente essa portaria.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Tenho uma cópia.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor respondeu numa entrevista, se não me engano à **TV Globo**, em Curitiba, dizendo que o senhor não sabia como tinha aparecido aquela nota fiscal. O senhor já se esclareceu a respeito disso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu disse o seguinte: a minha empresa não tinha comprado remédio de Uberlândia, e, sim, um creme de massagem, creme de separar celulite.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - É um creme. Nós temos que tomar muito cuidado quando falamos um creme para passar no rosto bonitinho ou um creme como diz aqui para celulite, para celulite e que, inclusive, diz que a pessoa não deve se expor ao sol, a não ser que pare de usar algum tempo, ou seja, então, quer dizer que é um produto danoso, sim. É um produto que inclusive pode causar câncer de pele, e o senhor como farmacêutico sabe disso. Então, não estamos falando de um batom, nós não estamos falando de uma bobagem qualquer. O senhor, como dono de farmácia, deve ter o mínimo de noção sabendo que isso pode, inclusive, causar câncer de pele. Então, nós não estamos falando de um produto qualquer por aí.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor, o senhor me desculpe, eu não tenho tempo para ficar lendo as revistas de propaganda sobre o produto. Eu não tô dizendo que o senhor é o único errado, eu tô dizendo que o senhor também é errado.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu só queria confirmar com o senhor que, de uma vez que o produto tem propaganda numa revista nacional, o consumidor passa a procurar esse produto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E por isso o senhor vende?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Mas não é... É uma prática (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, se eu conseguir uma revista que publique que cocaína é bom, vai ter um monte de gente comprando cocaína pra vender porque tem gente procurando.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, esse produto tem registro no Ministério da Saúde. Tá o número aqui.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu vou chegar lá, em parte. Olha, o senhor respondeu uma pergunta para o Relator lá no primeiro depoimento, o senhor disse o seguinte: "Veja, Relator, eu acho que não, a margem estabelecida..." Quando ele lhe pergunta se a margem estabelecida de 30% é o motivo de os remédios serem vendidos tão caro. "Veja, Relator, eu acho que não, a margem estabelecida é essa de 30%, mas as redes nunca trabalham com essa margem, sempre trabalham com margem menor, você pode ver aí como eu mostrei agora pouco, 12% dessa margem fica de imposto". O senhor reafirmou isso agora, certo? O produto, por exemplo, tetraciclina ou um produto qualquer como o que Deputado mostrou, não existe uma alteração de preço radical, não existe um laboratório que venda por 10 centavos uma pílula e outro vendendo a 1 real; existe uma diferença: um vende a 10 centavos, o outro pode vender a 20 centavos, mas não existe 1.000% a mais. O senhor concorda comigo, né? Pelo menos o senhor não compraria esse produto. O senhor concorda comigo?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja, se eu achar um produto igual que eu tô acostumado a comprar e se eu achar um muito mais barato, realmente eu não vou comprar, se eu achar um único...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, tá ótimo, vamos lá, o senhor chegou aonde eu queria. O senhor disse isso... Eu tenho uma nota fiscal desta empresa, que o senhor diz idônea da distribuição de medicamentos, comprou... O senhor comprou... O senhor comprou não, ela compra esse medicamento tetraciclina por 26 centavos. Nós compramos na sua farmácia, que, aliás, devo esclarecer que não queriam não me dar nota fiscal, foi um tempo considerado, mas

eu não posso dizer que o senhor não dá porque nós conseguimos, pra convencer de ser dada, e o senhor vende por 5,50, dois comprimidos. Então, essa afirmativa do senhor, o senhor quer corrigi-la a respeito dos 18% de margem de lucro somente, ou o senhor quer reafirmá-la? *(Pausa.)* Eu gostaria que o senhor respondesse às minhas perguntas, e não o seu advogado. Inclusive, Sr. Presidente, eu gostaria que segurasse o tempo, mas que V.Exa. instrísse que o advogado não tem o direito de responder ao seu cliente.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu realmente não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Este produto é vendido pelo laboratório? Não especificamente este laboratório, mesmo laboratório, um outro laboratório vende esse produto por 26 centavos. O senhor disse pra mim que não compraria um produto se a disparidade de preço, se a diferença fosse exageradamente alta. Ou seja, se um vende acerca de 26 centavos, o senhor não compraria um por 4 reais, por 3 reais, o senhor poderia até comprar um por 50 centavos. Agora, o senhor vende por 5,50 uma cartela com dois, ou seja, por 2 reais e 25 o comprimido, e o senhor afirma que não tem um lucro exagerado.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Esse, esse...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Como é que o senhor me explica que não tem um lucro exagerado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O preço de caderno desse produto, Deputado... O senhor verificou o preço do caderno?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Que caderno?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O caderno de venda.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu verifiquei o que foi pago na nota fiscal. Fomos na sua farmácia e compramos... Eu desembolsei 5 reais e 50. E tá aqui: Robson T. na nota fiscal. E ainda pus Câmara, porque o rapaz ficou em dúvida e se falasse Tuma provavelmente criaria um problema *(ininteligível)* então, foi colocado isso. Mais do que isso: aqui atrás está escrito — e eu não vou entrar nem nesse mérito — venda sob prescrição médica, e quem comprou foi um rapaz de 17 anos.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, essa é a prática... essa é a prática no Brasil.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Essa é a prática no Brasil? E o senhor acha que como existem farmácias que fazem essa prática... Hã, vamos fazer, não importa a lei, não se respeita a lei, é isso que o senhor quer dizer? Se respeita a normalidade das farmácias.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu quero... O senhor não tem resposta. O senhor já deixou claro que o senhor não pode me explicar como é que o lucro é de 30%. Se não é real, o senhor tá mudando a resposta, então eu vou passar pra outra pergunta.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Mas eu gostaria de responder.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então me responda porque eu não tenho tempo pra ficar aqui perdendo com o senhor enrolando em outras respostas.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu sou contra esse tipo de trabalho. Eu prefiro... A minha opinião é que os laboratórios não trabalhem com bonificação, e sim que dilui o preço do remédio, que, aliás, essa CPI tá aí pra isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu não estou falando de bonificação, doutor. Eu estou falando que o senhor disse que o lucro da farmácia nunca se chegava a 30%, que doze era de imposto. Mas vamos supor que fosse trinta, se o laboratório vende a 0,26, por que a sua farmácia, num produto com as mesmas substâncias, vende por 5,50? Esta é a pergunta. O senhor entendeu a pergunta porque ela tá bem clara. O senhor tem como dizer o porquê que neste produto o senhor teve um lucro tão exagerado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, sinceramente, eu tenho que verificar de perto isso. Eu acho que, se foi cobrado a mais do que o preço normal de... de... de... que deve ser cobrado, realmente eu tô errado, mas se tá no preço do caderno, eu acho que tá na média.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor veja, eu não tô aqui levantando nada, eu só tô tentando esclarecer aquilo que o senhor falou. Na pág. 52 do seu depoimento, ou melhor, na 33, na sua exposição inicial, *(Pausa.)* o senhor coloca assim: Eu acho que o momento é oportuno para que nós... Essa CPI veio num momento muito oportuno. Nós, já, o ano passado, viemos trabalhando muito sobre a questão de qualidade dos remédios, da qualidade da fabricação até o final, né? Depois daquela onda de falsificação, que depois eu vou pedir pro senhor me esclarecer sobre essa nota do jornal aqui de Brasília, o **Correio Braziliense**

colocou que o senhor estava distribuindo remédios falsificados, o Andrancur, Andracu, Androcur. Eu acho que essa CPI vem completar, com esse trabalho que foi começado ano passado, junto com o Ministério da Saúde, e acho que precisa melhor controle na fabricação, no armazenamento, melhor controle no transporte. Aí o senhor continua. Na pág. 30 da sua exposição, ou seja, pro senhor não se confundir em respeito de pergunta nenhuma, porque o senhor estava (*ininteligível*). Então, nós somos a favor de genéricos, desde que ele tenha todos os testes. A hora que isso tiver, as redes estão abertas realmente para trabalhar com genérico, né? Os similares, também, as redes já trabalham. E o bonificado, não, né? O famoso BO, "Bom para Otário". Aliás, eu deva corrigir o Deputado Iris, quando diz, o Deputado Arlindo disse que seria o otário nº 1. Otário não é aquele que compra, otário é aquele que vende, que corre o risco do filho, numa viagem, passar mal e comprar um remédio que eles gostam de vender e acabar tendo sérios problemas de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, o tempo de V.Exa. está esgotado. Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu vou concluir, Sr. Presidente. E o senhor fala aqui dos famosos BOs e diz que não trabalham com BOs. Eu devo explicar pro senhor o seguinte: esta Costa Parque — que o senhor diz com orgulho de que não comprou dos laboratórios falsificados de Uberlândia, mas, sim, de uma distribuidora através de seu representante — é uma distribuidora que vende e distribui os remédios falsificados de Uberlândia. Mais do que isso: ela não só é usada pra vender os remédios do Laboratório Quimioterápica, como também do Laboratório Sidone, que importa este produto, este produto que o senhor mostrou... Sr. Presidente, é muito importante, é a minha última pergunta, eu peço só um minuto de paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, sim. Eu peço que conclua a pergunta. V.Exa. ocupa tempo de dezessete minutos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Que inclusive o rótulo, estranhamente, é diferente do rótulo que o senhor acabou de mostrar aí. E aqui está o selo e a nota fiscal de compra na sua farmácia, que o rótulo é diferente e o selo no vidro, com o seu é estranhamente diferente. Esta empresa, além de ser a empresa usada pra eles — eu ontem já pedi ao delegado, porque estranhamente sumiu de Uberlândia. O aluguel da casa que funciona esta Costa Parque, com seus donos alugando, tem,

por incrível que pareça, como avalista, como avalista, o dono dos laboratórios que fazem remédio falsificado. E mais do que isso: o senhor compra remédio de uma empresa cujos donos se escondem através da legislação uruguaia, porque não tem donos. Esta empresa distribuidora é de propriedade de duas empresas com sede em Montevideu, no Uruguai, como eu mostro pro senhor. Mais do que isso: estão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu peço a V.Exa. a compreensão. V.Exa. fala dezoito minutos. Tem uma lista enorme de Deputados inscritos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Vou concluir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não prejudica a mim, que o escuta com encanto. V.Exa. toma o tempo dos seus colegas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor vendeu esse produto depois, mesmo que tudo o que o senhor falasse fosse verdadeiro, o senhor vendeu depois que o Ministério da Saúde, a Secretaria de Vigilância fecharam esses laboratórios e interditaram, inclusive, esse que estava distribuindo isso. E eu falo ao senhor só o seguinte: o senhor não está trazendo a verdade quando diz dos medicamentos bonificados. A nota fiscal entregue da venda desses produtos aqui, que podem causar câncer de *(ininteligível)*, está aqui: natureza da operação — bonificação. Então, o senhor trabalha, sim. Está mentindo para essa CPI, sob juramento. O senhor gostaria de mudar esta afirmação ou senhor vai confirmar que não trabalha com bonificação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Aparecido, para responder

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ...nem com nós tendo uma prova concreta de que o senhor mexe com bonificação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Aparecido, para responder, encerrando.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, essa bonificação é diferente do que o senhor tá imaginando. Essa bonificação é campanha publicitária, pela qual eu tenho aqui uma parceria feita com a distribuidora, e o produto entrou, e

essa mercadoria, essa nota oficial de bonificação foi para pagar essa parceria de propaganda. Isso é uma prática do mercado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor disse que os BOs são produtos de bonificação. O senhor disse no seu depoimento primeiro, e eu tenho aqui em minhas mãos. Então *(Falha na gravação.)* de V.Exa., e V.Exa. use como quer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só que eu tenho direito de não aceitá-la, e mais do que isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É um direito. Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ...entrarei com requerimento para provar que o senhor está mentindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ...para que a CPI possa o processar por falso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais pares, eu quero fazer algumas perguntas bem diretas, porque eu penso que há algumas contradições ou, para dizer o mínimo, diferenças no seu depoimento anterior. Antes, recebi aqui um telefonema do Dr. Dirceu, que é Presidente do Conselho Regional de Farmácia de São Paulo. Ele foi acionado porque, no seu depoimento inicial, aqui, hoje, o senhor falou que era uma prática no meio farmacêutico a questão dos BOs. A pergunta que eu faço, então, em homenagem aos profissionais farmacêuticos é: o senhor é farmacêutico ou não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Esta prática é de balconista de farmácia ou o senhor inclui os farmacêuticos nessa prática de BO?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, de atendente de farmácia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - De atendente de farmácia. O.k. Em frente, o senhor disse, no seu primeiro depoimento, que as bonificações, os BO, eram prática de farmácias pequenas e que não eram de redes de drogarias. Hoje o senhor admitiu que as drogarias também compram e vendem. O senhor confirma,

então, que rede de drogaria, não só farmácias pequenas, também compram e vendem remédio com bonificação? O senhor precisa falar pra tá no microfone.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Ah, não, é... Confirmo o que o senhor disse, não só pequenas, como a rede também.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. Então tá claro. É... O senhor — aqui a pergunta vai como o senhor sendo um dos sócios da Drogamed —, o senhor podia dizer se o Sr. Carlos Francisco Bueno, o Sr. João Bueno Garcia são seus parentes?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - São meus irmãos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - São seus irmãos.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O Sr. Pedro de Paula Filho é seu parente?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Mas o senhor tem uma outra sociedade na Drogamed que é da Produção, Administração e Participações Ltda.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Certo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não é isso? Aqui, no contrato do final de 99, aparecem como donos os Srs. Antônio Barea e Geovani Antônio Barea, não é isso?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Além desses dois sócios, tem outros sócios desta empresa Produção, Administração, etc., que são sócios do senhor na Drogamed?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não tem. O senhor sabe que o Sr. Antônio Barea e o Sr. Geovani Antônio Barea, por sua vez, são sócios na Distribuidora de Medicamentos ABIFARMA Ltda. O senhor sabe disso, não sabe?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - ABIFARMA, né?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - ABIFARMA.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Distribuidora de Medicamentos ABIFARMA Ltda.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Sei. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor leu o noticiário de que essa Distribuidora de Medicamentos ABIFARMA vendeu lote falsificado de Androcur pro Hospital Universitário de Londrina e pro Hospital das Clínicas de Curitiba? O senhor sabe disso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não sabia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não sabia?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não sabia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso aqui foi, assim, fartamente divulgado. Eu tenho aqui cópias de várias reportagens e o senhor não teve oportunidade de saber disso. O senhor não leu o jornal referente à venda de remédio falsificado lá em Londrina e em Curitiba?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso quando que saiu, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Possivelmente em 98.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Noventa e oito? Realmente, eu não me lembrava disso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. O senhor disse há pouco que o lucro de uma farmácia bem, ou de uma drogaria, de uma unidade bem administrada é de 2%, não foi isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Dois e meio, 3%.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Dois e meio? Tá. E o senhor, respondendo ao Relator, o senhor disse que nunca vendeu sem nota fiscal. Veja, o senhor, pelo que eu pude descobrir através da junta comercial, a sua primeira farmácia o senhor adquiriu em 1979, esta que evoluiu para a Drogamed. O primeiro contrato social que tem na junta comercial é de 79.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Setenta e nove.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quantas farmácias o senhor tinha em 79?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Em 79? Uma.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Uma.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Em 90, o senhor tem uma rede, é sócio de uma rede de oitenta.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Em 70, em 99, não, em 80. São 74 lojas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Setenta e quatro lojas. Obrigado. Agora, sem vender bonificação, sem deixar de emitir nota fiscal e com lucro de 2,5 a 3%, como é que o senhor explica um crescimento bastante razoável em vinte anos, aproximadamente?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Trabalho.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Trabalho. É... Significa que...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não sou, eu não sou dono sozinho, né, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu sei, falei que o senhor é sócio.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O senhor tá vendo aí, eu sócio.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sócio majoritário...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Sócio majoritário.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...e mais dois irmãos, que também são sócios, que dá maioria nesta sociedade. Primeiro, o senhor tem dito que a distribuidora que o senhor comprou, a Costa Brava. Cada vez que o senhor fala, o advogado "buxixa", e eu entendo que é Costa Parque.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É Costa Parque.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Costa Parque. O.k. O senhor paga quanto para os balconistas da sua rede de drogarias? Qual o salário deles?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eles têm... Eles têm um, um salário e têm mais...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A porcentagem, eu sei.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu tenho uma comissão (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O salário, quanto é? O salário deles quanto é?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O salário é o normal, obrigatório.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quanto?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho que obrigatório hoje, não me lembro agora, deve ser duzentos e pouquinho, não sei quanto é. Pelo sindicato... Não me lembro, não me lembro. *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor sabe, o senhor sabe, o senhor disse que parte da bonificação vai para os balconistas, portanto, eu concluo que é uma prática conhecida dos donos de drogarias, de rede de farmácias, que ele paga um salário baixo, é o mínimo que a legislação exige, e o resto vai ser complementado com percentual que ele vai ganhar na venda. Não é isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Na venda, é..., na venda da loja.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Na venda da loja.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Essa bonifica... Essa, digamos, esse acréscimo no rendimento, essa comissão, ela advém dos medicamentos chamados éticos, ou seja, aqueles que não dão bonificação ou advém dos BOs, daqueles que pagam bonificação, ou dos dois?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso vem da venda geral dele, entra venda de perfumaria, de tudo o que tá na loja.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - *(Ininteligível.)* medicamento. Medicamento.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Medicamento? No medicamento é o seguinte: quando tem algum laboratório que queira fazer alguma campanha, aí aquele que me interessa, se paga mais pro balconista.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu sei. Os donos da farmácia têm que autorizar, não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Sim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agora, o senhor, como sócio da rede, num recebe um percentual da bonificação? Vai tudo pro balconista ou o senhor recebe uma parte?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, acho que daí... É o lucro da empresa, né? Essa entra no... A venda, tem o custo...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, pra ficar claro, porque eu sou muito limitado, eu sou muito "burrado". É o seguinte: a drogaria recebe uma parte da bonificação ou não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Ela recebe, ela recebe é desconto.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso, e vai pro lucro da empresa.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Justamente, pro lucro da empresa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, ainda que de forma tortuosa, nós podemos dizer que da bonificação, uma parte vai pro balconista e uma parte vai para a renda da empresa, e o lucro da empresa é repartido entre os sócios. Portanto, eu posso concluir que os sócios recebem parte da bonificação.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não sei se entendo assim, porque realmente vai pelo lucro da empresa e o sócio tem um pró-labore.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Então, assim, chega também parte para os donos da empresa, não é isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor me disse há pouco que esse crescimento era devido ao trabalho, é... E o senhor naquele momento não admitiu que, além do trabalho — esse de ganhar suando a camisa, ali, 2,5% —, então a bonificação também entra. Como é que o senhor calcula a bonificação? Significa quanto dos lucros da sua empresa, percentualmente falando?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não tenho esse número, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor — na primeira vez, eu perguntei —, o senhor prometeu que traria, ou nos entregaria uma lista de medicamentos e dos laboratórios que os fabricam, que, na sua exposição, teria relação com aquilo que o senhor chamou de BO. E que o senhor tem razão, que é uma coisa antiga. Agora, o senhor trouxe uma lista que eu não pude observar e passou às mãos do Sr. Relator. Mas então vamos facilitar aqui pro senhor. O senhor tá trabalhando em farmácia, mesmo não sendo farmacêutico, há 25 anos, não é isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Trinta e cinco anos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Trinta e cinco anos. O senhor já vendeu alguma vez os seguintes medicamentos: Virilon, Resfenol, Gliteol, Gastrol, Termogripe, Nazóbio, Bismujet, Metildopa, Furozemide, Naridrin, Tônico Blumen, Expec, Energil C? Tem outros. O senhor conhece esses medicamentos?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Alguns eu conheço, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Alguns, o.k.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Alguns eu conheço.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor classifica...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Alguns é da minha época de balcão ainda.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exato. O senhor classifica esses como BO ou não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, eu não considero ele como BO.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Que que eles são?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Porque realmente são produtos que trabalha na parte do comissionamento. Esses aí são aqueles laboratórios...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pagam bonificação.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - São aqueles laboratórios que não investem em publicidade, e sim investe na farmácia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Então, isso aqui, até pra ficar claro, BO... Isso aqui o senhor não considera BO. O senhor considera o quê?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu considero o "empurroterapia".

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - "Empurroterapia".

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Justamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quer dizer, mas não poderia...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso aí são, isso aí são similares, não?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu sei que são similares.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, veja, a diferença que o senhor faz de BO para "empurroterapia" qual é exatamente?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja, a questão do BO... Tem aquele BO... No linguajar da farmácia, que eu disse pro senhor no começo...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso, claro.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É, tudo que tem comissão chama-se BO no linguajar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então é BO. Isso aqui também é BO.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É, pode ser considerado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente. Então, veja, com isso, veja, o senhor conhece. Eu não tô culpando o senhor nesse aspecto, só tô querendo que o senhor confirme que esses aqui são os BOs mais procurados e vendidos em todas as farmácias, pelo menos de Curitiba, porque isso aqui veio de lá, profissionais que a gente contatou. Significa que a sua rede de drogaria também vende, não é sua exclusividade, mas significa...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Cliente procura no balcão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente. Mas significa que o senhor tem conhecimento.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Se o produto tem registro...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO -e cliente procura no balcão...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente. E o senhor, no depoimento passado e neste, o senhor, cautelosamente, citou a luz do final do túnel, da Vigilância Sanitária, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Essa coisa miraculosa, não é isso? Quantas vezes a Agência de Vigilância Sanitária foi em Curitiba fiscalizar na ponta, nas farmácias, nas drogarias?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso é um trabalho da Vigilância Sanitária local, né?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não da Agência.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não da Agência. Olha, Deputado, realmente, não é costumeiro fazer isso, saber (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, o senhor não acha que...
Veja, o senhor não acha que, como Presidente da ABRAFARMA, o senhor dizer que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que é evidente recém-nata — ela saiu em 99 —, ela representou, de fato, uma esperança? Porque o senhor tá acabando de dizer que a Vigilância Sanitária não tem prática. Nós podemos carregar mais. Ela não vai.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Mas eu tenho certeza que a Agência Nacional de Saúde vai exigir que isso aconteça.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas como é? O senhor baseia essa certeza em quê? Por que ela já não fez isso, se ela tá durando há mais..., há um ano já?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho que ainda não deu tempo, porque realmente tem que contratar técnicos (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas o senhor acabou de dizer que seria uma função da vigilância estadual ou até municipal.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É, municipal e estadual.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exato.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, por quê, ao mesmo tempo que o senhor elogia a Agência Nacional... Porque, o que eu tô entendendo, pra falar com franqueza, pro senhor entender a minha preocupação, é que o senhor, no intuito de proteger a sua atividade comercial, o senhor fala: Olha, a Agência Nacional, ela agora vem pra valer. Eu tô querendo que o senhor confirme que isso não está ocorrendo. E, na minha opinião, o senhor já confirmou. Não há vigilância ainda.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Ainda não, Deputado. Ainda tá... Eu acho que precisa realmente melhorar muito.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Deputado Arlindo Chinaglia, você me permite um aparte? Não sei se regimentalmente eu posso...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se o Presidente concordar, não há problema.

(Não identificado) - É que parece... Só pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - (*Inaudível.*) o tempo é de V.Exa. O tempo é de V.Exa., Deputado Arlindo Chinaglia, e devo dizer que

V.Exa. deve concluir, porque já ocupa dois minutos a mais do seu tempo regulamentar.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Presidente, eu gostaria só de esclarecer, porque é bom que a gente não fique com essa dúvida. Parece, então, que seria obrigação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária fiscalizar farmácia em todo o Brasil, o que me parece que não é a realidade, Deputado. O que me parece é que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ela vai determinar normas, parâmetros e premissas, se preciso. Mas quem vai fazer a vigilância sanitária é a vigilância municipal...

(Não identificado) - Municipal.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Municipal. Essa é que precisa fazer.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, o que não pode é passar a idéia pra a sociedade que o fato de ter criado a Agência Nacional significa que a vigilância melhorou. Pra concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, pra concluir. Eu quero fazer uma outra, uma última pergunta apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu tô agradecendo depois da sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É que eu ando traumatizado, mas eu agradeço o *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas V.Exa. sabe que não há razão nenhuma pra isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor podia relatar se a sua rede foi acionada pelo Conselho Federal de Farmácia por fazer propaganda que contraria a lei? Segunda pergunta no mesmo sentido. O senhor comprou recentemente ou incorporou, enfim, fez uma sociedade que incorporou a Minerva também, a rede.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Certo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não é isso? O senhor tem conhecimento que a Minerva... O senhor disse que é contra fazer propaganda de remédio, de medicamento, e eu concluo, até os controlados....

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Que a indústria, que a indústria faz.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Que a indústria faz. O senhor sabe que a Minerva fez propaganda de medicamento que só pode ser vendido com receita médica?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, eu quero esclarecer ao Presidente, ao Relator e aos demais pares que, ainda com o nome de Minerva, esta rede, que agora se associou à Drogamed — o nome comercial hoje é Drogamed —, fazendo propaganda, inclusive de medicamento que tem a necessidade de receita médica. Portanto, é uma propaganda antiética. Mas, então, fica a primeira pergunta. Qual o desfecho daquela representação contra a Drogamed, que tava fazendo propaganda que contrariava a lei? Eu posso, pra te facilitar, é... Aqui eu tenho... Foi uma representação assinada pelo Dr. Daniel Godoy Júnior, em nome do Conselho Regional de Farmácia, ao Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor. Isso aqui foi feito em 12 de novembro de 98.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso o senhor tá falando da Drogamed.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Drogamed. Drogamed.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu não tô lembrado disso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É contra a Drogamed e contra a Minerva.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu poderia...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu passo à mão sua, pra dar uma olhada, mas me devolva, porque só tenho essa filha aqui.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o depoente, pra responder. *(Pausa.)*

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, não é propaganda de remédio, é a promoção "Comprou, Ganhou". É isso?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É, na fundamentação que o Conselho Regional faz, eles citam toda a legislação, onde cita a proibição de fazer propaganda de medicamentos. Na interpretação do Conselho Regional de

Farmácia, é de medicamentos. Não é aquilo que o senhor se referiu antes como **drugstore**. Porque tem — eu vi aí —, tem propaganda até de ração, mas não é isso que tô falando, tô falando de medicamento...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, isso aqui é...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...que é aquela promoção, compre... Como é que chama? Gold, o Cartão Gold...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Cartão Gold.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...da Drogamed, onde vai comprando medicamentos e vai acumulando pontos para depois ganhar prêmios.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Esquema de milhagem. Esquema de milhagem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Que é uma prática de todo o comércio.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Então, qual o resultado? O senhor continua fazendo essa propaganda ou o senhor foi proibido?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, continua, porque isso foi comprovado que não é pra aumentar venda. Isso é uma "fidelização" do cliente, e não pra aumentar venda de um ou outro produto.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor ganhou esse processo, então?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hã?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Esse processo o senhor ganhou?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Foi.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Arlindo Chinaglia. Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria pedir ao Sr. Aparecido esse creme que ele trouxe da sua, da sua rede de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O creme tá entregue ao senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria, eu queria esse tubo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço ao Secretário que...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Esse aqui não é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não é o quê?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - ...não é da minha rede esse aí.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual da sua rede o senhor trouxe?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Acho que tava com o Deputado Tuma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, o senhor, o senhor trouxe um da sua rede.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu trouxe vários.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o da sua rede eu quero.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Tem algum, tem algum da nossa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ele quer um creme que V.Exa. vende, que trouxe aqui, exibiu no começo.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho que todos que nós trouxemos, eu não trouxe da minha rede. Eu trouxe da que foi comprado em outras farmácia e supermercado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, eu queria ver, eu queria ver aquele, eu queria ver os dois que ele trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Por gentileza, eu peço o Secretário que leve esses dois cremes até o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Continua V.Exa. com a palavra, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Abre, abre, pode abrir. Eu queria saber o seguinte: por que que existe... Eu queria saber do Sr. Aparecido por que que existe diferença entre as embalagens, essas que ele trouxe e uma que foi adquirida na sua rede pelo Deputado Tuma, porque esses que o senhor trouxe tá em português, creme anticelulite e redutor. E esse da sua rede tá crema anticelulite lipolítico. Qual a diferença que existe das embalagens?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Esse aí tá com a minha etiqueta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esse tá com a sua etiqueta.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Minha etiqueta?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vou mandar pra o senhor vê aí, pro senhor poder acompanhar. Leva lá para ele.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, mas eu acho que é difícil eu confirmar isso, por que que um tá com um nome, e outro tá com outro, porque todo esse, todo esse produto foi comprado e foi comprado com nota fiscal e um é importado da Itália... É esse aqui parece que é importado da Itália. E tem outras embalagens com esse aqui também, que é igual a esse.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, o depoente, ele disse que um é importado e outro é nacional...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, eu acho que, eu acho... Pela informação que a gente tem, que é todos importado. Isso pelo menos..., pelo que a gente vê também na propaganda da revista, que diz que é produto importado da Itália.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só que o registro de ambos os produtos, ainda que em embalagens diferentes, ele consta o mesmo registro do Ministério da Saúde, mesmo registro e produção sob licença. Num deles, o farmacêutico responsável é Luciana Gaspar. No outro, o farmacêutico responsável é Flávio Nakayama. O mesmo produto o mesmo produto, com embalagens diferentes, o mesmo registro no Ministério da Saúde. E esse, com uma farmacêutica responsável; esse, com outro farmacêutico responsável. Quer dizer, na verdade, eu não tô acusando o Sr. Aparecido de nenhuma responsabilidade, mas aqui tem alguma coisa errada, e que o consumidor tá sendo levado a erro, porque é um produto com a mesma licença, o farmacêutico é um; o produto, com a mesma licença, o farmacêutico é outro. A diferença que a gente pode pegar é pelo texto em português num, e o texto em italiano em outro. O senhor, o senhor não fica preocupado com isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, mas tem pra todo... Todas farmácia no Brasil tá vendendo o produto, supermercados, grandes redes, agora por que, por que a coisa só comigo? Por que só na minha rede?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas eu... Veja bem, eu não tenho nenhuma prevenção contra o senhor. Os três medicame..., os três tubos quem trouxe foi o senhor, e esse outro tubo foi adquirido na sua farmácia.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O.k. Hã, hã.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não tô, eu não tô, eu não tô fazendo nada.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Ah, então, tudo bem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esses três aqui... Esses três quem trouxe...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não. Esses três aqui foi o senhor que trouxe. Esse daqui o Deputado Robson Tuma comprou na sua farmácia.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tem uma diferença aqui. Eu não tô entendendo. Só que eu queria entender.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não sei também. Não podia confirmar pro senhor. Porque esse... Acho que esse caso aí, Deputado, acho que não cabe a mim. Acho que cabe realmente à Vigilância Sanitária, não?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não tô, eu não tô colocando em dúvida essa colocação, mas o canal de distribuição final acaba sendo o senhor. Essa é a minha preocupação.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Sim. O.k. Eu concordo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esses três produtos foi o senhor que comprou em outras farmácias que não a do senhor. Esse aqui, o Deputado Robson Tuma comprou na sua farmácia, e a gente vê aqui a diferença. Mas o que me assusta é que o registro do Ministério da Saúde é o mesmo. É o mesmo. Tanto pra esse aqui, que teoricamente seria importado, e que aí chama mais o otário, quanto esses daqui, quanto esses daqui, o registro é o mesmo. Só os farmacêuticos são diferentes. Essa é a minha preocupação. O senhor, ainda que não seja responsável pela vigilância sanitária — e eu respeito essa condição —, acaba sendo o canal para o consumidor otário comprar.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu concordo com o senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor não está preocupado com isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É uma preocupação, sim. Mas, Deputado, nós trabalhamos com mais de 10 mil itens. Ter a prática de olhar um por um, pra verificar se o produto... É complicado isso. De uma vez que o produto tem o nome, tem propaganda na revista e tá lá registrado, quando chega uma remessa, a gente não tem esse hábito de olhar o número do lote anterior. Não é, não é hábito do mercado fazer isso, mas eu acho que o senhor tá dando até uma sugestão para que seja feito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, veja bem, eu que não sou farmacêutico, não sou médico, não sou nada, tive o cuidado de verificar essa diferença de rótulos, o mesmo registro no Ministério da Saúde e farmacêuticos responsáveis. Quem trabalha, não teria muito mais obrigação do que eu de fazer isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É muito... Como eu disse para o senhor, é muito itens, e o produto toda hora está chegando, e chega, normalmente, em quantidade. É uma movimentação muito grande de produto. Então, pra olhar produto por produto... O que se...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, Sr. Aparecido, o senhor não precisa olhar produto por produto. Por amostragem, um produto daquele lote, o senhor vai ver que o farmacêutico... Ou, então, um dos dois farmacêuticos aqui é "laranja" na história. O senhor concorda comigo?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Concordo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Um dos dois aqui não é o responsável.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Concordo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se o registro é o mesmo, nos dois produtos, e o farmacêutico é diferente num e noutro, alguma coisa está errada. Eu queria que o senhor explicasse isso pra nós.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu não tenho condições de explicar isso. Acho que quem pode explicar isso é a Vigilância Sanitária. Eu não tenho condições de explicar isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor sabe a que preço é vendido esse produto na sua rede?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Acho que tá na etiqueta aí, né Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dezenove e quarenta e cinco. Confere?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu gostaria de saber, esses que o senhor apresentou para a Comissão, aonde foram comprados e quais preços.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - As notas foram entregue aí.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, eu quero saber. O senhor pode pedir. Uma nota tá aqui: Farmácia Guararapes, 22,15. Os outros dois...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, o senhor queria saber aonde foi comprado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A farmácia, a cidade e o valor do produto.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Farmácia Avenida.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Farmácia Avenida de onde?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - De Fortaleza.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Fortaleza. Quanto o senhor pagou?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Dezesseis.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dezesseis reais redondos?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hum, hum. Dezesseis.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso. Outro.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. O produto é 21,42. Foi dado um desconto de 5,42. Saiu por 16.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vinte e um e quarenta e dois, e pagou 16. O outro.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Distribuidora São Patrício Ltda., São Luís do Maranhão, 21 reais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vinte e um reais. Tem mais um. O senhor comprou três.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Farmácia Guararapes de Recife, 22,15.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor disse também que comprou algum em supermercado. Qual é o preço do supermercado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Eu não trouxe isso. Eu não disse que eu comprei. Eu disse que tava à venda em supermercado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor disse que entregou pra Comissão uma relação dos produtos bonificados. O senhor ficou com cópia dessa relação?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Dos produtos está perguntando?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor entregou para a Comissão uma relação dos produtos bonificados. O senhor tá com cópia dessa relação?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Dos produtos, não. Foi passado uma cópia daqueles produtos que são inócuos, né? (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É. Essa relação. O senhor tem cópia dessa relação aí?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Tenho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, não. Não é para mim. É para o senhor mesmo. Quais são os produtos inócuos que o senhor apresenta para a Comissão? Eu quero que o senhor leia quais são os produtos inócuos.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, uma vez que eu já entreguei pra Comissão, gostaria...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu tô pedindo para o senhor ler os produtos que o senhor apresenta à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. pode se negar a ler, dizendo que se encontra no direito seu de negar a ler. Porém, não vejo mal nenhum, se V.Exa. vai ler uma coisa já oficial.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele já entregou, já é oficial. Eu quero que ele leia quais são os produtos. Quero tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu posso mandar cópia do documento oficial para V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu quero que ele leia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não vejo nenhuma razão, nesta... Desde que V.Exa... Porque é um direito dele não ler. Ele pode se negar a ler. Ele pode até...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, se ele se negar a ler, eu quero que o senhor nomeie alguém pra ler. Eu quero ter conhecimento. Eu não quero que fique só em papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é o documento que V.Exa. se refere? Diz... Se V.Exa. permitir, ele me pede que leia.

(Não identificado) - Faz favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ele indica o art. 1º, da Resolução nº 9, de 10 de janeiro de 2000, que diz o seguinte: "Determinar a apreensão e inutilização, em todo território nacional, do produto Soro Nasal, apresentado sob a forma de solução nasal, lote 3168006, data de fabricação dezembro de 98, data de validade dezembro de 2000, fabricado pela empresa Laboratório Teuto Brasileiro Ltda. Art. 2 - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação. Luis Felipe Moreira Lima", Diretor responsável pela Diretoria de Medicamentos e Produtos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, então é só um medicamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esse é um. Depois tem a Resolução nº 10, que se segue, que também me foi passada, que se refere... do mesmo Sr. Luis, e diz o seguinte o art. 1º: "Determinar a apreensão e inutilização, em todo território nacional, do produto Amicacina, Amicacina 500 mg, 2 ml, apresentado sob a forma de solução injetável. Lote: P006981. Data de fabricação março de 1998, data de validade março de 2000, fabricado pela empresa Hipolabor, Laboratório Farmacêutico Ltda." Essa Portaria 10, de 10 de janeiro. E tem outras aqui.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só queria que lesse o produto e o laboratório, Sr. Presidente, para incorporar à...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou ler a Resolução nº 2, Eritromicina, 22 (*ininteligível*) do laboratório Fundação para o Remédio Popular, FURP. Nº 3, da Amoxilina, da Luma Indústria Farmacêutica. É a Resolução nº 3. Resolução nº 4, Eritromicina, Eritromicina, da Medquímica Indústria Farmacêutica Ltda. Quer mais?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem mais uma Portaria nº 5. Metildopa, 500mg, comprimidos, Royton, Química Farmacêutica Ltda., Portaria nº 5; Portaria nº 6, de 10 de janeiro, Sulfato Ferroso, drágeas, do Laboratório Iodo-Suma Ltda.; e Portaria nº 7, Rifampimicina, 300mg, da Greenpharma Química e Farmacêutica Ltda.; Resolução nº 8, Dipirona, 500mg, do Laboratório Teuto Brasileiro Ltda. E também tem a Resolução nº 65, assinada pelo Dr. Gonzalo Vecina, que determina a interdição cautelar, em todo território nacional, de todos os produtos e lotes fabricados pelo Laboratório Farmacêutico Bemen Ltda., especialmente do produto Ampicilina, 500mg, cápsulas... e também... 65, de 16 de novembro de 99. Essas são as portarias que o senhor depoente não leu e que eu, em atendendo a curiosidade de V.Exa., acabo de ler.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu fiz questão de que fosse lido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cópias para todos os Srs. Parlamentares, tá? Imediatamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu fiz questão de que fosse lido, porque certamente o conhecimento das pessoas, dos otários, pode se tornar mais claro do que simplesmente um papel andando para lá e para cá. Por isso que... essa foi a razão de eu ter exigido que fosse lido, textualmente, os medicamentos. Agora, uma pergunta ao Sr. Aparecido Camargo. Esses medicamentos já estão proibidos a comercialização. Ainda assim, será que alguma farmácia está vendendo esse tipo de medicamento?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu não saberia responder isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que que é BO?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu disse, no meu discurso, falando que a questão do BO... eu tive a infelicidade, da outra vez, de dizer aqui que o BO era "Bom pro Otário", e realmente não é uma coisa minha, é uma coisa que vocês vão ler no livro aí. *(Pausa.)* Então, é... não é... é como já te disse: eu me expressei mal da outra vez, de falar que realmente o BO era "Bom pro Otário"...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a diferença entre BO e bonificado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O BO é o seguinte: é aquele produto que quando alguém chega numa farmácia, e alguém tenta trocá-lo, trocá-lo por um outro produto tal, que é melhor ou... tem mais... que faz efeito disso, faz aquilo. Então, o que eu quis dizer era que as pessoas fique alerta, não deixe trocar o remédio que está procurando no balcão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A sua rede vende Gastrol?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Gastrol... Eu não saberia responder se teria ou não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A sua rede vende Natus Gerin?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Natus Gerin, vende.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso é considerado BO. O senhor vende BO?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Ele é um produto que não é... não tem propaganda médica. Que não tem propaganda médica. Um produto que realmente ele repassa as condições comerciais para a farmácia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas ele é considerado no BO. O senhor vende, então?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Vendemos Natus Gerin.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E esse Gastrol, o senhor podia depois informar à Comissão se o senhor vende ou não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Posso ver depois, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, V.Exa. tem o tempo esgotado. Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu gostaria que aquilo que já foi decidido anteriormente por esta Comissão, e que não foi atendido pelo Sr. Aparecido, que fosse reiterado. Ele ficou de encaminhar para a Comissão a relação dos BOs, e até agora não veio. Essa relação que o senhor declinou agora são de produtos que têm a sua comercialização proibida. Essa lista que ele apresentou é apenas uma relação de produtos que foram interditados. Quer dizer, a lista dos BOs não veio, e eu queria que o senhor combinasse um prazo para o Sr. Aparecido, para ele encaminhar para esta Comissão a relação dos BOs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Ele devia fornecer essa lista hoje. Veio aqui para hoje. Está convocado para hoje.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, eu quero que o senhor cobre dele. Eu quero que o senhor cobre dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu consulto o depoente, nossa testemunha, para ver se está em condições de satisfazer o Deputado ou não, porque havia ficado, na outra reunião, e havia prometido fornecer essa lista hoje. Está com a palavra o Dr. Aparecido, para responder à pergunta para o Arnaldo.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu não teria condições de fazer isso. É... De repente, eu poderia... é... falar alguma coisa que eu não tivesse como comprovar isso. Eu acho que a Vigilância Sanitária deve ter esse laboratórios. Eu não poderia confirmar isso pro senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu Lamento, Sr. Presidente, que o compromisso anteriormente assumido não possa ser cumprido, e que nós apenas tenhamos tomado conhecimento dos produtos interditados, e não dos BOs, para alertar toda a população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Dr. Aparecido ficou, na outra reunião, realmente, de fornecer essa lista, entendeu, de trazer essa lista, e não está fazendo agora. É um direito dele de recuar da sua promessa e não cumprir o que havia prometido à CPI. Fica evidente, fica evidente essa frustração, Dr. Aparecido. Não há a menor dúvida quanto a isso. Com a palavra o Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem... Pra questão de ordem?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - É, sim. Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, tem V.Exa., para formular a questão de ordem, com a devida permissão do Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu fui aqui tomar uma água aqui fora, Presidente, e me deparei com a imprensa, me deparei com o Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, quando coloca que a CPI aprovou um requerimento, requerimento de autoria do Deputado Neuton Lima, com questionamentos que, na palavra do Presidente do Conselho, se assemelham aos

questionamentos que a ABIFARMA faz a respeito da atuação do Conselho Regional de Farmácia. E, com isso, ela aborda desdobramentos, como se essa CPI estivesse com alguma vinculação com a ABIFARMA. Então, devido à gravidade desse fato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem um documento sobre isso?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Os questionamentos que o Presidente do Conselho estava lá fora a fazer, devido à gravidade desse fato, eu acredito que nós temos que imediatamente reconvocar o Presidente do Conselho Regional de Farmácia *(ininteligível)*, não é? Na medida em que ele coloca que esse requerimento é exatamente, quer dizer, o questionário que está colocado aqui, é o questionário que a ABIFARMA, inclusive do ponto de vista jurídico, faz ações contra o Conselho Regional de Farmácia, nós teríamos que reconvocar imediatamente, para que essa questão fosse esclarecida, que a autoridade de V.Exa. e da própria CPI estivesse resguardada, para que os encaminhamentos fossem feitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço a V.Exa. que encaminhe esse documento...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Por gentileza, o Presidente está falando. Eu peço a V.Exa. que encaminhe esse documento. Vou submeter ao Relator, vou distribuir cópia a todos os Deputados e examinaremos oportunamente. Muito obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN - Sr. Presidente, eu...*(Falha na gravação.)*...o que fez esta Comissão convocar o Sr. Aparecido Camargo era para justamente esclarecer aquela expressão utilizada "Bom pra Otário". Foi o que caracterizou como um ponto central. Aqui, nós vimos muitas discussões, que foram pra todos os lados, mas todas de grande importância, no sentido do esclarecimento, à Nação brasileira, do que está se passando nessa... no comércio de medicamentos. Eu gostaria de repetir, para que fosse, de forma muito clara, esclarecido, o que que o senhor quis dizer como BO ser "Bom pro Otário", o remédio bom pro otário. O que que o senhor quis dizer com isso? Um

esclarecimento bem claro sobre essa questão do que que o senhor quis dizer sobre BO como um remédio bom pra otário.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O que eu quis dizer, Deputado, era alertar o consumidor, nesse ponto, para que (*ininteligível*) não permita que troca a sua receita na farmácia. É... Infelizmente, fui mal interpretado na última vez que eu estive aqui, mas jamais eu quis chamar o consumidor de otário. Não é essa... jamais. Não é isso. O que eu quis era simplesmente fazer um alerta. E com certeza, Deputado, o que nós podemos verificar que a partir... todo mundo viu na televisão, a partir de segunda-feira da semana passada realmente o consumidor ficou muito atento e muito alerta sobre isso.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN - Qual é o... Eu quero chegar, em seguida, numa outra pergunta, mas quais são esses remédios BO? Quais são os remédios BO?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja... é... nem...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN - O que quer dizer, ele acabou de fazer a argumentação. Eu quero saber quais são, porque há uma confusão entre bonificado e BO.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Do BO com... Quais são os produtos BO, que você quer dizer?

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN - Naquela visão do "bom do otário".

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja, Deputado, não é que o... ele é de má qualidade. De maneira alguma, não é? Só que de repente pode ser trocado por uma coisa que ele não era necessário tomar e acaba levando.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN - Acaba induzindo o comprador a comprar um outro medicamento. É isso que o senhor quer dizer?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso. E trocar aquele remédio.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN - E uma coisa: o que que o senhor quis dizer no depoimento, da última vez que o senhor aqui esteve, quando o senhor se referiu que existem botequins, muitos botequins no Brasil?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja: botequins são aqueles estabelecimentos clandestino. Mas isso é uma coisa que tá acabando, na prática, e a nossa idéia, realmente, que, com a Vigilância Sanitária mais atenta, isso vai acabar. Realmente, ainda existe por aí muitas farmácia clandestinas.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN - Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Eu devo... eu devo... eu devo prestar de imediato um esclarecimento a respeito desse requerimento que falou o Deputado Sérgio Novais. O... Tenho por norma não admitir a votação de requerimento no mesmo dia e de publicá-los e dar cópia a todos os Srs. Deputados. É ou não é verdade? É verdade. Bom, nós votamos aqui um requerimento, que havia ficado na lista dos requerimentos, do Deputado Neuton Lima, que pedia, não tendo podido questionar o Sr. Presidente do Conselho Federal de Farmácia, que pedia lhe fossem encaminhadas algumas perguntas. Este requerimento do Deputado Neuton Lima foi aprovado, sem nenhuma objeção, por toda esta Comissão. E eu encaminhei o requerimento. Eu encaminhei o seu requerimento ao Sr. Presidente do Conselho, Dr. Antonio Barbosa da Silva. Não vejo nenhuma razão parar nenhum alarme. Acho que o Sr. Antonio Barbosa deve responder isso. Se quiser voltar e responder aqui, deve responder. Isso foi aprovado inclusive por V.Exa. De forma que eu não admito esse negócio de denúncia. Não tem problema nenhum. Se o Sr. Antonio Barbosa preferir voltar aqui, creio que todos nós concordamos em responder. Agora, eu dou a palavra ao Deputado Neuton Lima, para que justifique o requerimento, que foi aprovado e, portanto, é de autoria de toda esta Comissão.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Presidente cumpre uma determinação da Comissão. Isto é um colegiado. Ponto final. V.Exa. deseja falar, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Questão de ordem. Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não tenho tempo para brincadeira, entendeu, e ninguém vai desviar esta Comissão de seus rumos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Questão de ordem. V.Exa. tem a palavra, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu acho que esse assunto tem que ser postergado, porque nós temos um depoente aqui. Depois que o depoente sair, nós vamos discutir questão interna.

(Não identificado) - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Agora, temos *(ininteligível)* o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu precisava prestar estes esclarecimentos, dado que a reunião foi interrompida para suscitar um problema com caráter de denúncia. Eu quis dizer que a denúncia é contra a Comissão. Eu cumpro uma deliberação de toda esta Comissão, por unanimidade.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor me permite a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Rapidamente.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Rapidamente, eu quero cumprimentar por sua atitude, como Presidente, e entendo perfeitamente que estamos aqui mediante... no meio de um depoimento, e é importante ouvir o senhor que está depondo. Eu acho que a atitude de V.Exa. tomada é a que deve ser seguida. V.Exa. foi muito feliz. É um requerimento. Foi aprovado, por unanimidade, na Comissão. Ele tem que esclarecer esses fatos. A importância dos esclarecimentos desses quesitos propostos pelo meu requerimento é de suma importância, para consubstanciar, no nosso relatório final, desta Comissão... Eu não entendo por que essa preocupação por parte da imprensa, uma vez que ele foi lá fora e disse que nós estávamos aí numa perseguição pessoal. Eu nem conheço. Não sei quem é. Eu só quero que ele traga essas informações à Comissão. *(Ininteligível.)* Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E se ele desejar vir aqui esclarecer, teremos prazer em recebê-lo, entendeu, como já o fizemos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado. Voltaremos ao assunto, se for necessário. Com a palavra o Deputado Salatiel Carvalho.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu acho que nós temos aqui um papel fundamental, Sr. Presidente, que é esclarecer a sociedade brasileira, de forma muito clara, quais são os medicamentos bons, como disse aqui o Sr. Presidente da ABRAFARMA, "Bom pra Otário". Eu

queria, antes, indagar ao depoente se esse livro que V.Exa., V.Sa. trouxe a essa Casa, que eu tenho aqui em minhas mãos o Capítulo V, e justamente o título do Capítulo V é: "Remédio Bom para Otário". O senhor considera que o conteúdo desse livro reflete, em sua totalidade, a cultura, os costumes, o que acontece no meio das farmácias?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Ali tem bastante histórias. Olha, isso diminuiu, e muito. Pode ver que esse livro foi escrito em 97, né? Eu confirmo pro senhor que de 97 pra cá (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Mas eu quero perguntar se os conceitos aqui emitidos refletem a realidade do ambiente das farmácias.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Por isso que eu tava dizendo pro senhor que até nessa época do livro que ele fez, de 97, isso, até antes de 98, com certeza acontecia.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Pois bem. Mas Sr. Presidente, o tempo todo o nosso depoente fica aqui querendo fazer agora, diferentemente do que afirmou na sua última intervenção aqui nesta CPI, ele fica, agora, querendo fazer uma diferença entre... entre o que seria produto bonificado e o que seria produto bom pra otário. Mas eu quero ler o que está aqui no livro: "Em farmácias a sigla BO..." — e acho que V.Sa. até trouxe esse livro pra esclarecer melhor à Comissão. E o que diz o livro? "Em farmácias a sigla BO é a abreviação do termo 'bonificado' e designa os produtos que os balconistas favorecem a venda para receber comissão. No jargão farmacêutico, a sigla BO tem outros significados bastante pejorativos: significa também "bom para otário e bolso de otário." Portanto, tá claro, aqui, o conceito emitido nesse livro, que ele traz pra nos esclarecer melhor. "Isso porque é unanimidade..." — tá aqui o livro; esse livro V.Sa. trouxe. "Isso porque é unanimidade entre os balconistas que muitos produtos, além de custarem mais caro que os produtos da linha ética que são indicados pelos médicos, não servem para nada." E é justamente por isso que, no jargão farmacêutico, o BO, que é o produto bonificado, é a mesma coisa que produto bom pra otário. Tá aqui o (*ininteligível*). Então, V.Sa. recorre a um argumento frágil. Querer diferenciar, depois que disse aqui, a sua afirmação da última vez, recorre agora a um argumento muito frágil, porque, até agora, tem tentado responder, pros Deputados que me antecederam, que bonificado é uma coisa e "Bom pra Otário" seria alguma coisa que tenta substituir, quando na verdade não é. Está aqui no livro. Outra coisa mais

grave ainda, e é por isso que os consumidores aqui são tachados de otário, justamente porque eles comprem remédios que não servem pra nada e, além disso, ainda é mais caro. Tem mais aqui ainda: "Dessa forma, consumidores de medicamentos, muitas vezes, ao confiar em maus profissionais, além de serem enganados e pagar caro por *porcarias*,..." — ou seja, produto bonificado, "Bom pro Otário", "bolso de otário", porcária, tudo é a mesma coisa, tá? —, "são vistos como otários." Evidentemente, otário é o sujeito que é imbecil, que é burro e que é debilóide. Então, Sr. Presidente, eu acho que a principal tarefa da CPI dos Medicamentos é exatamente esclarecer, deixar claro pra população, quais são os remédios "Bom pra Otário", aqui pela primeira vez referenciado por V.Sa. E eu confesso que, com a minha idade de 45 anos, pela primeira vez eu ouvi essa afirmação. Já devo ter passado por otário inúmeras vezes. Isso realmente choca. Porque, Sr. Presidente, nessa pesquisa que chegou às mãos do Deputado Arlindo Chinaglia, no mercado de Curitiba, mas eu acho que reflete também o mercado nacional, os remédios que estão aqui como produtos bonificados, e que, conseqüentemente, são também bons pra otário, o que é mais grave, Sr. Presidente, dessa lista aqui, é exatamente a indicação das prováveis doenças que esses remédios curariam. Ou seja, aqui tem um que cura impotência, outro que é um antigripal, outro que é um antiácido, descongestionante nasal, anti-hipertensivo. Ou seja, o cidadão está doente, com a pressão alta, correndo risco de vida, e chega na farmácia e pode não só ser enganado, porque vai comprar o remédio... Esse anti-hipertensivo, é bom que fique claro logo pra população, ele chama-se Metildopa, do Laboratório Luper, do Laboratório Sanval. Ou seja, é um produto bonificado, é um "Bom pra Otário", que é a mesma coisa. Está aqui no livro que V.Sa. trouxe, certo? E isso pra hipertensão, que é uma doença que pode... que acarreta risco de morte. Mais grave ainda: remédios diuréticos, antiinflamatórios — já nem falaria nos fortificantes, expectorante, vitamina C e por aí afora —, mas aqui estão indicações de doenças da maior gravidade. Então, Sr. Presidente, eu acho, inclusive como membro da Comissão de Defesa do Consumidor, nós, derivando do trabalho, originando nosso trabalho lá na Comissão de Defesa do Consumidor, desta CPI, nós iremos mergulhar profundamente nisso e esclarecer... e esclarecer, a toda a sociedade brasileira. Tá claro que o depoente, hoje, ele tá tentando diminuir, reduzir o impacto das suas declarações da última vez. Evidentemente que, da última vez que V.Sa. depôs aqui, V.Sa. estava mais solto, mais à vontade, e hoje

evidentemente que está acautelado e com medo, inclusive, de declinar... No momento em que V.Sa. repassa pra Vigilância Sanitária a tarefa de listar os BOs, os "bons pra otários", V.Sa. se revela inseguro, ou talvez até imaginando que corra risco, de algum tipo de ameaça, já que denunciaria, concretamente, algum laboratório e feriria interesses comerciais, não é? E já, inclusive, que a sua própria farmácia também vende o BO, porque, desta relação, tá claro aqui, na propaganda que V.Sa. faz da sua rede, V.Sa. também vende o BO. E V.Sa., conforme afirmou aqui, tem 35 anos de experiência no ramo farmacêutico, já que, conforme V.Sa. declarou aqui, começou aos 12 anos, e hoje tem 51 anos de idade. Então, evidentemente que, ao longo desses 35 anos, V.Sa. já fez muito brasileiro de otário. Agora, eu gostaria de fazer uma pergunta... uma pergunta a V.Sa.: esses "bons pra otários", inclusive esses da pesquisa que chegou às mãos do companheiro Arlindo Chinaglia, eles são registrados na Vigilância Sanitária? Têm registro na Vigilância Sanitária?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pediria aos nobres Deputados que se encontram de pé que, por gentileza, sentassem, porque as câmaras de televisão estão sendo obstruídas. Continua com a palavra o Sr. Deputado Salatiel Carvalho. Obrigado pela cooperação dos Deputados.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, com certeza deve ter, sim, registro na Vigilância Sanitária.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Então, Sr. Presidente, é muito mais grave, porque nós precisamos... Hoje à tarde, há um depoimento aqui da Vigilância Sanitária, e eu acho que se a Vigilância Sanitária concede o registro de um medicamento que não serve para nada, eu acho que nós precisamos ter um questionamento profundo e inclusive responsabilizar a Vigilância Sanitária.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu acho que... Não é que não serve pra nada. Eu acho que não é todos os remédios é considerado assim, não é?

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Eu sei. Eu sei que nem todos são considerados assim. Dessa lista, inclusive, que eu fiz a leitura aqui, acredito inclusive que alguns tenham realmente algum efeito, não é? Mas eles tão colocados como produtos bonificados, ou seja, isso ajuda o processo da "empurroterapia", porque se é bonificado...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - A maneira... A maneira de comercialização, né?

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Então. Se é bonificado, então alguém recebe comissão por vendê-los, não é? Pode até ter algum efeito positivo, benéfico, não é, mas... Menos mal, aí, mas, de qualquer maneira, alguém recebe por vendê-los. Sr. Presidente, eu gostaria, então, de reafirmar, já que o depoente se negou a nos trazer aqui... acho que até ele tem as razões dele, não é? Ele não quer se expor. Ele não quis trazer aqui a relação dos BOs, mas o BO existe. É uma realidade. V.Exa. aqui hoje não negou que o BO realmente existe, que o "Bom pra Otário" (*ininteligível*). V.Sa. não quis declinar quais são os "bons pra otários", mas é isso mesmo. V.Exa. reconhece, reafirma que os "bons pra otários" existem no mercado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Existe.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Então, eu acho que diante dessa afirmação, Sr. Presidente, é obrigação, não é? Ele acaba de afirmar que o "Bom pra Otário" existe mesmo, e o "Bom pra Otário", aí, acho que nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Magela) - Eu solicito que ele faça a resposta no microfone, para que fique gravada.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Eu gostaria que ele repetisse, então.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, como eu disse, o "Bom pra Otário" são aqueles produtos sem qualidade, que já está sendo (*ininteligível*) e não...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sim. Eu só quero saber se existe no mercado.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho que ainda deve ter no mercado, sim.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Existe no mercado. E também V.Sa. confirma que eles têm o registro. Mesmo não servindo pra nada, têm registro na Vigilância Sanitária. V.Sa. confirma?

(Não identificado) - É.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - É verdade. Então, Sr. Presidente, eu acho que é um fato da maior gravidade, nós precisamos... essa Comissão... O grande serviço, Sr. Presidente, que essa Comissão presta à

sociedade brasileira é declinar... Isso tem que ser feito em campanha de televisão, de rádio, de jornal e se colocar quais são realmente os remédios que o brasileiro está comprando e que não servem pra nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Magela) - Deputado, hoje à tarde o Dr. Vecina, da Vigilância Sanitária, vem aqui para poder exatamente (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - E é. Isto é uma boa oportunidade para este questionamento. Então, Sr. Presidente, eu gostaria que isso fosse exigido. A Vigilância Sanitária, como órgão do Governo que cuida dessas questões, não podem negar. O depoente até tem o seu direito de negar a... a... a... de se negar esta atitude, de aqui declinar os BOs, "os bons pra otários". Mas a Vigilância Sanitária, que é um órgão do Governo, não pode negar a esta Comissão e não pode negar à sociedade brasileira. Porque aí, Sr. Presidente, se, depois que nós publicarmos essa relação dos "bons pra otários", que tá claro que existe, sob todos os aspectos, e se os brasileiros quiserem continuar consumindo realmente aquilo que é "Bom pra Otário", aí realmente será a... a... uma questão na consciência de cada brasileiro, de cada consumidor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Magela) - Agradeço a V.Exa., que usou menos dos doze minutos que V.Exa. tem direito. Eu não sei mexer nesse... O senhor pode me ajudar aqui com... Concedo a palavra à Exma. Sra. Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras, é... eu sei que fez parte dos questionamento de todos os Parlamentares a pergunta que refere-se ao BO. Eu vou insistir nisso, Sr. Aparecido, porque quando o senhor veio aqui da primeira vez, o senhor disse exatamente o seguinte — está na página 30 do seu depoimento: "Os similares, também as redes já trabalham, e o bonificado, não, né? O famoso BO, "Bom pro Otário", isso realmente as redes não trabalham. Isso foi o que o senhor disse alguns dias atrás, quando estive aqui: que as redes trabalhavam com os similares, mas não trabalhavam com... não trabalhavam com os bonificados. E bonificados seria sinônimo de BO, "bom para o otário". O Deputado Arnaldo Faria de Sá já fez a pergunta, mas eu não entendi absolutamente nada de sua resposta. Ele pergunta: qual a diferença de bonificado para "Bom pro Otário", em relação a bom para otário?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - A diferença do... do... do... do bom para otário, e a diferença que a senhora perguntou. Quer repetir?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor, da primeira vez que veio aqui, disse que bonificado era a mesma coisa que "Bom pro Otário", e que nenhuma rede trabalhava com esse tipo de produto. Hoje, o senhor volta aqui e diz haver uma diferença entre bonificado e "Bom pro Otário". Qual é essa diferença, Sr. Aparecido?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputada, é... eu não quis... é como eu disse outra vez, me expressei mal, não é, de dizer que o... é... o BO, o "Bom pro Otário"... Eu não quis defender ninguém... é... ofender ninguém, nem Deputados... nem também os consumidores de maneira alguma.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Nós sabemos que o senhor não quis ofender ninguém. Agora, o que eu quero que o senhor me explique. Esse papel aí o senhor já leu em todas as perguntas formuladas anteriormente. Responda: qual a diferença de "Bom pro Otário" para... em relação a bonificado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Existe uma... uma diferença de bonificação, né, o produto qualificado. (*Ininteligível.*) ...dizer que é o "empurroterapia"? É isso (*ininteligível*).

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A resposta é sua.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - No "linguajado", no "linguajado" que diz... é... o BO são "empurroterapia".

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, quer dizer que o BO, o do otário, é "empurroterapia"?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O "empurroterapia".

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O outro, que tem desconto, não é?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. O daí é produto em promo... em promoção.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, o senhor continua afirmando que as redes não trabalham com esse tipo de produto, do otário.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não... é... eu acho que o... é... existe aí uma... é... uma... uma questão de... de interpretação, não é? É... aí no próprio livro diz ali... é... ele... ele faz uma reportagem do que acontece nos

bastidores da farmácia, de fazer algumas misturas, aquela coisa toda, que daí eles indicam, eles chamam de "Bom pra Otário".

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim, mas então por essa... esse novo conceito que o senhor deve até sugerir que seja incluído no dicionário, esse novo conceito entre bonificado e "Bom pra Otário", o senhor continua a afirmar que o remédio para o otário, o medicamento para otário as redes não trabalham?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. Porque esses seriam aqueles da "empurroterapia".

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Tem uma... não, veja só...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. Porque veja bem: o senhor também falou, durante o seu depoimento agora, que... é... o boni... o... o "Bom pra Otário" seria aquele — tem algum telefone tocando —, que o "bom para o otário" seria aquele em que o balconista, o balconista entrega, troca, não é isso? Não foi isso que o senhor disse agora há pouco, Sr. Aparecido? (Pausa.) O senhor acabou de falar, o senhor disse isso, que o "Bom pra Otário" é aquele que o balconista troca, que empurra. Não foi isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Justamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Aí o senhor falou num outro momento também que... é... inclusive notas que foram aqui apresentadas, de produtos bonificados, que o senhor não somente compra esse produto como passa esse desconto, esse ganho da bonificação, parte dele, para o seu balconista. Então, a sua farmácia, a sua rede de drogaria, ela... ela... ela pratica, ela... é comum a prática lá dentro da "empurroterapia", não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Não dá pra entender assim, porque... O sistema de pagamento, nós trabalhamos com similares, e a senhora sabe muito bem que os produtos similares se procura no balcão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. O senhor... vamos mudar, vamos lembrar o que o senhor falou aqui. O senhor falou aqui, Sr. Aparecido, o senhor acabou de falar que o "pra otário", o BO do otário é aquele que o balconista empurra, que essa não é a prática de farmacêutico — é bom que se diga. Nunca se pode confundir um farmacêutico com o balconista.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O atendente (*ininteligível*).

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito. Então, o senhor disse que o... o "do otário" é aquele que geralmente o balconista empurra. Empurra, por quê? Porque tem vantagem. Mas o senhor confirmou que a sua rede oferece essa vantagem pra os balconistas, além do percentual que têm sobre as vendas, que já, por si só, é um fato que... é... ajuda a "empurroterapia", que os seus vendedores, eles têm ganho... é... é..., em parte, nesses produtos que o senhor compra bonificados.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Mas não nesse termo, assim, de empurro, não é? Nós temos os produtos similares.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Olha, o termo, ou não, mas o senhor afirmou isso. Eu acho que isso é muito grave pra quem, até ontem, dizia que sequer trabalhava com produtos bonificados. A minha opinião, não como Deputada, somente, mas como uma profissional da área. Eu gostaria também, Sr. Aparecido, de falar a respeito dos descontos, que foi... Na sua tentativa aí de nos convencer de um novo conceito pra bonificados e "Bom pra Otário", o senhor disse ao... respondendo ao nobre Relator, que tem uma diferença entre os laboratórios que fazem propaganda junto aos médicos e aqueles que não fazem, e que os laboratórios que dão descontos para a... a rede comercial, que dão desconto para as drogarias, no caso, em farmácias, eles não fazem propaganda médica, e que os laboratórios que fazem propaganda médica não dão desconto. O senhor se recorda dessa sua afirmação?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Eu não disse que não dão desconto. Eu disse que eles não...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, não tô falando do senhor. Eu tô falando no... Quando o senhor tratou a respeito dos laboratórios, o senhor disse o seguinte: costuma dar desconto, só dão descontos os laboratórios às farmácias, os laboratórios que não fazem propaganda com... com médicos. Já aqueles que fazem propaganda junto aos médicos, esses... é... esses não dão desconto pras farmácias. O senhor se recorda?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É... Deputada, se a senhora tá referin... é... referindo à questão dos... daqueles produtos que a... a... que a indústria fazem propaganda médica com o cupom de desconto, é isso?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não sou eu que tô me referindo. Eu tô lembrando uma passagem do seu depoimento, Sr. Aparecido. O

senhor falou claramente — os colegas estão lembrados —, que pratica desconto, oferece desconto à rede comercial, às farmácias, às drogarias, os laboratórios que não fazem propaganda médica. E aqueles que fazem propaganda médica, esses não oferecem desconto. O senhor se recorda disso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, eu disse que... as vantagem pra realmente renumerar os balconista. Isso...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas então o senhor volta atrás?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso eu deixei claro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, o senhor volta atrás...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não tô voltando atrás.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...mais uma vez, dizendo que também os laboratórios que fazem propaganda...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Não, Deputada, eu não tô voltando atrás.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...que fazem propaganda junto aos médicos, esses também oferecem descontos.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Sim. Quando existe uma campanha de propaganda médica, que daí realmente é... é passado pra farmácia, pra que a farmácia possa dar o desconto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ah, então, agora o senhor disse que aqueles laboratórios, no geral os multinacionais, que... é... é... comercializam seus produtos pela marca, com o nome de marca, esses também dão descontos?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja, é... são... é a maneira de baratear o preço do remédio.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, eles também são bonificados?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Não é bonificado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - (*Riso.*) Esses não são... dá desconto, mas não é bonificado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Não é bonificado o atendente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O que que o senhor entende por bonificação, Sr. Aparecido, então?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - *(Ininteligível.)* Existe uma diferença: bonificação, ele tem a bonificação. Quando você compra e dá-se um desconto nessa bonificação e existe é... aqui precisa ... é... separar a bonificação daqueles produtos que é vendido no "empurroterapia". Então, os produtos... é... esse que a senhora tá falando, não são "empurroterapia".

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Olha, o senhor falou ao Relator, de forma muito clara, que a bonificação é uma forma de dar desconto. Então, agora o senhor volta a confundir, o senhor mesmo, a bonificação com o BO do otário. O senhor mesmo, não sou nem eu. O senhor mesmo acabou de voltar a *(ininteligível)*.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Realmente, as indústrias não trabalham assim. Só quando tem uma campanha de produto, daí ela repassa pra dar o desconto lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E esse repasse não vai... esse desconto não chega ao balconista. Fica única e exclusivamente com o proprietário da farmácia ou da rede.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, não, não. Isso repassado para o cliente, para o consumidor. O consumidor é que leva o desconto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A farmácia não ganha... a farmácia não ganha absolutamente nada.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - A farmácia dilui a margem de lucro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Diminui e ainda perde?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Ainda diminui ainda a margem de lucro dela.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E como que elas aceitam vender, com a margem reduzida? E aceitam essa promoção de forma, assim, tão graciosa?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja, isso... é...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ganha a indústria, o consumidor, mas a farmácia perde.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, acho que todo mundo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O comércio perde.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Acho que é uma maneira de baratear o produto, né? A indústria passa o desconto pra farmácia, pra farmácia passar pro cliente, pro consumidor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor trabalha com aquele... sua... sua rede trabalha com aqueles cupons que as... os laboratórios entregam para os médicos, que por sua vez repassam para os usuários?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Alguns labora... algumas... produtos, sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, veja bem, nós temos um exemplo aqui. O senhor deve trabalhar, então, com a Pfizer, né, que tem um sistema, né, de... um sistema muito grande de desconto, não é não? O senhor trabalha com o Laboratório Pfizer nesse sistema de bônus... *(ininteligível)*

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Alguns produtos têm, da Pfizer.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois é. Então, aqui tem o Viagra. O Viagra, ele oferece 50% de desconto. Ou seja, compre um e leve dois, se o usuário quiser. Cinquenta por cento. Não é 20 não é 30. É 50%.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O Viagra era um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Informe... informe os Srs. Deputados onde é que está havendo esse desconto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois é. Tá aqui, ó! Esse bônus. Ele confirmou que a rede trabalha. E parece que só as redes trabalham. Só as redes.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, não, não, não, Deputada. Não é só as redes, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não são só as redes?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Não é só as redes, não, de maneira alguma.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Farmácias menores, isoladas, também.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Farmácias menores, isoladas, também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E o senhor inclusive.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso depende muito da localização da farmácia...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, isso aqui é uma bonificação, não é, Sr. Aparecido?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Esta é uma bonificação para o consumidor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas... Para o consumidor, para a farmácia...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Acho que é para o consumidor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...para o balconista. É uma bonificação?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Para o consumidor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas é uma bonificação?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É uma bonificação para o consumidor. É uma maneira de baratear o preço do remédio.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ah, então, perfeito. Então, a bonificação, ela é praticada em nosso País...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Agora, a senhora...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...pelo... do laboratório multinacional ao laboratório nacional.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Se a senhora quer saber se... se a senhora quer saber se eu sou a favor disso, não, eu sou contrário a isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E por que que, então, o senhor entra no esquema de venda com o bônus?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja só, Deputada: se eu não faço, outros farão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor recebe desconto das distribuidoras de medicamentos?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - As distribuidora de medicamento, ela tem... Aqueles laboratórios que ela tem condições de repassar, ela repassa para os (*ininteligível*).

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A ABIFARMA, distribuidora do Paraná, costuma dar desconto?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não sei, porque eu não... não... não me lembro, não lembro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor não... O senhor não comercializa com a ABIFARMA?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Ela deve dar descontos, sim, em alguns produtos. É... A nossa rede também compra da ABIFARMA, sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Tipo esses relâmpagos, aqui, da Panarello? O senhor compra da Panarello?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Compra também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Compra também. Então, o senhor deve comprar muito produto com muito desconto, com muito desconto?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso é uma prática do mercado, Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois é. E aí que eu quero que fique desmistificado isso, porque está tentando se passar uma idéia...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hã, hã.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... de que o produto feito no País, por indústrias nacionais, são produtos ruins, e que só são bons aqueles de marcas. Os similares são terríveis e só prestam os de marcas. Então, tá aqui, olha, um exemplo da... uma promoção relâmpago da Panarello, não é, que o senhor acabou de confirmar que o senhor compra lá. Então, ela tá dando desconto, descontos enormes que chegam a 35%, Sr. Aparecido! Descontos no AAS, que é do Laboratório Sanofi; no Antak, do Laboratório Glaxo Wellcome; no Buscopan, do Laboratório Boehringer; no Cebion, do Laboratório Merck; no Schering... no Diprosan, do Laboratório Schering. E veja, o Merck, 35% de desconto em cima do Cebion, que é a vitamina C. Trinta e cinco por cento! E o senhor dá desconto na sua farmácia para aqueles que vão procurar comprar o medicamento lá?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Damos, sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Qual é o desconto máximo que o senhor pratica?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hoje nós temos lá... O máximo?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O máximo?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Máximo, 30%.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O máximo é 30%. Então, eu vou ler, eu vou ler pro senhor aqui uma passagem do seu depoimento na sua outra vinda aqui. Foi até uma pergunta.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Esse... é... Deputada, só quero esclarecer...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. Só um minuto. Deixa eu ler, deixa eu ler. Foi uma pergunta do Deputado Padre José Linhares. Ele diz o seguinte: "Por que que as farmácias...", "Por que há farmácias que dão descontos anunciados de 25 a 30%? Qual a razão disso?" Aí, o senhor responde: "Acho que aí vem a questão dos impostos, porque realmente, hoje, uma farmácia que trabalha com 30% recolhe os impostos como manda a lei. Ela não tem condições de dar esse desconto tão grande assim. Alguma coisa está errada." Sua resposta. Aí, é... o Presidente Nelson Marchezan diz o seguinte: "Ou há bonificação nisso?" Aí, o senhor responde o seguinte: "É. Não. Eu acho que a questão aí é realmente a sonegação fiscal. Eu acho que há sonegação, que é sonegação acima de tudo." O senhor acabou de dizer que o senhor pratica descontos máximos de até 30%. No seu depoimento passado, o senhor disse que a única justificativa para aqueles que conseguem dar descontos de 30% é porque sonega imposto. O senhor compra sem nota, Sr. Aparecido?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor está sob juramento.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputada, Deputada, eu queria...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor nunca comprou de nenhuma distribuidora sem nota?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - De nenhum laboratório?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu só queria corrigir... Eu só queria corrigir isso que a senhora tá dizendo, é o seguinte...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu não disse nada. O senhor falou isso. Eu apenas estou lendo as notas taquigráficas.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu sei. Mas existe uma má interpretação aí. Existe uma má interpretação. Eu não disse que as farmácias não dão... é... que se dão desconto é porque tá... é... tem sonegação fiscal.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas eu acabei de ler, Sr. Aparecido!

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu disse o seguinte: se fizerem isso sempre, alguma coisa tem, porque realmente não tem condições. Agora, existe promoções...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Há uma fita gravada, que não fala "sempre". Aqui não fala "sempre".

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Existem promoções, Deputada. Existem promoções, e quando a indústria passa, é repassado pro cliente. Se a senhora tá dizendo que eu concordo com isso ou não, eu sou totalmente contra. Eu acho que tem que diminuir o preço do remédio. Não tem que aumentar o preço pra dar desconto, de maneira alguma. Eu acho que tem que abaixar o preço. Se tem... se tem essa... nessa condições de dar o desconto, porque então já não faz preço menor, não é? Eu acho que eu defendo isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu lhe pergunto isso, porque essa é uma preocupação que nós aqui da CPI temos.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - E eu defendo essa idéia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Aparecido, eu recebi, Sr. Presidente Marchezan, um **e-mail** agora no último dia 10, de um farmacêutico que eu não vou ler o nome aqui, e que atua na Vigilância Sanitária, Sr. Aparecido. E ele diz o seguinte: que no Paraná há uma rede organizada de roubo de caminhões de medicamentos, e, obviamente, se a carga não é encontrada, porque não se descobre quem compra. Então, ele diz que essa rede organizada, que vai do Norte a todo o Paraná inteiro, com isso é... esse roubo de carga permite... que gerava descontos exorbitantes nas farmácias das cidades de Londrina, Maringá e Curitiba — a sua rede atua em Curitiba, salvo engano. Não sei Londrina e Maringá, mas em Curitiba, atua —, principalmente em redes de drogarias. Ou seja, é um funcionário da Vigilância Sanitária, não é uma informação é... sem assinatura, eu apenas não vou ler, mas é uma informação de um funcionário da Vigilância Sanitária do Paraná, que diz que há uma quadrilha grande, o senhor mesmo falou, se reportou a isso na sua última vinda...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, é... Deputada...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...muito roubo de cargas no Paraná, e que...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Eu não disse no Paraná. *(Ininteligível.)* Quem falou isso foi o Sr. Bandeira de Mello.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Bandeira. Aliás, os senhores falaram coisas muito parecidas. Por isso que às vezes a gente se confunde, né?

(Não identificado) - Falou.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Absolutamente. É o contrário.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois é. Então, o que que o senhor diz aí dessa denúncia que nós acabamos de receber de um funcionário da Vigilância Sanitária do Estado do Paraná, que o roubo de carga é elevado e que aumenta a cada dia que passa e que possivelmente seriam drogari... é... farmácias de rede... redes, que estariam revendendo esses produtos aí com descontos elevadíssimos, por conta de que a carga foi roubada, não havia nota fiscal, e aí há a possibilidade desse desconto? E que...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu tenho o maior interesse de descobrir.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E que casa muito... e que é muito semelhante com o que o senhor falou da outra vez. Porque o senhor disse. O senhor não disse "sempre", não. O senhor disse que a farmácia que pratica 30% de desconto, pra ela só tem uma explicação: é sonegação fiscal. Então, eu volto a lhe perguntar: o senhor nunca comprou nenhum produto, de nenhuma indústria, de nenhum laboratório, de nenhuma rede sem a nota fiscal?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Nunca. E esses descontos que o senhor oferece é fruto de que mesmo, só pra me recordar?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputada, é... esse desconto é repassado para o consumidor, o desconto que a indústria passa para a farmácia, e a farmácia passa para o consumidor. Esse que a senhora tá dizendo, dos cupons, tá certo? Então, é essa a prática. Eu não tô... eu tô dizendo o seguinte: que nenhuma farmácia tem condições de dar descontos de 20, 30%, de A a Z, sempre. Nenhuma tem.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas não foi isso que o senhor falou na vez passada que o senhor esteve aqui. Pra concluir, Sr. Presidente,

Deputado Nelson Marchezan. Eu gostaria, Sr. Aparecido, o senhor como proprietário de uma grande rede...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Olha, o tempo de V.Exa. está esgotado. Peço que conclua. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu tô concluindo, concluindo. O senhor, proprietário de uma grande rede...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Sr. Presidente, eu gostaria de (*ininteligível*).

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...de infelizmente chegar a uma conclusão aqui e dividir isso com os meus colegas. O senhor, que na teoria fala tanto contra a "empurroterapia", que nós na prática queremos acabar com isso, que na teoria se diz contrário, os elementos que o senhor trouxe aqui hoje é uma prova de que as redes, particularmente a sua rede, ela é contumaz em praticar a "empurroterapia". Primeiro, porque garante o percentual sobre a venda aos... ao balconista; segundo, porque o senhor garante parte aos bonificados para o balconista, e, terceiro, porque o senhor faz essas promoções. Então, tantos pontos dá panela, dá isso, dá aquilo. Ou seja, o senhor estimula, através dos seus vendedores, e o senhor estimula através da ação de **marketing** da sua farmácia. Dá panela pra quem faz muito ponto. E só faz muito ponto quem compra muito, por preço muito caro, e muitas vezes produtos que não precisam ser comprados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Sr. Presidente, para uma questão de ordem, um assunto importante e atinente ao que está sendo dito até agora. Eu gostaria que o Sr. Aparecido me dissesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deixe-me conceder a palavra para V.Exa., primeiro, tá?

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Pois não. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Se por acaso o senhor tem informações de que os farmacêuticos responsáveis nas farmácias participam também do ganho comissionado da distribuição da venda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, V. Exa. não pode inquerir nesta hora, porque não é questão de ordem nenhuma. Eu vou ter que indeferir a pergunta de V. Exa. Há uma ordem. V.Exa. já falou, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Eu fiz uma pergunta que eu considero importante (*ininteligível*) porque se o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas V.Exa... me desculpe. Eu daria a palavra a V.Exa. Porque se eu der a V.Exa...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - (*Ininteligível*) estaria quebrando a ética da Comissão.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Não é questão de ordem nenhuma. Não é questão de ordem. Eu reputo da maior importância a pergunta de V.Exa. Só que é inadequada neste momento, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Eu acho muito importante. É uma questão de ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu também acho importante, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - É o seu julgamento. Mas eu acho que, se o farmacêutico ganha comissão, ele — não sei, na minha visão — ele está quebrando a ética da profissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero ser bem objetivo, mas, antes de fazer as minhas perguntas, quero iniciar me dirigindo a V.Exa., Presidente, e gostaria que V.Exa. respondesse ao final. O Relator, Deputado Ney Lopes, disse que não pode estar aqui amanhã, para que façamos a sessão deliberativa sobre os requerimentos ainda pendentes de deliberação desta Comissão. Não é apenas o sigilo bancário dos 21 laboratórios que está pendente. Há outros requerimentos. Como eu considero de que não adianta nós discutirmos e fazermos quebra de sigilo bancário daqui a um mês, daqui a quarenta dias, quando vai ter uma demora para chegar ao resultado do sigilo bancário, e depois a CPI pode não ter tempo para analisar, e isso pode ter conseqüências no trabalho da CPI, e esta CPI não pode, sob hipótese nenhuma, ficar sob suspeita de por que que não quebra sigilo bancário — eu entendo que quebrar sigilo bancário tem as mesmas fundamentações para quebrar sigilo fiscal —, quero fazer uma proposta a

V.Exa. Eu sou o autor do requerimento da vinda do Dr. Vecina. Eu quero propor a V.Exa. que, no início da sessão da tarde, possamos usar uma hora para discutir a votação desses requerimentos polêmicos, a iniciar pelo requerimento do Deputado Zuppo. E aí, depois desta uma hora, no início da sessão da tarde, nós passaríamos à audiência pública do Dr. Vecina. Não pode ficar sem deliberação, nesta semana, a questão da quebra do sigilo bancário dos 21 laboratórios, sob pena de nós ficarmos sob, eu diria, sob especulações. E nós não podemos, essa CPI não pode ficar sobre isso. Então, eu quero deixar esta questão a V.Exa. Quero também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem a palavra para inquirir, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E já o faço. Eu quero fazer aqui uma pergunta ao Dr. Aparecido. Dr. Aparecido, o senhor disse aqui na reunião passada uma coisa sobre BO, e hoje o senhor retifica esta visão sobre BOs, dizendo é... com uma outra visão sobre BOs. Eu quero que o senhor me responda objetivamente, se possível, sem olhar no papel aí: mesmo com a nova formulação que o senhor diz sobre o BO, a farmácia do senhor vende ou não vende BO? Objetivamente, a farmácia do senhor vende ou não vende BO?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, o que nós vendemos são os produtos similares, e nos produtos similares existe o pagamento diferenciado para o balconista, não no produto em si. Na linha de produtos é paga uma diferenciação para o balconista, aquilo que o laboratório passa nesses produtos. Então, nós trabalhamos com essa linha de similares.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor não vende nenhum material bonificado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja, os similares...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, não, não. O senhor vai-me responder o que eu estou perguntando.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu estou dizendo para o senhor...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu estou perguntando para o senhor: o senhor vende ou não vende algum medicamento — e eu não quero resposta do advogado. Quero que o senhor responda.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Os similares trabalham com o bonificado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Como?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Os similares trabalham com bonificado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não. Eu não perguntei isso. Eu perguntei ao senhor: a farmácia do senhor vende ou não vende medicamento bonificado? Vende ou não vende?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Vende.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Vende ou não vende?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Vende.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - A farmácia do senhor vende medicamento bonificado? Vende ou não vende?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu já respondi.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Vende ou não vende?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu já respondi para o senhor e disse que os produtos similares...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Dr. Aparecido, vende ou não vende medicamento bonificado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Se os similares é considerado bonificado, vendemos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, não. Eu não estou perguntando...O senhor vende bonificados, então?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu já disse para o senhor. Se o senhor considera os produtos similares bonificados...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu não considero. Eu não tenho que considerar absolutamente nada. Eu estou fazendo a pergunta objetiva ao senhor.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Mas eu passei para o senhor, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero fazer outra pergunta, então, ao senhor: o senhor ficou de mandar para esta CPI uma lista de medicamentos considerados BOs e porcarias. O senhor trouxe hoje uma lista publicada no **Diário Oficial**. O senhor reconhece que, mesmo além desta lista, há ainda produtos que podem ser considerados porcarias nas farmácias sendo vendidos?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Olha, Deputado, eu não poderia confirmar isso para o senhor se ainda existe. Isso eu não poderia confirmar se ainda possa existir.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas o senhor disse aqui que havia porcarias sendo vendidas nas farmácias.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho que sim. Eu acho que sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor reafirma isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não posso confirmar se tem ainda, mas eu acho que precisa de mais fiscalização, com certeza.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - De quem?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Da Vigilância Sanitária.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - A Vigilância Sanitária não fiscaliza?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho que deveria fiscalizar mais.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Deveria fiscalizar mais?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Mais.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Se existem porcarias, essas porcarias foram liberadas por quem?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Pela Vigilância Sanitária.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E essa Vigilância Sanitária, que libera, não fiscaliza, e o senhor disse que trouxe aí uma lista que foi retirada pela Vigilância Sanitária. Além desta lista, existem outras porcarias?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não posso confirmar isso para o senhor, se ainda tem além dessas.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Então, o senhor disse aqui, na reunião passada, que havia muita porcaria e muito BO sendo vendido. Disse?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Disse.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - De lá para cá, as porcarias podem ter sido retiradas todas?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Olha, Deputado, eu acho que sim, viu, porque tentei...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor acha que sim?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho que sim, porque realmente não...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Dr. Aparecido, o senhor, além de ter trazido hoje o advogado e um papel escrito, o senhor tem demonstrado aqui muita contradição e uma insegurança absoluta. O senhor está com medo de alguma coisa? O senhor está com medo de alguma coisa? Eu quero que o senhor me responda objetivamente.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu vim aqui prestar serviço para a Nação, mas, no momento ...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor está com medo de alguma coisa? Eu estou perguntando é isso. Eu não estou perguntando se o senhor veio aqui...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu estou respondendo à pergunta do senhor.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor está com medo de alguma coisa?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu disse para o senhor, eu estou aqui para prestar serviço à Nação, não...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor está sendo ameaçado por alguém?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não posso confirmar isso para o senhor.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E pode negar?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Negar também, não.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Então, se nem nega nem afirma, então, posso deduzir que o senhor pode estar com medo, e pode estar sendo ameaçado, e pode ser por algum laboratório ou por alguma distribuidora?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não sei, Deputado, mas houve...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor sabe o quê?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Já fui seguido... é ...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Quando?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Na semana passada.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Na semana passada, o senhor foi seguido? Então, o senhor está sendo ameaçado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não sei...é... Pelo menos, eu fiquei preocupado. Estou preocupado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor ficou preocupado? Então, o senhor está aqui com medo do que está dizendo? Por isso as contradições que o senhor está entrando entre a reunião passada e esta?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Eu acho que não tem muita...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não. Tem. É só pegar o que o senhor disse na semana passada e o que o senhor disse agora.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, semana passada, realmente, eu vim aqui como convidado prestar... Eu tinha entendido... Eu tinha entendido que só era para ter vindo aqui apresentar a Associação. Eu não sabia. Eu estava fora. Não sabia.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Está bom.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - E vim aqui somente apresentar a Associação.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Está bom. Objetivamente, o senhor — todos nós ouvimos — disse que está sendo seguido. O senhor não negou que está com medo, não negou que está sendo ameaçado, disse que acha que podem ter sido retiradas das..., da vez que o senhor veio aqui até hoje, todas as porcarias das prateleiras de farmácias. E esta lista que o senhor trouxe é de quando?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É de janeiro.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, mas o senhor veio aqui quando?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu vim dia 3 de fevereiro.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E então... Veja o senhor: o senhor trouxe uma lista que, quando o senhor veio aqui, ela já estava publicada. O senhor está vindo hoje sem uma nova lista publicada e está dizendo que podem as porcarias ter sido retiradas das prateleiras? O senhor não está dizendo isso porque está com medo, Sr. Aparecido?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, Deputado, realmente o senhor pode passar nas farmácias que não tem mais. Tiraram... Tiraram...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não tem mais o quê?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não posso confirmar pro senhor se realmente ainda tem ou não tem. Eu sei que...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor veio aqui no dia 3 de fevereiro. A lista é anterior, e o senhor disse que, de lá pra cá, pode ter sido tiradas as porcarias?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Mas aí, Deputado, por isso...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor não está constrangido...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - ... por isso que a minha, a minha..., a minha contribuição, o que eu disse no começo aqui, foi, pelo menos surtiu efeito, porque as..., as pessoas — o consumidor e os donos das farmácias — pararam de comprar essas coisas que, de certo, eles compravam.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, não, mas... Mas pararam de comprar, mas o senhor...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - E o consumidor parou também de procurar.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu estou aqui... O senhor me trouxe três tubos de um mesmo produto, comprados em cidades distintas, só que o que o senhor vendeu, que a farmácia do senhor vendeu pro... pro Deputado Tuma, não é nenhum dos outros; os outros três é... do mesmo laboratório, do mesmo..., é... é... farmacêutico, e esse aqui, inclusive, nem vem escrito em... Algumas coisas não são em português. Não é a mesma coisa. Não... pode até ser do mesmo laboratório. O senhor não tinha desse produto novo ou do lote novo? Não tinha?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deve ter, Deputado. Eu não... não... não procurei verificar isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O... o... Essa situação de ameaça, de constrangimento que o senhor pode estar passando... O senhor teria como identificar de onde ela está vindo?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não teria condições.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não teria? Poderia ser de laboratórios, de distribuidores?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não sei. Eu acho...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas o senhor afirma que há constrangimento? A sua família já foi ameaçada, o senhor já recebeu algum telefonema anônimo, alguma coisa assim?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Graças a Deus, não.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não? Ainda não? Mas o senhor está-se sentindo constrangido?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu... Eu recebi, a minha família, não. Eu recebi...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor recebeu?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - ... telefonemas.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Que tipo de telefonemas?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não... Tipo já estou indo aí... Daqui a pouco estou chegando.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Depois que o senhor disse que tinha BOs e porcarias? Agora, estes BOs e porcarias, aos quais V.Sa. se referiu na reunião passada, são todos liberados. É verdade? O senhor afirma isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu não posso dizer pro senhor se todos são. Eu acho que tem que... Eu... Não... Não posso dizer isso pro senhor, se 100% são liberados.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Por que que o senhor disse que, num determinado momento, a ABRAFARMA quis criar um selo de qualidade pra... pra... pra colocar nos medicamentos? Por quê?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É justamente devido... é... a preocupação com a qualidade do produto.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Porque o senhor achava que estava comprando muita coisa que não tinha boa qualidade ou que poderia...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não que eu estava comprando, mas que poderia existir no mercado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor não tem como dizer nenhum exemplo, com 35 anos de experiência? Nenhum exemplo? Ou o senhor não quer dizer?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É difícil dizer porque realmente eu não posso comprovar.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Bom, mas, se o senhor disse que tinha porcaria, tinha BO, queria criar um selo de qualidade, tem 35 anos de experiência... Que tipo de profissional é o senhor que vem aqui a uma CPI, duas vezes, disse que ia mandar uma lista e vem aqui hoje e fica escorregando mais do que sabão?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, acho que não... não cabe a mim passar essa relação pro senhor. Acho que existe...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Foi o senhor que fez a denúncia. O senhor está aqui porque o senhor fez a denúncia...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Cabe a mim...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... que existia...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - ... Cabe a mim denunciar. Cabe a mim denunciar.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não. O senhor denunciou...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Agora...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... disse que tinha porcarias e BOs, e o senhor se referia a BOs, naquele momento, dizendo que era "Bons pra Otários", que naquele momento o senhor não disse que era é... é... é... bonificados. Hoje é que o senhor refez a fala. *(Pausa.)* O... o... o... o... Eu, inclusive — o Deputado Arlindo está-me lembrando —, eu pedi que o... o Presidente intimasse o senhor a mandar uma relação pra cá, e o senhor disse: eu vou pesquisar, vou pesquisar.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Essa foi a resposta: vou pesquisar.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - E pesquisei, e vi que realmente eu não ia comprovar isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Aparecido, o senhor precisa ter consciência de uma coisa: o senhor tá sendo investigado, a partir das denúncias por poder ser receptador de medicamento falsificado, a partir daquela denúncia que houve de que a farmácia do senhor poderia estar recebendo medicamento de laboratório clandestino. O senhor passa a ser investigado. No entanto,...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Só corrigindo: não é medicamento, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Qualquer produto falsificado.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O.k.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Só que o senhor tem que tomar consciência de uma coisa também: o senhor pode estar aqui não apenas como réu. E, às vezes, as pessoas que estão como réu podem prestar relevantes serviços à Nação. O Zé Carlos, aquele que aqui no Senado denunciou um esquema de corrupção no Orçamento, ele era parte de uma máfia, e denunciou uma máfia que existia aqui. De certa forma, trabalhou pra limpar o Orçamento. O senhor pode estar passando a ser investigado por uma razão de ter comprado, deliberadamente ou não, medicamentos ou produtos falsificados. No entanto, o senhor tem que tomar consciência que o senhor pode prestar um grande serviço à Nação, indo a fundo, sendo firme, denunciando o que é porcaria, o que não tem efeito, medicamentos que não têm efeito pra tratar as doenças da nossa população. E, inclusive, tendo coragem, se for o caso, de denunciar a existência ou não de conivência da Agência Nacional de Vigilância, ou de autoridades outras, se existir. Então, o senhor precisa ter consciência. O senhor não pode ter medo. O senhor está aqui perante uma CPI, perante a imprensa, perante a sociedade brasileira pra ajudar a limpar esse setor de medicamento. Se o senhor tá falando a mentira, o senhor vai pagar por isso, se o senhor tiver falando a verdade, e for a fundo, o senhor pode ajudar essa Nação fundamentalmente num setor importante pra sociedade. Então, V.Sa. tem que ter consciência disso. O senhor tem que esclarecer melhor esta questão das porcarias, dos BOs e tem que esclarecer melhor essa questão das ameaças que o senhor passou a sofrer da última vez que o senhor veio aqui. O senhor comunicou à Polícia? Pediu proteção?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, não.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Alguém mais soube disso, além do senhor?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Amigos meus souberam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tempo esgotado, Deputado. Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Tá. Sr. Presidente, eu considero que a vinda do Sr. Aparecido aqui está muito prejudicada por causa das inúmeras contradições que ele entrou, e eu acho que precisa ser relevada a declaração dele de que ele está, de fato, constrangido, está numa situação, que eu diria, não

normal, para depor e para esclarecer melhor as questões. Agora, insisto, Sr. Presidente: o que nós temos que fazer ainda hoje... a reunião pra discutir a quebra do sigilo bancário dos laboratórios, porque senão nós não vamos ter condições de nos aprofundar nessa investigação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Antes de passar ao próximo orador, eu devo prestar um esclarecimento à Comissão e à Casa, que, tendo em vista informações que alguns jornalistas me deram, cujo texto eu não tenho, de declarações que teriam sido atribuídas ao Sr. Antonio Barbosa da Silva, eu estou só esperando que eu possa tê-las, ou ter eventualmente a sua publicação, para fazer uma interpelação judicial, nos termos do art. 5º da Constituição, item X: São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Não se trata de minha intimidade, nada, mas apenas de uma vinculação de que eu não estaria me comportando adequadamente. Eu tenho uma imagem pública no País, e ela será preservada. Levarei às barras da Justiça, independente daquilo que esta Comissão decidir por fazer. Volto a insistir que eu apenas dei cumprimento a uma decisão desta Comissão. Tem a palavra o nobre Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, eu queria, a partir de uma constatação, que foi assumida aqui pelo depoente, de que há um crescimento vertiginoso nessas redes de farmácia, rapidamente. Começa em 79 com uma farmácia e agora já tem oitenta. Lá no Ceará, nós temos uma, chamada Pague Menos, uma rede de farmácia Pague Menos, que eu contei aqui nesse cadastro dessa análise setorial de redes, que já está com 113 farmácias, distribuídas pelo Nordeste brasileiro. Então, essa constatação, ela se casa com a denúncia de sonegação fiscal, que existe, e claro que esse BO está envolvido nisso. Nós não podemos ter dúvida de que essa ponta da rede de farmácias é uma ponta onde acontece sonegação estupenda, ao nível de setecentos milhões de reais, e que nós teríamos obrigatoriamente, Presidente, de já encaminhar para concretamente nós termos essa evolução de patrimônio, de renda. Nós temos que encaminhar a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico de pelo menos uma ou duas redes. Essa primeira, do Presidente, a Drogamed deve ser logo o exemplo. Devemos pegar mais um ou dois exemplos no Brasil para que nós consigamos ver essa evolução patrimonial tão rápida, e tão progressiva, e tão consistente diante de

margem de lucro que são colocados aqui como irrisórios. Então, é um encaminhamento que faço. Irei já colocar um requerimento nesse sentido, porque não dá para termos essas constatações e ficarmos aqui a tê-las como... natural que o Fisco não está sendo lesado. A outra questão que eu queria colocar é que o depoente, eu acho que o depoente, ele tá cometendo aqui crimes. Ele comete crimes. O Código de Defesa do Consumidor é claro: deixar de comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou periculosidade de produtos, cujo conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado: detenção de seis meses a dois anos e multa. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços: detenção de três meses a um ano. Portanto, tá perfeitamente enquadrada a Drogamed, e como outros estão perfeitamente enquadrados no Código de Defesa do Consumidor. Então, eu queria saber do depoente, primeiro: a ABRAFARMA, diante desse impacto que causou, com as afirmações aqui desse BO, de "Bom para Otário", chegou a reunir-se depois da afirmação de V.Sa.? *(Pausa.)* A ABRAFARMA não se reuniu nesse período?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Ainda não deu tempo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - E não houve nenhuma orientação, por parte da Presidência e da sua Diretoria, para que esses medicamentos tenham sido retirados do mercado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Isso é uma coisa rápida. Toda vez que sai alguma coisa no jornal, aliás, no **Diário Oficial**, é retirado imediatamente. Agora, essa questão aí de Minas Gerais não saiu no **Diário Oficial**. Saiu somente no **Estado de Minas Gerais**.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sim, mas eu fui dos que tive a curiosidade de, com a lista de Minas Gerais, checar as farmácias de Fortaleza e encontrei pouquíssimas coisas, mas encontrei, e encaminhei imediatamente à Polícia Federal, ao Conselho Regional de Farmácia e à Vigilância Sanitária lá do Estado, para que as providências fossem tomadas. Inclusive, essa rede de farmácias Pague Menos, que está aqui citada no cadastro, juntamente com a rede de V.Sa., foi encaminhado nessa busca e apreensão, nessa tomada de providência. Agora, eu queria saber mais de V.Sa. Nós temos aqui um ofício à CPI, do Sindicato do Comércio Varejista e Produtos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco, onde

o Laboratório Merck Sharp & Dohme está vendendo, através da rede de farmácias Pague Menos, em Recife, toda a sua linha, portanto, um dos maiores laboratórios multinacionais que existem no mundo, tá vendendo toda a sua linha com 30% de desconto. Seus propagandistas, ao visitarem os médicos, direcionam suas receitas à rede Pague Menos. Como V.Sa. analisa esse fato que tá acontecendo em Pernambuco?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja, Deputado, a parte de comercialização de cada rede é feita individual. A associação não pode interferir nesse tipo de negócio. Cada um, cada rede vende. Agora, se isso tá acontecendo, é porque a indústria tá passando esse desconto, pra que ele possa passar pro consumidor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - A rede de V.Sa. recebeu esse desconto da Merck Sharp & Dohme?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Da Merck Sharp & Dohme, não. Talvez algum ou outro produto. Não a linha toda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - A afirmação aqui é de que toda a linha da Merck. O senhor não confirma isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, não confirmo isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Um ou outro produto?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Algum ou outro produto sempre tem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Tudo bem, Sr. Presidente. Eu acho que tô satisfeito aqui, e acho que, pra finalizar, eu queria que ... Essas providências que a CPI tem que tomar, Sr. Presidente, a respeito dessa situação desse depoimento de hoje, porque senão nós vamos ficar... Ouvimos... O depoimento foi mais acanhado do que o primeiro, do ponto de vista das afirmações, e nós temos que fazer alguns encaminhamentos, sob pena de ter sido inócua essa segunda chamada, e o desencaminhamento é a questão da listagem. Eu acho que essa listagem tem que aparecer, para que os brasileiros saibam quais são os medicamentos bonificados, ou através da ABRAFARMA, ou através da própria Agência de Vigilância Sanitária, ou de outro mecanismo que tenhamos, ABC Farma, que é outra entidade de comércio a varejo, pra que os brasileiros saibam imediatamente quais são os medicamentos que são bonificados. E o outro encaminhamento que eu deixo aqui pra V.Exa. é de que nós temos que quebrar o

sigilo bancário, e aqui não pode ser só fiscal. Tem que ser fiscal, bancário e telefônico de pelo menos duas redes, uma no Norte, outra no Sul, para que nós tenhamos a dimensão do crescimento desse patrimônio e também as transações que acontecem, ferindo a legislação fiscal deste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o nobre Deputado Vicente Caropreso. Gostaria, Deputado, sem nenhuma alusão a V.Exa., de dizer que nós, às 2h, temos uma reunião convocada para ouvir o Dr. Gonzalo Vecina. Então, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, senhor convidado, nós temos constatado, durante a vigência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, infelizmente, a convivência com alguns termos, que pra nós, apesar da profissão de médico, até ter alguma familiaridade com os remédios, pra nós nos causou a surpresa de alguns termos que são usados corriqueiramente por trás dos balcões das farmácias do Brasil. A infelicidade do Seu Aparecido, por ocasião da sua primeira vinda, trouxe, na realidade, um serviço a essa Comissão, e provavelmente isso trará frutos, porque essa Comissão não tinha se preocupado ainda tanto com a ponta, ou seja, com o consumidor final nas farmácias. E o senhor, através daquela sua infelicidade de tornar exposta uma classe, acho que até com algum sacrifício pra muita gente boa, que trabalha em farmácia, nos trouxe à tona algumas denominações aí que realmente nos estarrecem como cidadãos. Então, hoje nós convivemos com algumas denominações, Sr. Presidente, genérico, de marca, BO, ético, bonificado, porcária e falso. São coisas que são ditas todos os dias, Sr. Aparecido, nos balcões da farmácia, atrás. Esses termos são usados todos os dias atrás dos balcões das farmácias?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Todos esses que o senhor...

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Genérico, de marca, BO, ético, bonificado, porcária e falso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Genéricos, similares e éticos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Só esses? Não existem os bonificados, é lógico, nem porcárias?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Como eu disse a outra vez, tem... é... Deve existir, né, como tá sendo limpado, está sendo acabado.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Qual é a diferença? O senhor podia me descrever o que é remédio ético?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho que não é remédio ético, é remédio de marca, né, produtos de marca, não remédio ético.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Existem, então, remédios não éticos também?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Eu não saberia responder isso, remédios não éticos. O que é chamado... Hoje são os similares, os genéricos e os de marca.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor acha que ética é importante nas profissões em geral?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Esse ético é uma coisa que sempre... Também é uma coisa que sempre se falou e se comenta. Mas eu acho que, depois que apareceu os genéricos, se fala de produtos de marca, não produtos éticos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - A linha bonificada seria a linha não-ética?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Eu não vejo que não é uma linha ética. Eu não vejo assim, porque tem muitos bonificados bons, confiáveis.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Bonificados?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Bonificados.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - E esses não seriam não-éticos?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. O que diz que é ético é aquele que tem propaganda médica, né, que é uma coisa que sempre foi comentado isso no meio, né?

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - E os não-éticos os que não passam pela propaganda médica?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Esses são os não-éticos?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso o que comenta. Mas hoje a denominação não é essa. A denominação hoje é: produtos de marcas, genéricos e similares.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - É inacreditável, inacreditável a frieza dessa colocação, Sr. Presidente, porque está exposta a fragilidade do consumidor brasileiro, exposto a produtos não-éticos. Isso ficou claro. E esse é um

grande propósito dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, pra varrer, varrer do dicionário essa montoeira aqui de terminologias, que devia haver uma só, uma só, Sr. Presidente, uma só. E nós temos que definitivamente partir para a proteção do consumidor. Se nós estávamos pensando em redes e... Nós temos que nos preocupar com o pequeno, que é o que acaba pagando a conta. Sr. Aparecido, recebemos, através até de uma denúncia ao Deputado Iris Simões, que faz parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito, um fax de Curitiba, dizendo o seguinte: essa pessoa se identificou, inclusive colocou RG: "Sou cliente da Drogamed e recebi propaganda da promoção dos brindes. Alcançada certa pontuação, teria direito a certos brindes, só que nunca consegui receber tais brindes, pois sempre havia uma desculpa para não entregar." Assinado: Ivo Lessa. RG 361.955/9 — Paraná. Não estaria exposta uma rede de farmácias e uma prática comum no Brasil inteiro, Sr. Aparecido? O que o senhor tem a falar sobre isso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu acho que talvez seja um engano, porque realmente não é da prática da Drogamed. A Drogamed sempre foi ética. Não é prática da Drogamed lançar uma promoção e não cumprir. Alguma coisa tá errada, e nós vamos... Se o senhor me passar o nome dessa pessoa, nós vamos contactar com ele, pra ver realmente o que aconteceu. Não é de prática da Drogamed fazer isso, de maneira alguma.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Aparecido, o senhor disse que o senhor tem 35 anos de serviço e começou com dezesseis anos a trabalhar nos balcões de farmácia?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Como **office-boy**.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Como **office-boy**. O senhor nunca aplicava injeções, media pressão, nos seus tempos iniciais de farmácia?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - E a pressão... Hoje é permitido ver pressão na farmácia.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Mas o senhor fazia aplicação de injeções?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Fazia aplicação de injeção.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Com dezesseis anos?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Com dezesseis anos, não.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor teve alguma formação profissional universitária?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. Eu só fiz muito curso de farmácia.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - É... O senhor colocou também que... Eu gostaria de fazer uma outra pergunta... Desculpa. Existe caixa dois nas farmácias do Brasil de medicamentos com tarja preta?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não saberia responder, Deputado.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Existe essa prática de o médico prescrever três caixas de algum benzodiazepínico, a farmácia dizer que só tem uma caixa, e ficar na caixa dois, dois, pra vender sem receita? Isso existe nas farmácias do Brasil ou não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Na minha, eu diria pro senhor que não.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, eu teria até um pedido a fazer aos outros Parlamentares, aos demais Parlamentares que fazem parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente, de um requerimento, que fizemos na última, por ocasião da última reunião, no qual pedimos a imediata apreensão de toda a lista dos medicamentos citados nas diligências de Uberlândia, Sr. Presidente. É uma urgência, é uma urgência, porque nós vimos agora a comprovação imediata da apresentação de notas recentes de compra de produtos que deveriam já estar sendo incinerados, inclusive, apreendidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Eu gostaria que fosse colocado como uma prioridade, até em urgência, a imediata retirada, em todo o território nacional, da lista dos medicamentos que fazem parte "da produção", entre aspas, dessa farmácia clandestina. Era isso, Sr. Presidente. E obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o nobre Deputado Alceu Collares.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Presidente, eu perguntaria ao depoente se ele faz a aquisição dos medicamentos diretamente aos laboratórios. Os pedidos são dirigidos aos laboratórios?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Aos laboratórios e indústrias... é... Aliás, às indústrias, os laboratórios são as indústrias, e distribuidoras ... é... licenciadas.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - O senhor pode fazer pedidos às distribuidoras?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Pode.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Ou é só aos laboratórios?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, a... Pode fazer pedido pros dois.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - A distribuidora também recebe pedidos das farmácias?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Recebe. As distribuidoras... é... as distribuidoras é... é que atende praticamente os laboratórios. Vende-se muito pouco direto às farmácias. Quem mais vende são as distribuidoras.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu queria também dizer ao senhor que esta... esta resposta, essa informação que o senhor deu à Comissão, por maior que tenha sido o esforço do nobre colega advogado, ela não corresponde ao que o senhor ficou de trazer aqui. Foi uma saída encontrada, mas ela entra, sem dúvida alguma, numa contradição. O senhor diz que a minha declaração, a declaração que o senhor fez (*ininteligível*) uma formulação do Deputado Chinaglia de que trouxesse a relação dos medicamentos que não servem pra nada, porque este termo, na língua portuguesa, "Bom pra Otário", é que o balconista vende quando, com uma receita, não tendo o medicamento receitado, ele vende outro que não serve pra nada. Está aqui no dicionário desta linguagem que o senhor trouxe. E o senhor assumiu o compromisso de trazer uma relação dos remédios que não servem pra nada. Não foi esta aqui que ficou. O senhor conseguiu sair pela tangente porque a reação nacional, e principalmente da imprensa com a sua linguagem muito largada, porque o senhor estava, sem dúvida alguma, muito mais disposto, muito mais eufórico com o primeiro depoimento, e hoje o senhor, os colegas têm razão, o senhor está com problemas em não nos dar as informações que nós precisamos. Só que essa não tem, a não ser que o senhor diga à Comissão que, quando o senhor assumiu o compromisso de fazer a pesquisa e encaminhar os medicamentos que não servem para nada, o senhor tenha-se equivocado, como o senhor já pediu aqui uma desculpa no momento em que disse confundiu esse "Bom Otário". Aqui nesta linguagem dicionarica tem o "Bom Otário", que é o início da expressão "bonificação", BO, a bonificação quando existe. E o outro, o "Bom Otário", é quando vai comprar e não tem remédio ou então não sabe, vai comprar

um remédio. Alguns balconistas, inclusive, chega lá e diz: "Olha, tá doente de dor de cabeça, tá com problema de sinusite, tá com isso e isso." Ele mesmo acaba é... fazendo a indicação do medicamento. Aqui o remédio é que não serve pra nada. Isso é o dicionário que diz, é a unanimidade entre os balconistas que muitos produtos, além de custarem mais caro que os produtos de linha ética que são indicados pelos médicos, não servem para nada. Além desses aqui, o senhor teve conhecimento destes medicamentos, desses remédios que não servem para nada ao longo da sua vida profissional?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, é duro de lembrar e é... sabe, é complicado isto de você... eu acho que todo esse... esse produto que tá sendo realmente retirado pela Vigilância Sanitária normalmente (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não, não. Eu não estou falando sobre isso.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu sei.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Estou falando aquele que a sua experiência, como homem proprietário de farmácia, e não farmacêutico, chegou à conclusão de informar aqui para nós, da Comissão...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - ... de que tem remédios que são vendidos que não servem pra nada. Esse aí o senhor sabe que existe.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Já existiu e não sei se existe ainda, mas já existiu.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não, mas o senhor ficou de trazer.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Pois é, eu tentei fazer... Eu disse que ia pesquisar, e eu pesquisei, e não consegui. Eu acho que realmente o... é uma demonstração...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Como é que, de uma hora pra outro, o comércio farmacêutico acaba se moralizando, né? Porque, no dia que o senhor afirmou, disse: "Não, existe. Eu vou pesquisar". O senhor vai pesquisar aquilo que efetivamente existia ou existe.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Agora, Deputado, é realmente é... Mudou bastante nessa semana, viu?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Ah, que bom.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deu pra sentir que mudou.

neusinha

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Quem sabe que o seu depoimento não foi um depoimento benéfico à Nação. Nesta semana o senhor admite que, por ter falado a expressão que é da linguagem no campo do mercado farmacêutico, né, o BO, pegou nacionalmente. Tem alguns que até estão achando que aqueles Deputados aqui da Comissão são também BOs. Estamos aqui ouvindo muitos depoimentos que não correspondem à realidade. Por isso eu gostaria de colocar para V.Sa. que, destas informações recebidas, é bom que se estabeleça, primeiro, o compromisso de um homem que tem a responsabilidade de ser Presidente de uma organização de comunicar logo, imediatamente, ao Ministério da Saúde para que, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, esses medicamentos que o senhor tomar conhecimento desapareçam, sejam proibidos, porque, o que não serve para nada, ainda bem; mas e aquele que pode prejudicar a saúde da pessoa, quando ele é vendido e também consumido, com componentes capazes de criar complicadores na saúde da criatura humana? Há uma diferença quando V.Exa. fala em mercado. O mercado, no campo dos produtos farmacêuticos, é um. Ele não é evidentemente um mercado livre, esse mercado da competitividade, em que há toda sorte de crimes, de delitos, de agressões. Esse mercado tem que ser eminentemente ético. Ético não no sentido que vocês estão dando. Ético no sentido de moral, que respeita a saúde pública, que respeita a saúde da criatura humana. Então, esta... A bonificação também, Deputado Presidente, é uma providência que deve ser tomada. Eu estou falando para o Presidente da Comissão. A bonificação é uma malandragem desse mercado, que tem que ter controle. Esta Comissão tem que chamar à responsabilidade e exercer um controle rigoroso sobre a venda dos remédios, não apenas controle sobre os preços, porque não é um produto qualquer, como cerveja, que o sujeito pode tomar uma Antártica, pode tomar Brahma. Não. Os remédios são receitados pelo médico. E ele vai comprar. Se não tem aquele, não pode vender outro. Ele não exerce a competitividade, não há concorrência nenhuma no campo dos produtos farmacêuticos. Não há concorrência nenhuma, porque quem determina é o médico. O cliente, o doente, não vai comprar outro remédio que não seja aquele que resulta da receita do médico. Então, comercial em mercado nesse campo, não me parece... Daí a razão pela qual a Comissão pode tomar o compromisso, contrariando declarações do Relator Ney Lopes, de que o controle, a intervenção do Estado para o controle dos medicamentos não é

adequado. É o único instrumento adequado que tem no mundo, no mundo! Não é aqui. Até nos Estados Unidos e na própria Europa tem a intervenção. Se deixar livre, aí vem os BOs da vida, aí essa "empurroterapia", que é o fato do sujeito chegar no balconista e comprar qualquer remédio empurrado pelo balconista. Agora, a bonificação, Deputado Marchezan, a bonificação é uma forma de ludibriar o consumidor. O senhor afirmou, e o fez por várias vezes, depoente Aparecido, aliás, foi bom que o senhor tenha aparecido aqui para dar esses depoimentos, porque muita coisa a Nação vai tomar conhecimento, e a expectativa nossa é de que esta CPI não seja igual às outras. As outras foram um fracasso, foram um remendo, um arremedo de CPI. Muito bem, quando... A bonificação tem que ser proibida por lei. Se o remédio, uma fábrica, um laboratório pode produzir por 70, por que vai colocar por 100, dando 30% de desconto? Essa bonificação pode, em determinadas praças, em determinadas cidades e regiões, e o farmacêutico pode conceder ao consumidor. Eu não acredito que a farmácia faça isso. Eu não acredito que a farmácia compre um produto por 100, com 30 de bonificação, e passe para o consumidor. Eu preciso de prova para me convencer de que isso, no campo da venda de remédio, da comercialização, seja uma verdade. Isto aqui é uma forma que pode levar, isto sim, a que determinados medicamentos, em determinadas regiões, mais pelo poder de compra do que pela competitividade. Eu quero voltar que o mercado de remédios não tem nada que ver com concorrência, não tem nada que ver com competitividade. Ele é um mercado fechado. Ele depende da receita do médico. Qual é a alternativa de quem vai comprar um remédio se leva uma receita pra pegar um remédio e pode comprar outro ou um similar, um outro remédio que não seja aquele que o médico que lhe examinou determinou que ele adquirisse para que pudesse melhorar ou, quem sabe até, ficar bom da sua enfermidade? Então, me parece que, em determinadas regiões, essa bonificação ela fica — e o senhor disse no início —, ela fica com a empresa, ela faz parte do lucro da empresa para depois, descontados todos os fatores que entram no posto da prestação de serviço, que é a venda dos medicamentos, o senhor ter o lucro que merece. Então, em determinadas regiões, o farmacêutico sempre embolsa essa bonificação. Poderá, quando muito, reduzir a sua lucratividade, a sua rentabilidade, mas não... Eu quero que o senhor me repita: há possibilidade de repasse para o consumidor desta bonificação?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Sim, Deputado. Eu... Eu... Eu concordo com o senhor que acho que deve passar ao consumidor.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não. Deve ou se faz?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não... é... veja: alguns fazem, outros não, né? Daqueles produto que a Deputada referiu, que é vendido com o cupons, é passado pro consumidor. Aqueles, aqueles...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Alguns fazem, outros não fazem.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Sim. Aí... é... é... esses laboratórios que fazem o sistema de trabalho com os médicos, através de cupom, é repassado para o consumidor, é sem desconto.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - O que é o cupom?

- **O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO** - O cupom de desconto.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas não é dada também a bonificação para a farmácia que adquire o produto?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, é... é passado pra farmácia passar pro consumidor.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Então, no início, eu entendi mal ou V.Sa. se informou mal dizendo que a bonificação é para a farmácia também.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, nesse caso do... do cupom, não. Do cupom...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu estou falando em remédios.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Dos remédios bonificados, sim.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Pode ser?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Pode ser.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Doutor, eu tô satisfeito, embora eu não tenha sido esclarecido em nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., que é tão conformado (*ininteligível*) de vez em quando. Com a palavra o Deputado Carlos Mosconi.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, teria algumas indagações a fazer, Sr. Presidente, porque eu também como o Deputado Alceu Collares. Eu não sei se eu sou tão conformado quanto ele, mas também não fui esclarecido em quase nada. Então, eu gostaria... Eu entendo

perfeitamente que o depoente não é réu aqui, não. O depoente pode usar, principalmente esse espaço, para fazer declarações que são muito importantes para o País, são muito importantes, inclusive, pra sua atividade, pra sua empresa. Eu esperava que até o senhor depoente pudesse usar esse espaço com esta finalidade, porque nós não estamos entendendo que o senhor seja réu aqui, não. O senhor veio aqui porque o senhor fez, na primeira vinda, uma declaração de que existe no Brasil uma prática de distribuição, de venda de medicamentos que tem o rótulo de BO, que, para alguns, pode ser bonificação, mas que, na sua... na sua fala aqui é o chamado "Bom para Otário". E o senhor também depois disse, rotulou algumas... alguns produtos de "porcaria". Bom, o senhor tem uma rede grande de farmácias lá em Curitiba; uma rede considerada grande no Brasil. A sua rede, portanto, a sua empresa trabalha com produtos chamados "Bom pra Otário" e chamado "porcaria". Eu imagino o seguinte: será que uma rede que trabalha com produto desse tipo pode ser rotulada de uma rede séria? Será que uma... uma empresa comercial do porte da que o senhor tem, que para toda a... Quer dizer, pra cidade de Curitiba, enfim, pra atividade sua é considerada uma rede idônea? Mas fica correto o senhor chegar aqui e dizer: "olha, nós trabalhamos lá com BO, que é "Bom pra Otário", e trabalhamos com "porcaria". Isso não tira, Sr. Aparecido, a credibilidade da sua empresa. Não tira a credibilidade da atividade a qual o senhor pertence e onde o senhor ganha a vida já há mais de 35 anos? Não era o momento, talvez, de o senhor chegar aqui e esclarecer isso pra nós? "Olha, o 'Bom pra Otário' é isso aqui e 'porcaria' é isso aqui". Vamos parar com isso. A nossa finalidade aqui é dar um basta nisso, parar com isso. Quer dizer, eu não posso compreender que a sua empresa, uma farmácia que trabalha com o "Bom pra Otário" e com "porcaria" não tenha, de certa maneira, alguma cumplicidade nessa história. O senhor tá querendo dizer: "Bom, eu não sei bem se é, se compra, se não tem, se vende ou se participa dessa cadeia. Mas é evidente que pra todos nós aqui ficou claro que participa. Então, não seria o momento da gente saber direitinho como é que é isso? O que que significa o BO? Quer dizer, o BO, como é que é, a empresa compra o medicamento da... da indústria ou da distribuição, recebe alguns medicamentos que não são nem considerados como, não são nem colocados na, talvez, na tributação, porque é considerado bonificação? E esses remédios são distribuídos para a população, para o seu cliente... é... muitas vezes substituindo aquele que o médico prescreveu ou se usando a larga prática da "empurroterapia",

que também é uma prática condenada? E o senhor disse que na sua empresa e nas suas farmácias... O senhor até falou assim: "Olha, eu sou a única rede que tem no Brasil que tem farmacêutico em cada farmácia". Não. Isso eu não sei se é uma, se o senhor pode-se vangloriar disso, porque o senhor tá até fazendo uma acusação às outras redes, porque o senhor disse que o senhor é a única que tem. E eu pergunto: pra que é que tem, se a sua rede, que é a única que tem o farmacêutico, ela faz uso da "empurroterapia", ela utiliza BO, que é "Bom pra Otário", e utiliza "porcaria"? Precisa ter? Então, eu queria que o senhor entendesse a importância da sua vinda aqui e tentasse nos esclarecer sobre essas questões. O que que na realidade significa o BO mesmo? Como é que o senhor trabalha com o BO? Como é que a sua empresa trabalha com o BO? Porque o senhor falou aqui pra nós, pra todo mundo do Brasil inteiro ouvir. E o Brasil inteiro ouviu. Nós estamos esperando que o senhor faça pra nós esse esclarecimento, que até agora não foi feito da forma clara que a gente gostaria. Então, eu... Genericamente, seria isso. Eu me reservo pra poder fazer alguma... é... réplica daqui a pouco.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O.k. Deputado, é... se considerado... Nós não trabalhamos com remédio "porcaria". Se existe no mercado algum remédio que tem... é... que tem o registro na Vigilância Sanitária e tá no mercado, a culpa não é nossa. Então, é... "porcaria" realmente a gente não trabalha.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Mas foi feita essa referência aqui pelo senhor.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Sim, eu disse...

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Foi feita essa referência pelo senhor.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu disse que existe no mercado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - (*Inaudível.*) ... trabalha?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Com essa, com esse segmento do mercado?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não. O que no... O que no segmento nós do mercado trabalhamos é o seguinte: quanto à questão dos produtos similares, os fabricantes dos produtos similares, ele trabalha de forma diferente. Em vez dele fazer propaganda médica, ele trabalha passando as

condições para a farmácia e... é... prendendo os balconistas. Então, essa... essa é a diferença. Então, isso existe. Agora, se o senhor pergunta, se o senhor pergunta pra mim se eu sou a favor disso, não, eu sou contra. Isso o mercado faz; eu sou contra. Eu acho que não tem...

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Contra, mas aceita.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Veja, é... é... é o mercado. Se eu não estiver, Deputado, pra atender, simplesmente eu vou ficar... é... com a farmácia aberta, os clientes só passando e indo nas outras farmácia. Então, veja, o que eu estou dizendo pra vocês... que bom que realmente essa CPI veio nesse momento, que nós estamos no ano 2000 e eu acho que essas prática têm que acabar, né? Agora, é uma prática de anos, mais de cinquenta anos. Eu acho que isso tem que acabar. Eu acho que nós temos que ver questão de preço. Se os laboratórios trabalham com bonificação, ele tem condição de vender mais barato, não é verdade? Se os laboratórios de marca... é... por exemplo... é... eliminar ou acabar com amostra grátis, por exemplo, têm condições de abaixar o preço, né? Então, acho que todo mundo tem que fazer a tua parte. Acho que todo mundo tem que realmente rever essa... a maneira de comercialização. Então, é uma prática de anos. Então, isso tem que ser revisto. Que bom que hoje tem essa CPI pra que seja revisto isso. Agora, se... uma vez eu fiz uma... uma... uma... uma propaganda: eu dizia que eu dava é... para os aposentado que fossem comprar na minha farmácia eu dava o desconto de "x". É... mas era só com receita médica. Deputado, nós ficamos de braços cruzado. Os cliente entrava e saía. Só pro senhor ter uma noção. Isso durou trinta dias. O brasileiro não tá acostumado comprar remédio com... Ele vai no médico, ele pega a receita, mas, quando ele vai comprar o remédio, ele não leva a receita; ele leva a receita no bolso, né? Então, eu acho que... é... chegou o momento realmente de... é... de botar os pingos no "i"... nos "is" e melhorar esse mercado. Não, eu não defendo essa idéia, não. Pra mim eu quero que acabe, e tudo, mas que a lei seja pra todo mundo, né? Tá vindo aí uma lei agora de controle de antibiótico. É... é interessante. A... a idéia é... é... é muito boa. Agora, será que a... a lei vai ser pra todos cumprirem essa... Se todos cumprirem, muito bom, vai ser ótimo. Realmente nós estamos preocupados com a saúde do brasileiro. Agora, que tem... As leis têm que ser cumprida por todo mundo. É isso que é a dificuldade nesse País: a leis é pra uns, e outros, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - O senhor enquadra aí a questão da presença do farmacêutico na farmácia. Já tem a lei já há muitos anos que diz que o farmacêutico tem que estar presente na farmácia o tempo todo.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Pois é, Deputado, isso é mais uma coisa. A lei diz o seguinte: a presença do farmacêutico enquanto a farmácia tá aberta. O que que acontece? É uma lei que não cumprem, não cumprem. Então, eu acho que os senhores, agora — e aqui é o local pra isso —... de criar uma lei que seja... que todo mundo cumpra, se é quatro horas, se é seis horas, se é oito horas por dia, mas uma lei que todas as farmácias possam cumprir. Hoje, o que que eles dizem? Não tem farmacêutico suficiente pra todas as farmácias. Então, alguma coisa tá errada, então, alguma coisa tá errada. Então, ou tem muita farmácia e tem pouco farmacêutico, ou alguma coisa tem que funcionar.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Eu acho que muita coisa tá errada...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu também concordo com o senhor. Eu acho que chegou a hora de esclarecer.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Tudo bem. Eu só queria dizer ao Presidente Nelson Marchezan e ao nosso Relator o seguinte: eu tô um pouco surpreso, Sr. Presidente, porque nós trouxemos aqui, há alguns dias atrás, depois daquela nossa diligência, lá, em Uberlândia, não só a relação, mas, inclusive, exemplares dos medicamentos fabricados na indústria clandestina de Uberlândia. Nós colocamos aqui, em cima da mesa, pro Brasil inteiro ver. Eu tô... Vi agora...O Deputado Caropreso fez uma, uma, uma solicitação a V.Exa., dizendo que o requerimento de Vigilância Sanitária para que os medicamentos fossem... Eu tô surpreso que isso não tenha acontecido. Eu acho que essa era uma providência que nem caberia a nós tomarmos aqui, na CPI. Era... É só uma providência que a Vigilância Sanitária, tão logo tomasse conhecimento da... da falsificação dos medicamentos, devia ter tomado essa providência no Brasil inteiro imediatamente. Se tal coisa não aconteceu, Sr. Presidente, mostra, inclusive, a fragilidade do setor, porque isso foi de domínio público inteiro, pro Brasil inteiro ver. E se isso não aconteceu, e se esses remédios estão sendo vendidos no Brasil inteiro com essa facilidade, que nós vimos aqui, agora, na rede do Sr. Aparecido, lá em Curitiba, isso mostra como é que nós estamos...quer dizer, a situação do País no que diz respeito

a essa questão do... de vendas de medicamentos no País. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Obrigado a V.Exa. Peço a V.Exa., Deputado Caropreso, que formule a proposição por escrito. Já tá sob exame. Com a palavra o nobre Deputado Márcio Matos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Esse requerimento, Sr. Presidente, já está de posse da Comissão. Está pra ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa, então. Com a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Meu caro Presidente, eu vou falar aqui como ex-balconista de farmácia. Aos doze anos que vendi fiz a "empurroterapia", como propagandista de remédio que fui, como estudante de medicina, como médico e agora como Parlamentar. As coisas estão totalmente erradas. O País, o povo, quando é chamado de otário — já foi chamado duas vezes — na verdade, um povo em que o Sr. Ministro da Fazenda vem aqui e diz que não existem remédios, não existe aumento abusivo de medicamento; um povo que vê o seu Governo, o seu Estado tão pequeno, tão deficiente que não consegue, sequer, acompanhar os preços e quanto mais a qualidade dos produtos importados; um povo que tem, que está sendo jogado a um mercado de lama, porque, na minha opinião, todas as farmácias, seja ela pequena ou grande, as distribuidoras pequenas ou grandes vendem todos os tipos de BOs que passaram aqui e que também vendem remédio falsificado, que também vendem remédio roubado, realmente, é um povo que eu vou chamar de coitado, porque está sendo jogado no mercado, mercado esse que, segundo o Ministro da Fazenda, tem que ser controlado pelo próprio mercado. E mais uma vez eu digo: povo que tem condição de ver a qualidade da batatinha e da cebola, ele pode controlar o seu mercado, mas o povo que vai comprar Ibuprofeno, Dexametazona, Betametazona, nem o nome ele sabe quanto mais a qualidade! E aqui foi colocado, por exemplo, com relação a farmacêutico responsável de determinado medicamento. Se hoje eu trabalho nesse laboratório, eu sou farmacêutico responsável pela fabricação desse medicamento...

Amanhã eu fui embora do laboratório. Seguramente, outro lote vai ter outro farmacêutico responsável. Que este mercado realmente é mercado de promoção; mercado que lá na ponta o coitado que muitas vezes chega ele é empurrado a determinado medicamento sem ele saber o que é. Eu fiz um panfleto aqui que eu estou dizendo de outro tipo de BO. É o BO público, principalmente com relação aos antibióticos, e para isso eu dei um exemplo. Imagine uma pessoa com febre, dor lombar, reclamando que tem dor pra urinar, que tá urinando toda hora; chega lá na ponta, no SUS, o médico, com dois minutos de consulta, simplesmente faz um toque lombar, que nós chamamos de giordano positivo e conclui que tem uma infecção urinária. O que que esse médico tem que fazer? Pedir um exame de urina tipo 1, uma cultura antibiograma para, no mínimo, identificar qual a bactéria que está lhe causando aquela infecção urinária. E o que esse médico faz? Nada, porque ele não pode pedir esse exame, porque não tem cota, e o infeliz não pode comprar. E o que esse médico vai fazer? Vai receitar um antibiótico de largo espectro, caro, moderno, que ele não tem condições de comprar e a farmácia do SUS não tem. Aí fica diante daquele paciente. Fazer o quê? Ele vai perguntar lá para a chefe da farmácia, do posto de saúde do SUS: "O que que você tem aí? Tem Gentamicina, tenho Sulfamexazol, tem Tetraciclina e o Cloranfenicol, antibióticos esses que há mais de vinte anos não curam infecção urinária, e o Governo, o Estado, tá distribuindo isso para essa população, esses medicamentos que não curam absolutamente nada. O que é isso? Isso é o BO público! Isso é enganação. Eu tô fazendo esse desabafo porque eu acho que está tudo errado, desde o Governo, desde a fabricação, do controle, da importação, da propaganda, da comercialização via distribuidora e, lá na ponta, quem é o prejudicado? É o coitado do brasileiro, que tá sendo chamado de otário. E não é só no campo farmacêutico, não. Se a Vigilância Sanitária for pesquisar os pacotes de farinha de milho, fizer uma pesquisa, garanto aos senhores que, em grande porcentagem, vai encontrar lá excrementos e pelos de rato. Já fizemos isso lá no Paraná e encontramos em 80%. Se a Vigilância Sanitária... Eu só quero fazer... Eu não vou fazer questionamentos. Eu só quero fazer essa indignação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não vai fazer questionamento nenhum?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Só no finalzinho vou fazer uma pergunta pra ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, o tempo de V.Exa. está quase concluído.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Tudo bem. A Vigilância Sanitária, que tem a obrigação de investigar não só produto farmacêutico, principalmente a alimentação — se esta CPI de alimentos for levada à sério...Aí está o grande problema. É que nós não temos Vigilância Sanitária, porque não temos Estado e não tivemos nunca Governo preocupado com isso. Acho que a única coisa que nós temos a obrigação de ter, nesta CPI, é fazer com que este Estado tenha instrumentos, instrumentos adequados que realmente possam dar o respaldo para aquele cidadão, o coitado do brasileiro pobre, que não tem condição de saber o que compra, quanto mais a qualidade do que compra. E também aquele remédio, aquela medicação que é distribuída, como foi feito com os antibióticos, durante muito tempo, sem controle nenhum, prescrição inadequada, quantidade inadequada fez com que todas as cepas e bactérias, neste País, se tornassem resistentes a um cem número de antibióticos. E esses antibióticos que nós estamos lançando agora, como genéricos, o Governo tem que fazer o esclarecimento desta população, para que a população não tenha na cabeça que a ampicilina vai curar toda a pneumonia que possa ter. Vai curar o mínimo, porque tem uma resistência muito grande. Embora o genérico ampicilina possa estar dentro de todas as especificações exigidas..., mas só que a população tem que saber que tem muito pouca bactéria que são sensíveis à penicilina. A maior parte criou resistência, por causa de uma política mal feita, que sempre foi mal feita no sentido da distribuição indiscriminada desses antibióticos. E nós temos que produzir, sim, genéricos e outras cepas e antibióticos. Não isso que está se produzindo, que isso não cura mais nada. Tem que pegar e esclarecer a população que o genérico cloranfenicol só serve para tratar de uma cepa de salmonela e nada mais; que a ampicilina vai curar menos de 5% das pneumonias. Isso que tem que ser feito, senão nós não vamos chegar a nada. E a pergunta que eu queria dizer, que eu queria fazer ao nobre... testemunha — testemunha, agora, nem é depoente, né? — é a seguinte. Eu sinto um constrangimento por parte de V.Sa. no sentido de falar mais abertamente, mas acontece que existe uma máfia muito grande por tudo isso. E isso que o senhor falou de ter sido seguido por duas ou três vezes, certo, isso acho que é uma prática comum dentro de um mercado sujo. Porque se alguém vai falar, ele corre o risco. Não é uma pergunta. Só queria dizer ao senhor, eu não tenho o direito de dizer do

que o senhor fazer, o senhor sabe da segurança da sua família, mas por uma questão nacionalista, ajude essa CPI, ajude dando os nomes, porque nós temos que botar, dar uma solução a isto. Assim como eu estou me expondo muitas vezes contra a minha classe profissional, que eu acho que está alienada, está muito empobrecida diante de tudo isso, ela tá servindo de capacho para toda esses laboratórios multinacionais. Esses depoimentos que estão colocando aqui em cima do BO está dando a impressão para a população que os produtos dos laboratórios brasileiros parece que não têm valor. E não é isso. Isso que está acontecendo aqui, está (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, peço a V.Exa. que formule a pergunta, Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito bem, agradeço a V.Exa. V.Exa. ocupou dez minutos falando sem questionar. V.Exa. tem só seis, Deputado, para usar do tempo. Seis são do depoente. V.Exa. usou quatro do tempo a mais. Peço escusas a V.Exa., mas é o Regimento que me obriga a solicitar esta cooperação dos colegas, por mais ilustres que sejam, como é o caso de V.Exa. Com a palavra o nobre Deputado Fernando Zuppo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Aparecido, eu estou aqui presente nesta reunião desde o início. Eu observei a preocupação do senhor em determinadas respostas, e acredito que muitas delas foram vazias, por alguma circunstância que só o senhor pode saber. Mas, em vista da pergunta de um colega meu, fiquei preocupado com a sua integridade física. E acredito mesmo que o senhor não deixou transparecer toda a preocupação que o senhor tem. Eu gostaria de perguntar se o senhor gostaria de prestar um depoimento a esta Comissão numa sessão reservada. Deixo essa pergunta para o senhor pensar, porque na sua declaração o senhor foi muito claro. O senhor disse, com a maior sinceridade, eu acredito: "Quando me referi a BO não quis ofender os Deputados e nem ao povo, mas, sim, alertar o consumidor para que defenda seus direitos." Quem sabe numa sessão reservada o senhor possa realmente ser útil à nossa Pátria, porque nesta sessão o senhor não foi. Inclusive eu tenho algumas perguntas. Gostaria demais que o senhor nos orientasse quanto ao funcionamento do mercado negro, que existe, e que nós precisamos de um auxílio para que possamos penetrar nele. Nós estamos sabendo que tem farmácias que vendem

produtos com tarjas pretas sem nota fiscal. E o senhor, quem sabe mais do que ninguém, como Presidente da ABRAFARMA, pudesse nos auxiliar no esclarecimento disso. Aí, sim, eu estaria realmente acreditando nessa afirmação que o senhor fez. Eu lhe proponho, tenho certeza absoluta que com a aquiescência do Presidente da Comissão, que numa sessão reservada — e o senhor poderia gozar de todos os privilégios que a lei te garante, de testemunha, de proteção à testemunha, enfim — o senhor poderia auxiliar demais esta Comissão na busca do que nós mais desejamos, que é o acesso de toda a população brasileira a um medicamento, a um remédio, pelo menos. Então, eu deixo essa pergunta para que o senhor raciocine.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, com a palavra o nobre depoente para responder a pergunta de V.Exa.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu poderia pensar e consultar e dar essa resposta pro senhor... Não sei em quanto tempo o senhor gostaria dessa resposta.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu não posso obrigá-lo a responder. Eu lhe faço a pergunta e ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O que o Deputado está a dizer, nobre depoente, é que V.Exa. não trouxe os esclarecimentos necessários; esteve bem aquém do depoimento anterior, não é, nem confirmou os depoimentos anteriores, e ele se considera frustrado. Pergunta se V.Exa... Sugere uma outra forma na qual V.Exa. pudesse dar esclarecimentos, prestando um serviço, como V.Exa. diz, ao País, que não estaria fazendo, no entender do Deputado, neste instante. V.Exa. tem uma forma pela qual pudesse transmitir a esta Comissão tudo o que sabe, e que não estaria fazendo hoje, segundo diz o Deputado Zuppo?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu vou pensar e vou propor, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Com a palavra o Deputado Zuppo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Duas perguntas, acredito eu que... Eu não entendo, eu sou leigo no assunto, mas eu gostaria de saber, quando chega lá uma distribuidora, um vendedor na farmácia, para vender um medicamento que tenha bonificação, e vende uma dúzia de vinte e quatro, como que a farmácia

procede? Ela contabiliza uma dúzia de vinte e quatro ou ela contabiliza uma dúzia de doze realmente? Como é essa contabilidade? Como funciona essa margem de receita extra da farmácia? Essa portaria que disciplina a margem de lucro, ela prevê as bonificações? Ela fala sobre o preço do produto bruto comprado ou ela fala sobre o preço com abatimentos? Por favor, me faça um resumo rápido disso pra... E eu gostaria de saber também como é que é dada essa contribuição lá pro balconista. Esse dinheiro é pago no envelope de pagamento dele, e, portanto, com os descontos previdenciários, trabalhistas, etc., ou esse é um dinheiro dado pro balconista por fora, que não se computa como salário que ele possa receber?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, na minha empresa...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sim, na sua empresa, mas o senhor é Presidente da Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias. O senhor tem uma responsabilidade muito maior. Aliás, quando o senhor chegou aqui o senhor pensou que fosse falar só sobre a ABRAFARMA, né? Então, o senhor deve nos dizer o que acontece. Porque eu pergunto e a pergunta o senhor sabe por quê. Porque existe uma matéria aqui que diz que o prejuízo de ICMS em São Paulo, só em São Paulo, porque o jornal seria de lá, é de 500 a 600 milhões de reais com sonegação de ICMS, COFINS, PIS, etc.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho que as redes, na maneira de trabalhar... A primeira pergunta que o senhor perguntou nesta questão da dúzia de vinte e quatro, isso aí... O desconto é dado na nota fiscal.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não vem por fora? Os frascos não vêm por fora?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Agora, não posso dizer pro senhor, confirmar pro senhor se todos...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Nesses trinta e seis anos de carreira, o senhor não conhece?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, veja, eu não posso dizer pro senhor que todo mundo trabalha desta maneira. Então, cada um comercializa da tua maneira. Eu confirmo pro senhor que realmente nas rede não acontece isso, desta maneira. O desconto vem ...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E nós vamos verificar isso com a quebra do sigilo, se esta Comissão assim o entender. Quer dizer que vai provar que o senhor falou a verdade aqui?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E essa gratificação pro funcionário balconista, o senhor..., na sua farmácia, o senhor inclui no envelope de pagamento dele ou o senhor paga em dinheiro por fora?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Tudo conforme manda a lei, é no envelope. Ele não ganha... Ele ganha pela rentabilidade da loja que ele trabalha e da empresa, pela cota de venda. Isso incluso no holerite.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Os antibióticos...Tem laboratório ou distribuidora que vende antibiótico com bonificação?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Laboratórios que vende...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O senhor compra lá dez frascos de antibióticos e eles lhe entregam...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Tem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Tem? Antibióticos...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Antibióticos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Com bonificação?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Com bonificação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E receitas controladas? Tarja preta, aonde o senhor tem que ficar com a receita? Existem laboratórios que vendem isso também com bonificação?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Quer dizer que as farmácias que praticam isso provavelmente devam adquiri-los no mercado negro?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Eu acho que sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E como funciona esse mercado negro? Qual é o conhecimento que o senhor tem disso?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Olha, Deputado, eu não saberia responder porque realmente eu não pratico esse sistema.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Tubo bem. Eu encerro por aqui. O senhor já foi questionado por diversos Deputados. Eu não me considero satisfeito, mas ouvi as suas respostas e deixo aqui a proposta de nós fazermos uma sessão reservada, onde o senhor possa realmente prestar uma contribuição à Pátria. Muito obrigado.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Encontra-se inscritos ainda os nobres Deputados José Linhares, ausente, Neuton Lima. Não havendo mais nada a tratar nesta Comissão....

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria informar à Comissão, talvez... o senhor com certeza já sabe, mas nós pedimos a quebra do sigilo fiscal e bancário da empresa e dos sócios da Drogamed. E vamos pedir também da distribuidora de medicamentos ABIFARMA, que tem como sócios dois dos sócios da Drogamed, cujo sócio majoritário é o Sr. Aparecido. Parte dos requerimentos já estão em posse da Comissão, mas eu queria pedir a V.Exa. que na sessão que for possível, que nós debatêssemos essa proposta. E creio que seria útil em decorrência do depoimento de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu estou convocando duas reuniões: uma daqui a dez minutinhos, impreteríveis, para ouvirmos o Dr. Gonzalo Vecina, para que todo mundo possa beber água. Entendeu...

(Não identificado) - Trinta minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dez minutos.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Deputado, eu só queria, eu só queria esclarecer uma coisa. A ABIFARMA não é sócia da Drogamed.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sabe, senhor, eu tenho os dois contratos aqui. Me permita, Presidente. Tem dois sócios da Drogamed de nome Antônio Barea ...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Sim. Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... e Giovanni Antônio Barea, que são donos da Empresa Distribuição e tal, que é sócio da Drogamed.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - O.k. Ele é sócio da ABIFARMA e é sócio da Participação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - E a Participação é sócio da Drogamed.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Isso é ... Que ano que aconteceu isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Noventa e nove.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, não, que ano que aconteceu esse caso aí dessa denúncia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Noventa e oito. Do Androcur?

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - É.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Noventa e oito.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Noventa e oito? Em noventa e oito?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Noventa e oito.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Realmente eu desconheço, porque realmente ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, se V.Exa. ...

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - A partir de noventa e oito que ele é sócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, se V.Exa. desconhece, não há nada a esclarecer.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É, mas, pra ficar claro para o senhor e para todos, quando houve aquele lote de Androcur que se descobriu serem falsos, essa distribuidora de medicamentos, ABIFARMA, disse que teria comprado de uma farmácia em Porto Alegre. O nome da Drogamed não aparece naquele episódio. Só para o senhor ficar com esta informação.

O SR. APARECIDO BUENO CAMARGO - Não, eu sei. Ele me informou isso na sexta-feira, quando saiu (*ininteligível*), ele me falou isso, que ele comprou com nota fiscal e tem o documento exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Convoco, portanto, uma reunião para daqui a dez minutos, ou seja, às 14h50min, e também já estou fazendo a Ordem do Dia para as próximas semanas, em que estou prevendo uma reunião para decidirmos sobre os requerimentos em *(ininteligível)* na quarta-feira, à tarde, da próxima semana.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria que nós votássemos o requerimento do sigilo bancário hoje ainda. E eu gostaria que, no início da sessão da tarde, nós pudéssemos discutir melhor isso e até, se for o caso, botar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Magela, eu já decidi, consultando os membros da Comissão. Nós precisamos ouvir o parecer do Relator sobre todos esses projetos. E há um certo consenso que hoje não haveria condições de fazer esta discussão, primeiro, por não ter sido convocada regularmente essa reunião pra isso; segundo, que nós precisaríamos debater mais esse assunto. Quarta-feira seria uma data oportuna para debatermos esta matéria.

A reunião está encerrada.